

Mestrado
ESTUDOS MEDIEVAIS

João Martins Ferreira,
Mercador-Cavaleiro
Fernando Jorge Cruz Mouta

M

2017



Fernando Jorge Cruz Mouta

João Martins Ferreira, Mercador-Cavaleiro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor
Doutor Luís Miguel Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Junho de 2017

João Martins Ferreira, Mercador-Cavaleiro

Fernando Jorge Cruz Mouta

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor
Doutor Luís Miguel R. de Oliveira Duarte

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Amândio Jorge Morais Barros
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico do Porto

Professor Doutor Luís Miguel R. de Oliveira Duarte
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Ao Joaquim e ao Zé Carlos.

Ao meu pai.

Sumário

Agradecimentos.....	1
Resumo	3
Abstract.....	3
Abreviaturas.....	4
Capítulo 1 – Homo economicus	10
1.1. O Porto de João Martins Ferreira. O apogeu da cidade mercantil.....	10
1.2. A ilha da Madeira. Capital do ouro branco.	26
1.3. Bruges. O centro distribuidor do norte da Europa.....	33
1.4. Lisboa. Centro de poder imperial.	39
1.5. A dimensão patrimonial de João Martins Ferreira. O morgadio.	42
Capítulo 2 – Homo socialis	48
2.1. Nenhum homem é uma ilha. A família.	48
2.2. O continuar de uma estratégia social. A descendência.	55
2.3. O lugar na pirâmide social. A fidalguia.	63
2.4. O cimento da pirâmide social. As relações extrafamiliares.	72
2.5. A morte como um projeto de vida. O morgadio e a capela de Jerusalém.	74
Capítulo 3 – Homo civilis.....	94
3.1. De Portucale ao Porto. Uma história do concelho.....	94
3.2. Os Homens-bons da governança. Os cargos concelhios.	106
3.3. O palco principal. João Martins Ferreira como autarca.	113
Epílogo	121
Cronologia	125
Fontes	126
Manuscritas	126
Impressas.....	126
Bibliografia.....	127
Anexos.....	134

Agradecimentos

Não quero acreditar na ideia feita de que ninguém lê os agradecimentos de uma obra. O que é uma tremenda injustiça porque, sem os recipientes dos agradecimentos, a maioria das obras que tanto prazer nos deu a ler provavelmente nunca teriam visto a luz do dia. No entanto, se o leitor estiver a ler estas palavras prova-se que estou errado. O que, verdade seja dita, não é um bom começo para uma obra que se quer o mais verdadeira possível. Possível, porque em História, assim como em todas as outras áreas do conhecimento humano não há verdades absolutas. Há somente uma constante procura pelo conhecimento alicerçado no método científico e na vontade de saber mais. Mas não somos ilhas no meio do oceano e, por isso, é um dever imprescindível reconhecer quem tanto nos deu.

Um primeiro agradecimento à minha tia Maria Fernanda Almeida, que plantou em mim a semente do gosto pela História, à minha professora desde sempre, a Dra. Maria José Castro, que fortaleceu esta vocação, e a todos os meus professores na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que são os principais responsáveis pelo historiador que sou hoje. Agradeço também aos meus colegas pelo o que me motivaram e aos meus amigos pelo o que me aturaram.

Um agradecimento maior para o meu orientador científico e imenso Historiador, o Professor Doutor Luís Miguel Duarte. Agradeço-lhe a disponibilidade e vontade em orientar este projeto. Agradeço-lhe a energia e o saber. Agradeço-lhe a sugestão do título que, através de simples e eficazes palavras, consegue sintetizar toda uma vida. Mas acima de tudo, sinto-me grato por ter tido a oportunidade de aprender com um excelente professor e uma excelente pessoa. Nunca deixará de ser meu professor e eu um seu aluno.

Um justo e sentido agradecimento à Professora Doutora Cristina Cunha por me ter iniciado neste caminho. Espero ter feito justiça às potencialidades que viu nele em termos de projeto de investigação. Um especial agradecimento ao Professor Doutor Luís Carlos Amaral, pelos incentivos nas horas certas, pelo exemplo como investigador, e pela excelência enquanto pedagogo. Um agradecimento profundo à Professora Doutora

Amélia Polónia pelos ensinamentos, pela disponibilidade constante e pelo rumo que me ajuda a traçar. Um reconhecido agradecimento ao Professor Doutor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro pela inestimável ajuda nas questões relativas à genealogia do nosso biografado.

Agradeço também aos meus “anjos da guarda” na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: as Dras. Ana Carolina Avilez e Marlene Borges, Laura Mariana Gil, Cláudia Moreira, Clara Oliveira e Jorge Lopes. A vossa ajuda, disponibilidade e simpatia, foram, sem dúvida, um apoio inestimável na concretização deste texto.

Um agradecimento sincero aos Drs. Joana Sequeira, Flávio Miranda e Diogo Cardoso pela disponibilidade e ajuda em encontrar o mercador João Martins Ferreira pelos labirintos do Tempo. E ao Dr. Rui Feio pelas fotografias da Capela de Jerusalém em Bruges.

Simplesmente não tenho palavras para agradecer à Ana. Que a música no teu coração continue sempre a tocar na beleza do teu sorriso!

À família não se agradece. Presta-se homenagem. E assim espero fazer justiça à minha mãe, irmã, cunhado e sobrinhas. Espero que este texto seja um espelho daquilo que me ajudaram a ser.

Termino estes agradecimentos com uma frase que me diz muito, e que aqui se transforma numa dedicatória: aos presentes, aos ausentes e aos ausentes sempre presentes. Ao Joaquim e ao Zé Carlos. Ao meu pai.

Resumo

Porto, 27 de outubro de 1491. João Martins Ferreira, cidadão e mercador do Porto institui um impressionante morgadio e capela. Homem-bom do concelho, denominado “um dos mais combativos procuradores do Porto medieval“, este homem representa na perfeição o paradigma de uma elite mercantil que, graças ao sucesso nos negócios e ao poder que essa fortuna induz, domina a cidade. Mas sendo ele um digno representante dessa oligarquia, quem foi ele na sua individualidade? O que comerceou? O que podemos dizer da sua família? O que pretendeu deixar como legado para a História? Estas são algumas das muitas perguntas que pretendemos responder com este texto. Um texto que é um esboço de uma biografia, a possível no momento que nos encontramos. Porque um homem só morre na medida em que desaparece da memória dos seus. E o mercador portuense continua vivo nestas palavras e nos testemunhos do seu passado. Seja bem-vindo ao mundo de João Martins Ferreira. Seja bem-vindo á sua história.

Palavras-Chave: João Martins Ferreira; Porto; século XV; século XVI; mercador; autarca.

Abstract

Porto, 27th October 1491. João Martins Ferreira, citizen and merchant of Porto, establishes an impressive *morgadio* and chantry. Epitomized “one of the most combative councilors of the medieval Porto”, he perfectly represents the paradigm of the merchant elite that, because of their success in commerce and consequent financial power, dominates the city. But more than a worthy representative of that oligarchy, what can be said about him and his family? And about his business? Did he want to leave a legacy for the future? These are some of the many questions we try to answer in the following text. Mind you that this work is a sketch of a biography, the one possible at this moment. Because a man only dies when he disappears from the memory of the living. And this merchant from Porto is still alive in the testimonies from his past. Welcome to the world of João Martins Ferreira and welcome to the history of his life.

Keywords: João Martins Ferreira; Porto; fifteenth century; sixteenth century; merchant; local leader.

Abreviaturas

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto;

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo;

AS(SNSdP) – Archivio Salviati (Scuola Normale Superiore di Pisa);

BFLUP – Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doc. – Documento;

Fl. – Fólio;

Lv. – Livro.

Prólogo

Luís Miguel Duarte, na sua biografia de D. Duarte, escreveu que “quase todos os historiadores sonham escrever uma biografia”.¹ É complicado para um recém-historiador começar a sua “carreira” literária pelo sonho de tantos. Mas se um sonho fosse fácil, seria na realidade um sonho? E se alguém não almejar cumprir os seus sonhos, que sentido tem prosseguirmos nesta vida? E foi com esse propósito que aceitamos dar realidade ao texto que agora se inicia: cumprir o sonho de uma vida, ao ser historiador, e cumprir um dos sonhos dos historiadores, ao escrever uma biografia. Mas mais que isso. Esta biografia é uma etapa importante de uma via de aprendizagem e o fruto de muitos pequenos passos dados anteriormente em percurso académico. Está na altura de esta via deixar de ser meramente panorâmica e tornar-se uma intervenção um pouco mais direta na sociedade através da partilha do conhecimento. Afinal, na nossa opinião, não se é historiador por se saber muito de História, mas sim por tentar fazer com que a compreensão dessa História se torne cada vez mais acessível ao maior número de interessados.

Este texto nunca podia pretender ser a biografia definitiva de João Martins Ferreira. É somente a biografia possível neste momento, de acordo com a documentação consultada, e seguindo uma metodologia de investigação que julgamos adequada à historiografia dos nossos dias. É também a biografia possível porque o nosso engenho mais não permitiu. Um historiador contribui para o conhecimento da História na medida da sua arte. Finalmente, é a biografia possível porque pretende atingir objetivos muito concretos de divulgação, pois achamos que a vida deste mercador portuense merece ser conhecida para além de um universo restrito de historiadores. Afinal, foi a ação de tantos mercadores e autarcas como ele que fez da cidade do Porto o que ela é, na minha naturalmente discutível visão: uma terra de fazedores e lutadores. Lutadores por um futuro melhor e lutadores por causas. Fazedores do futuro e fazedores de uma identidade que, pensamos, continua ainda bem presente no espírito da cidade. Afinal, para muitos, o Porto é a cidade trabalhadora por excelência.

Não existem obras definitivas, especialmente para tempos recuados como os que agora convidamos a (re)visitar. Este é somente o nosso contributo para que se conheça

¹ Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 7ª Edição, 8.

melhor um portuense e, assim, se conheça melhor a cidade e o reino de que ela, tão orgulhosamente, fazia parte.

Os dados usados na elaboração desta biografia vêm, principalmente, dos documentos guardados no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, nomeadamente: os documentos do Fundo João Martins Ferreira;² as atas de vereação; e as informações contidas no Livro de Foros de Fidalgo (1789-1822).³ Também se consultou documentação do Arquivo Distrital do Porto e os sumários de onze documentos relativos a João Martins Ferreira provenientes do espólio particular do conde de Vilas Boas, doado à Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e que ainda não se encontram publicados. Temos conhecimento da existência de documentação relativa a João Martins Ferreira em posse da Câmara Municipal da Maia, nomeadamente um códice com a confirmação da instituição do morgadio e cinco escrituras públicas sobre negócios imobiliários. No entanto, não houve possibilidade de a consultar em tempo útil para a concretização deste texto. Foi também consultada documentação guardada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, nomeadamente: a descrição do Convento de S. Domingos do Porto, realizada em 1734;⁴ e os livros da Chancelaria de D. Manuel I (versão original e Leitura Nova) com informações sobre o mercador portuense.⁵ Toda a documentação original foi devidamente transcrita e a informação nela contida foi guardada em base de dados. Estes dados foram posteriormente analisados e sistematizados, de forma a facilitar a sua análise e chegar a conclusões sólidas e plausíveis. Para além destes documentos, foram também consultadas as atas de vereação da cidade do Funchal do século XV, publicadas por José Pereira da Costa, por iniciativa do Centro de Estudos de História do Atlântico.⁶

² AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, acedido em outubro de 2016, <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/19116/>

³ AHMP, *Livro de Foros de Fidalgo (1789-1822)*, acedido em outubro de 2016, <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/631834/>

⁴ ANTT, *Descrição do Convento*, Lv. 1, acedido em outubro de 2016, <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4380781>

⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 3, fol. 43, acedido em novembro de 2016, <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3860121>

ANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Além-Douro, fol. 14, acedido em novembro de 2016, <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4223194>

⁶ José Pereira da Costa, *Vereações da Câmara do Funchal do Século XV* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995).

Por ser a “parte de leão” da documentação original consultada, achamos pertinente fornecer algumas informações sobre o Fundo João Martins Ferreira. Este fundo foi constituído a partir de 1995, com a compra de 93 pergaminhos relativos ao mercador portuense pela Câmara Municipal do Porto e depositados no Arquivo Histórico. Estes pergaminhos, provenientes do espólio familiar dos herdeiros do último visconde de Vilarinho de S. Romão, estavam à venda no mercado livreiro e antiquário pelo menos desde 1994. Não sendo a totalidade do arquivo, já que se conhecem outros pergaminhos relativos ao nosso biografado em posse da Câmara Municipal da Maia, pensamos (e pensam os serviços camarários responsáveis pela sua compra) ser a grande maioria da documentação em posse da família Ferreira relativa às suas propriedades e morgadio que sobreviveram às vicissitudes dos séculos. Há, no entanto, algumas unidades documentais que não têm nenhuma relação com o mercado imobiliário, nomeadamente cartas de quitação, ou que, à primeira vista, nada têm mesmo a ver com João Martins Ferreira e sua família. O arco temporal dos documentos vai de 1317 a 1548, com maior incidência no último quartel do século XV e primeira década do século XVI. Todos os pergaminhos passaram por um processo de restauro pelo departamento competente do Arquivo Histórico, tendo sido posteriormente classificados, ordenados e descritos. Para uma maior facilidade de consulta, foram todos digitalizados, estando este fundo disponível através da página *web* do arquivo, utilizando o projeto informático *Gestão Integrada dos Sistemas de Arquivo* (GISA).⁷

Todas as informações recolhidas a partir da documentação original foram depois complementadas, ou confirmadas, pela consulta de bibliografia pertinente para a vida de João Martins Ferreira, bem como para a época em que a nossa narrativa toma lugar. Em alguns dados relevantes não partilhamos da mesma opinião de alguns autores que, anteriormente, tinham já escrito sobre a vida do biografado (se bem que sem o terem como foco dos seus trabalhos). Nestes casos discrepantes, estarão sempre bem patentes no texto as diferenças e porque é que a nossa conclusão, ou dado recolhido, é diferente. A obra de um historiador é feita para ser criticada e melhorada, nunca devendo ser tomada como verdade absoluta e imutável. Afinal, aquilo que fazemos é uma interpretação de variadas informações, à luz do conhecimento atual da época histórica em estudo, e

⁷ Manuel Luís Real, “Introdução”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 7-9.

utilizando os métodos científicos aplicados às ciências sociais. O rigor não pode nunca ser comprometido, mas qualquer conclusão deve estar sempre pronta para o escrutínio do saber.

Mas o conhecimento da vida de João Martins Ferreira não pode vir somente dos dados contidos na documentação e da nossa capacidade para os recolher. Nós não somos a soma das informações contidas nos testemunhos documentais que vamos produzindo ao longo da vida. E, por isso, optamos pelo “método dos círculos concêntricos” para melhor perceber o mercador portuense.⁸ Expliquemo-nos. A vida do nosso biografado pode ser estudada em várias dimensões, todas interligadas e dependentes umas das outras. Mas para facilidade de compreensão, assumimos que elas são minimamente independentes e passíveis de uma atenção própria. E é essa independência que nos permite criar os círculos maiores, os capítulos. No entanto, é preciso compreender a época do mercador portuense para melhor entender as suas opções ou as perguntas que deixamos sem resposta. São estas perguntas sem resposta que nos levaram a dizer que esta é uma biografia possível, já que elas são pistas eventuais de investigações futuras. Depois de estabelecido mais um círculo, passamos para os assuntos específicos relacionados com o biografado, ou que têm grande possibilidade de ter algo a ver com ele. E estes círculos vão-se tornando cada vez menores até chegarmos ao mínimo possível, ou seja, o conhecimento concreto de qualquer aspeto da vida de João Martins Ferreira. Só com esta aproximação achamos possível chegar ao máximo conhecimento sobre a sua vida.

O texto está dividido em três capítulos, que expressam as dimensões que achamos relevantes e passíveis de serem tratadas à luz do que sabemos hoje sobre a vida e a época de João Martins Ferreira. Começamos com a dimensão económica, pois foi a partir da sua profissão que o mercador portuense ficou conhecido na cidade. Tentamos perceber o que e onde comerciou. Até podemos considerar esta fortuna como o tiro de partida para o seu papel na História da cidade e do reino. De seguida, falamos da sua dimensão familiar e extrafamiliar: como era constituída essa família, círculos de amizade ou de companheirismo profissional, e como podem ter ajudado na sua carreira de mercador. Terminamos com a dimensão que lhe acrescentou mais fama e posteridade: a dimensão civil, expressa no papel que João Martins Ferreira teve na gestão do dia-a-dia da cidade.

⁸ Luís Carlos Amaral e Mário Jorge Barroca, *A Condessa-Rainha: Teresa* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2012), 9-12. De resto, este trabalho, lidando com fontes muito diversas, não adotou qualquer metodologia específica.

Quais os cargos que desempenhou na administração concelhia e qual o impacto possível das suas ações. Tentaremos explicar o caminho percorrido por ele ao longo dos anos e se este caminho influenciou ou foi influenciado pelas outras dimensões anteriormente tratadas, pois só através de uma visão holística de todas estas dimensões é que as conseguimos compreender na especificidade e na totalidade.

Antes de passarmos à narrativa propriamente dita, porquê o título escolhido? Vitorino Magalhães Godinho, na sua obra *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, avança a teoria de que o processo da expansão ultramarina portuguesa criou um novo tipo social: o cavaleiro-mercador. Em resumo: foram primeiramente aristocratas os agentes da Coroa na expansão portuguesa. E foram estes os principais beneficiários de lugares administrativos de destaque na construção do império ultramarino. São estes cavaleiros, educados nos princípios da guerra e da honra, que passam a ver os seus novos palcos de influência a partir de um prisma económico e mercantil. O mercantilismo do Estado português vai permear as mentalidades destes homens, cujas linhagens passavam dificuldades pela quebra de rendimentos da aristocracia, pelo menos desde finais do século XIV.⁹ Esperamos conseguir demonstrar que João Martins Ferreira viveu a sua vida num percurso inverso: sendo um mercador de profissão, é como tal que ganha destaque na sociedade portuense. No entanto, ele estrutura a sua existência, e a dos seus descendentes, como se de um aristocrata (cavaleiro) se tratasse. Afinal, se ele pode quase viver uma vida nobre graças à sua fortuna, então é porque um nobre é o que ele é – ou pode vir a ser. Por isso, denominamo-lo de mercador-cavaleiro, não como uma corruptela do tipo social apresentado por Vitorino Magalhães Godinho, mas sim como uma mentalidade característica de uma burguesia cada vez mais poderosa. Da qual João Martins Ferreira é um justo representante.

Este poderoso representante da elite mercantil portuense pode ter sido em grande medida um paradigma dos homens-bons desta cidade. Homem de família e apoiado por ela, libertou-se das amarras de uma época instável, mas cheia de oportunidades, e navegou pelos escolhos da História para chegar até nós. Sagaz mercador (porque fez fortuna) e autarca reivindicativo, rapidamente se adaptou à conjuntura do seu tempo. Vejamos como o fez João Martins Ferreira.

⁹ Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962), 213-216.

Capítulo 1 – *Homo economicus*

João Martins Ferreira foi um dos mais destacados portuenses dos finais do século XV e inícios do XVI. No entanto, o que o faz aparecer nos anais da vida quotidiana na cidade é, ainda, um mistério. Falamos da sua ocupação e do que o tornou rico. Rico a ponto de saltar do anonimato e tornar-se um dos mais destacados homens-bons do concelho. A origem dessa fortuna foi o comércio. Sabemos que foi um dos maiores mercadores portuenses da sua altura, mas não sabemos inequivocamente o que comerciava nem como começou. Temos algumas pistas e outras tantas hipóteses. Mergulhemos então no Portugal e no Porto comercial da segunda metade do século XV.

1.1. O Porto de João Martins Ferreira. O apogeu da cidade mercantil.

A cidade do Porto teve sempre um papel na história do noroeste peninsular e do reino de Portugal. Mas este papel não surgiu do nada. Paulatinamente, o Porto fez-se. Fez-se a lutar e a comerciar. E para compreender este crescimento, temos de destacar alguns eventos ao longo da História. Nascido de dois polos urbanos, *Portus* e *Cale*, o Porto foi sempre uma cidade voltada para o comércio. O principal centro urbano estabeleceu-se no morro da Pena Ventosa, onde se irá situar a Sé, com base na cultura castreja. Os povos desta altura procuravam locais altos que permitissem uma boa posição defensiva, essencial a uma vida mais segura. O termo *Cale* seguramente se explica pelo seguinte: o povo da região a norte do rio Douro era conhecido como Calaico e o termo “cale” designava, na sua língua, uma pedra ou rochedo. Assim, temos o povo que vive nos rochedos. Quem conhece o morro da Sé, facilmente compreende o nome dado a este povoado. Convém lembrar que, da mesma forma que os rios eram vias de comunicação excelentes para o comércio, também o eram para os piratas e invasores. Assim, as cidades, por esta altura, estavam todas situadas em zonas mais interiores. E por isso o centro urbano principal do Porto original se situava próximo, mas protegido do rio. Mas desde sempre o Porto esteve ligado ao rio e, assim, Cale ligava-se ao Douro através de um centro urbano mais pequeno, denominado *Portus*. Para os romanos, *portus* atribuía-se a um local de interseção de vias de comunicação, quaisquer que elas fossem. O *portus* do Porto era um local de atracagem de navios, um bom local para atravessar o rio, juntamente com Miragaia, e o local onde confluíam uma série de estradas e caminhos, nomeadamente para

Braga e para o Sul do Douro. Facilidades de comunicação ajudam o comércio. A cidade prosperou e cresceu. E daqui nasce o nome de Portugal.¹⁰

Passemos diretamente para a Idade Média central. Em 1113/1114, a diocese do Porto é restaurada e D. Hugo, clérigo francês e braço direito do arcebispo de Compostela, o seu novo bispo. Em 1120, a rainha D. Teresa concede o senhorio do Porto e carta de couto a D. Hugo e seus sucessores para alargar a sua rede de alianças na Galiza e contrabalançar o apoio dado por D. Urraca, sua irmã, a Braga.¹¹ Este couto, tornado independente do poder do monarca, consistia num vasto território que não se limitava ao burgo povoado. Os dois polos de que falámos anteriormente, nesta altura já se encontravam ligados. O aumento da população juntou o que antes estava separado. O couto, mais tarde aumentado por D. Afonso Henriques, compreendia um vasto território que ia do Rio da Vila (hoje debaixo da Rua Mouzinho da Silveira), a Germalde (Praça da República), Carvalhido, Monte dos Burgos, Arca d'Água, Asprela, Contumil e Campanhã.¹² Eram estes arrabaldes (que não devemos confundir com o *termo*) que proviam às necessidades mais imediatas da cidade. Mas o que vai definir o futuro da cidade é, sem dúvida, a concessão de foral por parte do bispo e senhor aos moradores do Porto, em 1123. D. Hugo, homem sagaz,¹³ percebeu que a riqueza da cidade significava

¹⁰ Joana Sequeira, *Como Nasce uma Cidade. Das Origens ao condado Portucalense* (Porto: QuidNovi, 2010), História do Porto, Volume 1, 37, 45-47.

¹¹ Amaral e Barroca, *A Condessa-Rainha*, 217. Luís Carlos Amaral, “A Restauração da Diocese do Porto e a Chegada do Bispo D. Hugo”, Luís Carlos Amaral (coord.), *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017), 44-45. Maria João Violante Branco, “Prelazia e Poder Real. Entre a Concórdia e o Conflito: Os Casos de D. Hugo e D. Martinho Rodrigues do Porto”, Luís Carlos Amaral (coord.), *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017), 279-293. Maria Helena da Cruz Coelho, “O Foral do Porto, Concedido pelo Bispo D. Hugo, no Contexto da Política Foraleira do Período Condal”, Luís Carlos Amaral (coord.), *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017), 328.

¹² Rogério de Azevedo, “Planta do Couto Episcopal”, Luís A. de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto* (Porto: Porto Editora, 2000), 3ª Edição, 166. Flávio Miranda, *A Cidade dos Mercadores. Da Luta pelo Poder Civil às Guerras Fernandinas* (Porto: QuidNovi, 2010), História do Porto, Volume 3, 38.

¹³ Ermelindo Portela Silva, “Diego Gelmírez y Hugo de Porto. Poderes y Fronteras”, Luís Carlos Amaral (coord.), *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017), 377 (nota 38).

a riqueza da igreja que a tutelava. E já que a riqueza da cidade assentava no comércio, nada mais inteligente que deixar os seus homens-bons, muitos deles membros de uma elite mercantil, gerir os destinos da povoação. Agora diz-se que “dinheiro faz dinheiro” e, na época, esta máxima também se aplicaria seguramente.¹⁴

Próximo facto: a conquista de Lisboa em 1147. A perda de um tão importante porto foi brutal para os interesses muçulmanos. Era a partir desta cidade que inúmeros piratas e corsários fustigavam o litoral centro e norte português, limitando sobremaneira o desenvolvimento do comércio bem como a exploração de riquezas naturais, nomeadamente o sal em Aveiro. Conquistada Lisboa, pacificaram-se um pouco mais as costas e o comércio desenvolveu-se para os mercadores portuenses. Entramos na fase seguinte do desenvolvimento da cidade: quanto mais comércio se faz, mais poderosos ficam os mercadores. E quanto mais poderosos os mercadores portuenses, mais problemática pode tornar-se a governação do bispo da cidade. Sobretudo quando é o próprio rei, interessado em recuperar o senhorio da cidade, que estimula e propicia estes conflitos pela supremacia. A segunda metade do século XII e o século XIII são marcados por uma acérrima disputa pela governação da cidade, mas também por uma expansão populacional. Chegamos a 1325. D. Afonso IV, ao pretender construir uma alfândega no Porto, entra em conflito com o bispo pelos limites da jurisdição de ambos. O problema não era tanto a alfândega, mas sim a velha história do desvio do dinheiro cobrado pelos impostos sobre o comércio portuense dos cofres da Sé para os cofres régios. É também neste ano que os homens da governação concelhia reclamam ao bispo uma melhor aplicação da justiça e uma menor carga fiscal. Parece uma ação concertada. Após várias décadas de contenda, em 1354, por ação papal, fixam-se os limites definitivos do couto do bispo e o rei mantém a alfândega, entretanto construída, mas pagará foro ao bispo. Para além disso, a justiça régia fica com a jurisdição sobre problemas ocorridos no mar. Finalmente o monarca beneficia do comércio do Porto, já que todos lhe têm que pagar imposto pela obrigação de descarregarem na alfândega régia.¹⁵

Exemplo da cada vez maior expressão do comércio internacional da cidade anterior: 20 de outubro de 1353. Eduardo III de Inglaterra assina um tratado de comércio com Portugal. A liderar a comitiva mercantil portuguesa temos um mercador portuense,

¹⁴ Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, Luís A. de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto* (Porto: Porto Editora, 2000), 3ª Edição, 130-131. Coelho, “O Foral”, 334-339.

¹⁵ Miranda, *A Cidade*, 33-43.

Afonso Martins Alho. Procurador plenipotenciário de D. Afonso IV, negocia um tratado válido por 50 anos, pelo qual ambos os países se comprometem a aliar-se e a relacionar-se sem quezílias. Definem-se uma série de princípios habituais em tratados do género: não agressão entre ambos os povos; as mercadorias dos súbditos do outro país não seriam roubadas; nenhum auxílio a um inimigo de uma das partes; livre circulação dos vassalos de um reino no outro; definição de um quadro jurídico para resolução de conflitos comerciais; e livre acesso português à pesca na Inglaterra e Bretanha. Como podemos ver este é, essencialmente, um tratado comercial e de garantia de segurança. E a segurança é um elemento fundamental para a boa evolução dos negócios. Outro facto importante, o protagonismo de um mercador portuense, que demonstra a pujança do clima mercantil da cidade por esta altura e as relações privilegiadas que ela tinha com o monarca inglês. Não é único nem original, visto que, em 1351, o mesmo monarca assina tratado igual, alínea por alínea, com mercadores castelhanos. Mas mostra que o comércio internacional ia de vento em popa. Em 1402, outro mercador portuense negoceia com o monarca inglês condições especiais para os mercadores da cidade.¹⁶

D. Afonso IV foi também importante por ter iniciado uma das obras mais importantes e icónicas do Porto em tempos medievais e que, ainda hoje, faz parte do imaginário histórico de todos os portuenses: a sua muralha gótica, a segunda no historial da cidade. Em 1355, o monarca, depois das lutas com o seu filho, futuro D. Pedro I, decide construir uma nova muralha de forma a tornar a cidade mais defensável e segura. A muralha é expressão do grande crescimento populacional e da necessidade de segurança, como garantia da sua prosperidade. Somente em 1370, no reinado de D. Fernando, é que se concluíram as principais obras de tão imponente proteção e, por isso, o nome injusto de muralhas fernandinas até aos dias de hoje. A Cerca Nova, 12 vezes maior que a Cerca Velha que rodeava a Sé, defendia uma área de 44,5 hectares. Ia desde os Guindais ao Mosteiro de Santa Clara, seguindo para o Cimo de Vila, descia até às Hortas (a Praça da Liberdade dos nossos dias), subia para a Cordoaria, depois Virtudes, descia para a praia de Miragaia e seguia pela marginal do rio de volta para Guindais, circunscrevendo toda esta área. Mas porque é que esta obra é importante no contexto que nos interessa? Porque, para além do acréscimo de segurança, ela vai condicionar o desenvolvimento urbanístico

¹⁶ Sousa, “Tempos”, 237. Miranda, *A Cidade*, 47-55. Podíamos multiplicar os destinos com os quais o Porto desde cedo comerciou.

da cidade em todas as dimensões, nomeadamente das atividades que aí se desenvolvem, já que muitos artífices se instalam nos seus arcos e recantos. Para além disso, era dotada de oito portas e nove postigos, demonstrando a sua articulação com as atividades portuárias e terrestres, com várias estradas que levavam a diversos destinos a Norte, Este e Sul. Esta dupla-funcionalidade (defesa e articulação com a vida económica da cidade) fez com que o Porto pudesse continuar a crescer e afirmar-se cada vez mais como o segundo centro mercantil por excelência do reino.¹⁷

Chegamos a 1384. O reino vê-se a braços com uma guerra civil. D. João, Mestre de Avis, necessitado do apoio do Porto nas suas pretensões ao trono, alarga o termo concelhio¹⁸ incorporando os julgados de Bouças, Maia, Gaia, e as terras de Penafiel de Sousa, Vila Nova, Azurara e Pindelo. No entanto, esqueceu-se (ou não sabia) que já D. Fernando, em 1369, tinha feito este alargamento. Assim, a verdadeira novidade do alargamento de D. João é a incorporação de Gaia e Vila Nova. Quando rei, já em julho de 1386, confirma esta doação concretizando no papel aquilo que já há muito se verificava na realidade do dia-a-dia.¹⁹ O Porto era a cidade mais importante do Entre-Douro-e-Minho e fundamental para Aveiro, Vila do Conde, Viana, entre outras, e era para lá que toda esta região escoava quase toda a sua produção, quer manufaturas quer produtos naturais.²⁰ Recapitulemos: o arrabalde da cidade inclui as zonas de Miragaia, Santo Ildefonso, e Massarelos. O termo passa a incluir as freguesias de Campanhã, Paranhos, Cedofeita, Lordelo, Maia, Bouças (Matosinhos), Gondomar, Melres, Refojos, Aguiar de Sousa, Penafiel de Sousa, Azurara, Pindelo, Mafamude, Santa Marinha, Vila Nova e Gaia.

Em 1394, D. João I passa nove meses na cidade. A pedido dos seus homens-bons e em agradecimento pelo apoio constante do Porto, o rei decide-se a dotar a cidade de uma rua larga e espaçosa que permitisse desenvolver e facilitar os seus negócios. Do impulso régio chega-se a acordo com a Câmara e o bispo para a sua construção, já que parte dela passa no senhorio episcopal, iniciando-se as obras em 1395. Será paga pela cidade e o seu termo através de impostos. Paralela ao rio, mas afastada das suas cheias, a

¹⁷ Miranda, *A Cidade*, 73-83. Sousa, “Tempos”, 136-143.

¹⁸ O termo é a área geográfica, definida juridicamente e administrativamente, como a necessária para a economia da localidade cabeça do concelho.

¹⁹ Miranda, *A Cidade*, 13-14.

²⁰ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, “Os Homens que Pagaram a Rua Nova (Fiscalização, Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista)”, *Revista de História*, VI (1985): 9.

Rua Nova (atual Rua do Infante D. Henrique) vai ligar o Convento de S. Francisco à Rua dos Mercadores, passando perto da Alfândega e Casa da Moeda do rei. Rua a direito, com largura suficiente para passarem lado a lado dois carros de bois, havia quem a julgasse uma praça, tal era a diferença para as restantes ruas da cidade (basta comparar com a largura da Rua dos Mercadores, um exemplo típico das ruas medievais do Porto). Nesta nova artéria os edifícios foram feitos de raiz, harmonizados uns com os outros e com boa construção em pedra, ficando o rei como senhorio. É uma rua de elite para que nela se instalassem as elites. Mas melhorou sobremaneira a mobilidade ribeirinha e a dinâmica comercial desta zona. Em 1405/1406, o rei compra o senhorio episcopal, dando como parte de garantia do valor acordado as rendas das casas na Rua Nova. Finalmente o Porto deixa de ser um couto do bispo.²¹ Em 1412, a bolsa dos mercadores instala-se na Rua Nova, ficando em atividade por um século.²²

Falemos agora da forma como a cidade se organizava em volta do seu porto, espaço essencial para os seus mercadores, entre os quais se inclui João Martins Ferreira. O cais da Ribeira era o principal porto da cidade.²³ Mas este porto não se limitava ao espaço da praça com o mesmo nome. Continuava até aos Guindais e ao Cais da Estiva. Até à construção da Rua Nova, a Rua dos Mercadores era a artéria mais importante em termos comerciais, pois ligava a cidade alta com o seu porto. E era nesta rua que João Martins Ferreira e seu pai moravam, exatamente no cruzamento com a Rua Nova, ocupando as duas esquinas. O mercador portuense habitava uma casa-torre com a fachada a dar para o Rio da Vila, tendo inclusive, no início do século XVI, construído uma ponte sobre esse rio para poder ter acesso direto à Rua Nova.²⁴ Com o crescimento da cidade para lá do Rio da Vila, a Rua da Reboleira e Rua da Fonte Taurina também se tornaram muito importantes, já que concentravam os principais armazéns da cidade e edifícios de mercadores. A Rua de Ferraria de Baixo (atual Rua do Comércio do Porto) era essencial para ligar a Porta Nova com o Largo de S. Domingos, um dos locais-chave da cidade por

²¹ Luís Miguel Duarte et al, *A Cidade e o Mestre. Entre Um Rei Bastardo e Um Príncipe Perfeito* (Porto: QuidNovi, 2010), História do Porto, Vol. 4, 39, 49-55. Amaral e Duarte, “Os Homens”, VI, 8-15.

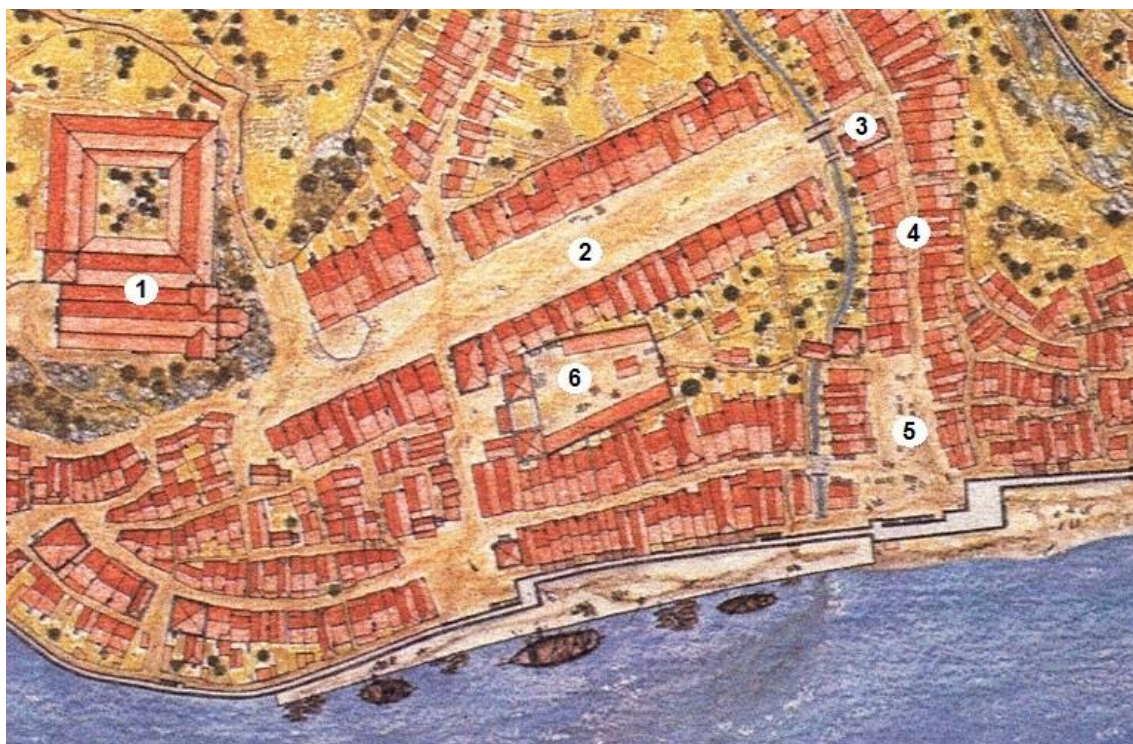
²² Amândio Jorge Morais Barros, *Porto. A Construção de um Espaço Marítimo no Início dos Tempos Modernos* (Lisboa: Academia de Marinha, 2016), 91-93.

²³ Barros, *Porto*, 46-47; nesta passagem, o autor cita um documento de D. Fernando, de 1377, no qual o rei faz referência a um “cais onde soem descarregar os averes”.

²⁴ José Ferrão Afonso, “A Construção de Um Novo Centro Cívico: Notas para a História da Rua Nova e da Zona Ribeirinha do Porto no Século XV”, *Revista Museu*, Série IV, 9 (2000): 33.

esta altura. E é também por isso que se deve destacar a Rua das Congostas (atualmente corresponde à parte inferior da Rua Mouzinho da Silveira), pois ela ligava o mesmo largo à zona do cais da Ribeira.²⁵

Figura 1 – Localização da casa-torre de João Martins Ferreira



Legenda: 1 – Convento de S. Francisco; 2 – Rua Nova; 3 – Casa-torre de João Martins Ferreira; 4 – Rua dos Mercadores; 5 – Praça da Ribeira; 6 – Alfândega do Rei.

Fonte: Luís Aguiar Branco, adaptação da *Planta do Porto Medieval* (AHMP, 1999).

Em 1491, o espaço imediatamente defronte ao cais sofre um incêndio. Local do mercado diário, a Praça da Ribeira era o coração comercial do Porto. Precisamos imaginar um espaço cheio de gente, de vendedeiras, mesteirais, curiosos e meliantes. Carros de bois atravessavam esta praça carregados de mercadorias para o cais. Estivadores e marinheiros esforçados carregavam e descarregavam as embarcações atracadas no cais ou fundeadas no rio. Em suma, um mar de gente. Os edifícios de vários andares que circundavam esta praça atestam a ocupação sem planeamento urbanístico deste espaço. Sem arquitetura harmonizada, ocupavam todos os espaços disponíveis. Os mesteirais aí instalados abriam as suas lojas para a via pública. As bancas assentes em pedra tentavam não ser derrubadas. Da profusão de atividades podemos referir uma mescla completa de

²⁵ Barros, *Porto*, 36-43.

saberes e riquezas, já que comungavam do mesmo espaço sapateiros, boticários, barbeiros, tanoeiros, ourives, advogados, mercadores, etc. É o mundo do Porto tardo-medieval expresso numa só praça. E todo esse mundo sofre um abalo considerável com o incêndio de 1491. Depois do desastre, D. João II decide que a reconstrução tinha de ocorrer seguindo regras. Era preciso construir um rossio amplo e harmonioso, e que fizesse justiça à cidade, pois era a sua principal porta para o mundo. Claro que quem devia pagar estas obras era a Câmara, através dos impostos lançados ao povo. Todo o processo durou, pelo menos, entre 1494 e 1504. A reconstrução fez-se, mas nunca foi terminada, inclusive até aos nossos dias. E por isso as diferenças arquitetónicas entre o lado jusante e montante da atual Praça da Ribeira, um dos locais emblemáticos de sempre da cidade.²⁶ Sabemos que João Martins Ferreira foi afetado por este fogo, nomeadamente nas casas que detinha nesta Praça. Tais casas, votadas à ruína e abandono, tornam-se em pardieiro. Em 1492, este pardieiro é vendido e, com o dinheiro recebido, o mercador portuense compra umas casas na Rua de S. Nicolau, que atribui à sua capela fúnebre.²⁷

Embora fosse o cais mais importante, o cais da Ribeira não era o único. O Douro era dotado de várias praias fluviais e, assim sendo, tinha boas condições naturais para a construção de estruturas portuárias. Temos vários exemplos destas estruturas, tais como: o cais da Estiva, o de Massarelos, o dos Guindais, etc.²⁸ Mas para que todos eles cumprissem a sua função, foi necessário dotá-los das melhores condições para o desembarque das mercadorias, assim como para a acostagem das embarcações. Para isso, recorria-se à construção de estacaria em madeira alicerçada em pedra. Os barcos acostavam lado a lado com esta estacaria, sendo presos a estruturas de amarração (argolas e esteios), lançando-se tábuas de madeira (as escadas) que ligavam o interior do navio ao cais propriamente dito e que eram arrendadas pela Câmara portuense. Era através destas escadas que as mercadorias eram descarregadas, quer através do rolamento dos toneis,

²⁶ Adelaide Millán da Costa, “O “refazimento” da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 31-34.

²⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-780(B238).

²⁸ Barros, *Porto*, 61. O cais de Massarelos é seguramente mais tardio, o dos Guindais também o é provavelmente.

quer às costas dos estivadores. Era possível e provável que existissem guindastes, mas estes não deixaram grande rasto na História do Porto.²⁹

Qual era o negócio dos mercadores portuenses? Principalmente os produtos naturais do Entre-Douro-e-Minho, que chegavam à cidade pelo rio Douro. Segundo Dirk Meier, são os rios que ligam o *hinterland*³⁰ de uma cidade ao mar.³¹ No caso do Porto, o papel do rio Douro sempre foi central até aos dias de hoje. Mais do que uma via comercial, este rio era, na época que nos importa, a mais importante ligação da cidade, não só ao seu *hinterland*, mas ao mundo acessível aos portugueses. Na época medieval o Douro era muito diferente do rio pacificado que observamos hoje (e mesmo assim, de vez em quando, ele dá sinais da sua força através das cheias). Até à construção das várias barragens que existem ao longo seu curso, o Douro era um típico rio de montanha com um caudal reduzido no Verão e cheias violentas no Inverno. Não é difícil imaginar as dificuldades para a navegação, especialmente para os barcos carregados de mercadorias. Existiam também vários obstáculos, tanto na sua ligação ao mar como no percurso para a sua nascente. Temos os obstáculos naturais, sendo famosos os vários rochedos que povoavam as suas águas, especialmente entre a cidade e a barra do rio, assim como temos os obstáculos construídos pelo homem, tais como as pesqueiras, as redes, os moinhos de água, etc., que dificultavam, e muito, a navegação para o interior. Nesta altura, esta não passava de S. João da Pesqueira, não sendo possível ultrapassar o mais famoso de todos os pontos do Douro interior, o Cachão da Valeira.³²

²⁹ Barros, *Porto*, 44-68

³⁰ O *hinterland* de uma cidade refere-se à região circundante que está ligada economicamente a ela. Pode corresponder ao termo, mas tal não é obrigatório, já que as fronteiras de definição do *hinterland* são fluídas e de base exclusivamente económica. O termo, por sua vez, define-se jurídica e administrativamente.

³¹ Dirk Meier, *Seafarers, Merchants and Pirates in the Middle Ages* (Woodbridge: The Boydell Press, 2006), 11.

³² Formação granítica de grande tamanho que, para além de uma grande cascata, afunilava o rio de tal maneira que impossibilitava a sua navegação para montante (Barros, *Porto*, 39-49). Para as dificuldades de navegação do Douro ver: Amândio Jorge Morais Barros e Luís Miguel Duarte, “Corações Aflitos: Navegação e Travessia do Douro na Idade Média e no Início da Idade Moderna”, *Douro: Estudos & Documentos*, II, 2º, 4 (1997): 77-118. Acedido em março de 2017. https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/CFMN6LG7CMRGVXXLY614E6EJ7PC4YC.pdf. Segundo opinião pessoal do Prof. Dr. Gaspar Martins Pereira, a quem agradecemos, o rochedo em si pode ter passado os 40 metros.

Os produtos naturais exportados eram o peixe da costa, os couros, o vinho do Douro, o azeite transmontano e minhoto, a fruta afamada e o sumagre.³³ Também eram vendidas cabeças de gado provenientes de todo o *hinterland* e o sal de Aveiro, produto básico mas sempre com venda garantida nas praças comerciais estrangeiras do norte da Europa.³⁴ Os principais produtos importados eram os muito procurados tecidos da Flandres (em lã, linho e algodão), os cereais (essenciais em tempos de carestia), o açúcar da Madeira, e as especiarias do ultramar (especialmente a pimenta da costa ocidental africana). Também essenciais para a indústria de construção naval eram materiais como: as madeiras e mastros do Báltico e Escandinávia; o ferro da Biscaia e do norte da Europa; materiais de calafetagem (breu e estopa, principalmente); e os produtos manufaturados (pregaria, cordame, etc.).³⁵

Já antes afirmámos não sabermos o que João Martins Ferreira comerciava. Mas temos três pistas. Duas delas referem-se às mercadorias. Sabemos que o mercador portuense foi multado por possuir em casa uma balança para pesar ferro, contra a legislação camarária.³⁶ Se tinha tal instrumento, mais ainda de forma ilegal, é de crer que fosse para o usar. Parece-nos lícito pensar que um dos seus negócios seria o comércio de ferro – e, arriscando um pouco mais, a importação deste minério, provavelmente do grande centro produtor, a Biscaia. Não nos esqueçamos que o seu pai era caldeireiro e também mercador – uma combinação de ofícios que não surpreende.³⁷ Faz sentido que João Martins Ferreira tenha adquirido todo o saber e os melhores contatos para comerciar produtos manufaturados em metal ou simplesmente para importar ferro, que tanta falta fazia, desde logo, na poderosa indústria de construção naval do Porto. É bem possível que

³³ O sumagre é um pó resultante da trituração de todos os elementos do arbusto com o mesmo nome depois de secos, sendo usado na indústria dos curtumes para retirar a gordura presa à pele e na indústria tintureira como elemento fixador das cores (Barros, *Porto*, 306).

³⁴ Sousa, “Tempos”, 183. Barros, *Porto*, 377.

³⁵ Peter Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe* (Londres: Thames and Hudson, 2002), 286-292, 305-316, 318-326, 331-332. Barros, *Porto*, 316, 349-361.

³⁶ Adelaide Millán da Costa, “Um Paradigma da Arte de Bem Governar o Burgo”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 25.

³⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-757(C302).

ele fosse um fornecedor de arcos de ferro para os tanoeiros da cidade, ou pregaria e muitos outros aprestos (âncoras,³⁸ peças de pequenos guindastes, etc.) para aquela indústria.

A outra pista diz-nos que, ao mesmo tempo que era vereador e rendeiro da entrada dos vinhos brancos na cidade, pretendeu assinar os alvarás dos vinhos vermelhos. Estamos perante um claro caso de “juiz em causa própria”, pois quanto menos vinho tinto entrasse na cidade, mais vinho branco se venderia e, por isso, foi instado pelo procurador a não participar em tal decisão. Um claro conflito de interesses, pois sendo vereador participava nas decisões camarárias sobre o comércio e preço dos vinhos, e enquanto rendeiro daquela entrada podia beneficiar – ou perder – com estas decisões. Assim, sabemos que tinha – ou pelo menos teve, em determinada fase da sua vida – interesses no comércio de vinho da cidade. Não podemos saber se esse vinho seria exclusivamente para consumo nas tabernas da urbe ou também para exportação. A terceira e última pista tem a ver com os eventuais destinos da sua atividade mercantil, já que por duas vezes falta a reuniões da Câmara: uma por estar na Madeira (1485), a outra por estar a armar um navio para lá ir (1498).³⁹ Vamos então tentar aprofundar estas duas singelas informações: que navio seria esse, e que iria um mercador do Porto fazer à Madeira?

Muito provavelmente este navio seria uma nau.⁴⁰ Este barco é um claro exemplo do que Richard Unger designa como a mais importante invenção para a navegação medieval: as embarcações com três ou mais mastros. Nos finais do século XV, o padrão de desenvolvimento no *design* das embarcações era geral para a Europa, embora se mantivessem algumas diferenças entre as técnicas construtivas do norte e sul da Europa, devido às diferenças de navegação entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Os vários contatos entre mercadores e armadores de diversas regiões favoreceram a construção de navios comerciais semelhantes. Afinal, as exigências da procura eram as mesmas por essa Europa fora. Os desenhos deste final de século privilegiam a robustez, a navegabilidade e a manobrabilidade (de preferência com menor tripulação); tudo isto com cada vez menor tonelagem relativamente a barcos anteriores. Nas rotas que nos interessam, entre o sul e o norte do Atlântico, predominavam as embarcações com três mastros, com velas

³⁸ Peças que eram frequentemente importadas.

³⁹ Costa, “Um Paradigma”, 23, 25.

⁴⁰ Barros, *Porto*, 176, 210, 260.

quadradas no traquete e no principal, e vela latina na mezena.⁴¹ A área das velas foi reduzida, reduzindo-se assim igualmente o cordame e o número de homens para as manejar. O casco foi reforçado com traves perpendiculares que passaram a suportar duas ou três cobertas, para além de aguentar as exigências da navegação atlântica. Com tudo isto obtinha-se mais capacidade de transporte e uma maior diversidade das mercadorias pela separação dos espaços. Era normal estes barcos terem acastelamentos na popa e na proa. A maior manobrabilidade era dada pelo leme colocado na trave da popa em substituição do leme lateral.⁴² Em síntese, a nau era uma embarcação de porte relativamente grande, com três mastros e com acastelamentos à popa e à proa integrados na estrutura do casco. Eram embarcações muito bojudas, o que facilitava a acostagem nos mais variados portos europeus, com um rácio entre o comprimento e a largura de 3:1. Nos finais do século XV tinham no máximo 400 toneladas, distribuídas geralmente por três ou mais cobertas. Eram barcos de utilização variada, podendo desempenhar funções militares, se adaptadas a isso, ou de transporte de pessoas e/ou mercadorias.⁴³

Sendo muito provável que João Martins Ferreira tenha comerciado através de uma ou em várias destas naus, será igualmente provável que tenha sido dono de uma? A facilidade de encomendar uma é evidente. Os estaleiros do Porto, nomeadamente o de Miragaia, tinham grande fama na construção de naus e, por isso, o rei aí encomendou as naus com que Vasco da Gama chegou à Índia.⁴⁴ Sabemos que o mercador portuense teve relações com o mercador e armador João de Figueiró, como se pode ver pelos valores cobrados em nome do rei, que lhe entregou para a construção da armada da Graciosa.⁴⁵

⁴¹ O traquete é o mastro mais próximo da proa, ou a frente da embarcação. A mezena é o mastro mais próximo da popa.

⁴² Richard W. Unger, *The Ship in the Medieval Economy (600-1600)* (Londres: Croom Helm, 1980), 203-204, 216-217, 231.

⁴³ Francisco Contento Domingues, *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI* (Vila do conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007), 50. Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1990), 3ª Edição, 368-369. Henrique Lopes de Mendonça, *Estudos Sobre Navios Portugueses nos Séculos XV e XVI* (Lisboa: Ministério da Marinha, 1971), 5-10.

⁴⁴ Fernão Lopes, *Chronica d'El-Rei D. João I*, 2ª parte, vol. IV, cap. IX, 26. Barros, *Porto*, 183-185, 211, 261.

⁴⁵ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-782(B240). A expedição à Graciosa, comandada por Gaspar Jusarte, cavaleiro da Ordem de Santiago, teve lugar em 1489. Tinha como objetivo construir uma fortaleza, transportando para o efeito, artilharia, cal, pedra, madeira e mantimentos. Esta expedição insere-se no objetivo, por parte de D. João II, de reforçar militarmente a região norte de Marrocos, perto de Arzila. Estava enquadrada na cruzada de conquista de África, com

O seu filho, Francisco Figueiró,⁴⁶ é testemunha em dois documentos, um emprazamento e um escambo, realizados por João Martins Ferreira.⁴⁷ Mas conhecer quem faça barcos e saber onde eles eram feitos, não implica querer, ou ter necessidade de ser dono de um. Essa necessidade poderia vir das mais-valias que uma embarcação traria para a sua atividade de mercador. Sabemos que o seu negócio foi o do grosso trato de mercadorias. A dimensão da sua fortuna e a relevância que o mercador portuense teve na vida social e política da cidade assim o atestam. Era relativamente normal que os mercadores possuíssem a sua própria embarcação se o volume dos seus negócios o justificasse, sendo mais comum a propriedade unipessoal dos navios durante o século XV. No entanto, também era prática que um grupo deles, com interesses comerciais semelhantes, se associasse e detivesse a propriedade de uma embarcação.⁴⁸ Além disso, a posse de uma embarcação dava prestígio e era vista como uma via de promoção social.⁴⁹ Veremos, mais à frente, como esse foi um dos objetivos da vida do mercador portuense.

Curiosamente, Amândio Barros refere a existência no Porto de uma nau, chamada a Ferreira, entre 1451 e 1456. Terá estado ao serviço do rei em várias viagens entre Lisboa e Ceuta. Seria uma embarcação de porte significativo, com cerca de 185 toneladas. O nome da nau permite-nos levantar algumas suposições. Estamos numa altura em que a esmagadora maioria das embarcações tinha nomes religiosos, de forma a puderem beneficiar da intercessão protetora dos santos ou da Virgem. No entanto, alguns barcos tinham o nome do seu proprietário, caso fosse um aristocrata ou mercador mais conhecido (ou mais vaidoso). O nome Ferreira não é comum no Porto (sendo um nome de família aristocrata, o seu uso indevido era punido pelas leis do reino), e o autor avança com a hipótese de esta nau ser assim denominada por estar ligada a ferreiros ou pela carga que normalmente transportaria, ferro ou materiais manufaturados a partir deste metal.⁵⁰ Por alturas destas viagens, João Martins Ferreira seria um adolescente, demasiado jovem para deter a propriedade de uma embarcação deste calibre. No entanto, o seu pai, Martim

bula concedida por Inocêncio VIII, em 1488 (Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 84).

⁴⁶ Pedro de Brito, *Patriciado Urbano Quinhentista: as Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)* (Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997), 104.

⁴⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-794(C325). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-797(D73).

⁴⁸ Barros, *Porto*, 382-384, 453-459.

⁴⁹ Barros, *Porto*, 169.

⁵⁰ Barros, *Porto*, 232, 488, 490-491.

Lourenço (membro ‘renegado’ da linhagem dos Ferreira)⁵¹ e o seu tio, Francisco Lourenço, eram mercadores. Aliás, sabemos já que o seu pai também era caldeireiro, tendo experiência na arte de trabalhar metais e sabia bem as potencialidades do seu comércio. Podemos sugerir a hipótese de que esta nau fosse a embarcação para os negócios da família, imaginando mesmo uma parceria entre todos os familiares (isso aconteceu com João Martins Ferreira, que terá um parente, Baltazar Ferreira, a trabalhar para si).⁵² Considerando esta possibilidade, teria sido nestas viagens que o mercador portuense efetuou o seu batismo de mar e se habituou a viajar pelo Atlântico.

Seguramente que esta nau não chegou operacional à vida adulta de João Martins Ferreira. As embarcações, por esta altura, dificilmente tinham uma vida útil máxima superior a 10 anos, e já assim com muitas reparações. O normal andaria pelos cinco anos. Resta-nos avaliar outra dimensão desta possível posse de um barco por parte do mercador portuense. Será que ele tinha meios para ser dono de uma nau? Esse problema não se punha se o negócio praticado tivesse rentabilidade suficiente para um empréstimo. O mercado financeiro nos finais do século XV em território português já tinha uma expressão considerável, especialmente pela exploração açucareira da Madeira e com o avanço da exploração da costa ocidental africana, e consequente chegada de mercadorias de alto valor (pimenta, marfim, ouro, escravos). Para o caso concreto do Porto, devemos referir o crescimento da comunidade judaica portuense com a chegada de famílias espanholas depois da expulsão de 1492 em Espanha. Este repentino influxo de judeus criou novas dinâmicas comerciais e acesso a novos mercados financeiros, especialmente umas décadas depois nos Países Baixos, de que todos beneficiaram.⁵³ A nau escolhida teria entre 60 toneladas, valor mínimo para embarcações de longo curso, e 100 toneladas, sendo este o perfil típico da frota do Porto.⁵⁴ Pérez-Mallaína afirma que, nas primeiras décadas do século XVI, uma nau de 100 toneladas custava entre 600 e 700 ducados

⁵¹ Ver página 67.

⁵² AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v.

⁵³ Geraldo Coelho Dias, “Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade”, Luís Carlos Amaral *et al* (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Carlos Baquero Moreno* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003), Vol. I, 437-439. Carsten L. Wilke, *História dos Judeus Portugueses* (Lisboa: Edições 70, 2009), 21-22, 56-61.

⁵⁴ Barros, *Porto*, 174-175, 382-384.

espanhóis.⁵⁵ Em 1508, o custo de três naus foi de 2.675.866 reais. Se dividirmos este valor por três, ficamos com um custo unitário aproximado de quase 900.000 reais. Em 1523, o custo de duas naus foi de 1.023.000 reais, sendo o seu valor unitário aproximado de 500.000 reais.⁵⁶ Não é nosso propósito apresentar uma avaliação exata do preço das naus, do valor da depreciação do real ao longo da vida de João Martins Ferreira, ou das diferenças de valor entre a moeda espanhola e a moeda portuguesa. Estes valores dão-nos simplesmente uma ideia da dimensão de investimento. Pensemos na fortuna de João Martins Ferreira. Na instituição do seu morgadio, em 1491, o mercador portuense declara que uma das parcelas incorporada é um terço das suas posses, ou seja, 200.000 reais. A sua fortuna própria andaria, por esta altura, pelos 600.000 reais.⁵⁷ Temos que adicionar a este valor a herança deixada pelo seu pai, falecido em 1477, que andaria pelos mesmos valores (ele incorpora somente um terço dela no morgadio, o que, em conjunto com a herança de sua tia, dá um valor total de 270.000 reais).⁵⁸ Sem valores concretos para todas estas parcelas, notamos que o custo de uma nau, elevado para qualquer mercador, estaria perfeitamente dentro dos valores da fortuna total de João Martins Ferreira.

Não é difícil imaginar João Martins Ferreira a bordo do seu navio. O mercador portuense tinha relações com vários mareantes, nomeadamente pilotos⁵⁹ e marinheiros,⁶⁰ como se pode ver pelas testemunhas em alguns dos documentos do seu fundo. Infelizmente, não chegou até nós nenhum contrato de prestação de serviços, mas na altura era normal que a grande maioria das relações profissionais se estabelecesse com base na palavra dada e na honra e nome dos contratantes.⁶¹ Sobretudo não chegaram livros notarias desses anos, nos quais os contratos seriam registados. As principais rotas, por

⁵⁵ Pablo E. Pérez-Mallaína, *Spain's Men of the Sea* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998), 124.

⁵⁶ Barros, *Porto*, 196, 213.

⁵⁷ Provavelmente bastante mais, já que faz sentido que ele declarasse a terça parte por defeito, para afetar a ela menos bens.

⁵⁸ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 36v.

⁵⁹ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-771(C311). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-788(C320).

⁶⁰ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-783(B241).

⁶¹ Barros, *Porto*, 473.

onde estes navios sulcavam os mares, eram as que os levavam para a Flandres, para Inglaterra, para França, para a Galiza, para a ilha da Madeira e para Lisboa.⁶²

Toda esta atividade comercial atraiu os seus ‘predadores’. A partir dos finais do século XV multiplicam-se ataques de piratas e corsários franceses. O reino francês iniciava por esta altura a sua expansão marítima e esbarrava na defesa acérrima por parte de Portugal das suas prerrogativas de exclusividade na exploração concedidas pelo Tratado de Tordesilhas. Afastada arbitrariamente das lucrativas mercadorias ultramarinas, a França reclamava a libertação dos mares, como medida elementar de justiça e de igualdade de oportunidades entre todos os reinos com capacidade marítima. Em 1484, assina-se um acordo entre D. João II e Carlos VIII, na tentativa de evitar problemas e conflitos entre os mareantes portugueses e franceses. Mas o acordo de pouco adiantou, já que, em 1492, piratas franceses atacam uma caravela portuguesa no regresso da fortaleza da Mina. Este ato motiva o apresamento de todas as embarcações francesas ancoradas em portos portugueses como represália. Posicionados entre o cabo Finisterra e o cabo S. Vicente, os barcos franceses (com tripulações maioritariamente bretãs e normandas) atacavam todos os que lhes surgissem no horizonte. A partir do século XVI a neutralidade de Portugal no conflito entre o rei francês Francisco I e o imperador Carlos V vai dar mais argumentos aos corsários franceses para atacarem os navios nacionais, pois a França desejava que o reino português se pusesse do seu lado. No cômputo geral, foram as embarcações do Entre-Douro-e-Minho que mais sofreram, com 35% do total de ataques e 44% das vítimas. O Porto teve 34 embarcações atacadas na primeira metade do século XVI. A rota comercial mais fustigada foi a da Flandres (devendo-se destacar a que ligava a ilha da Madeira a este destino), com mais de 60% do total de ataques a navios. Os piratas e corsários estavam interessados no açúcar, nas especiarias e nas frutas portuguesas, posicionando-se entre o cabo Finisterra e a costa galega. Em 1518, há registo de uma embarcação do Porto carregada com açúcar com destino à Flandres ter sido atacada por corsários franceses.⁶³ Todos estes problemas, para além de o Porto estar arredado das rotas comerciais com a Índia, fazem com que se vivam tempos de crise nos inícios de

⁶² Barros, *Porto*, 379. Flávio Miranda, *Portugal and the Medieval Atlantic: Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade (1143-1488)*, [Tese de Doutoramento], (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 166.

⁶³ Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e França na Primeira Metade do século XVI*, [Tese de Doutoramento], (Cascais: Patrimonia, 1995), 69-73, 217-236, 241, 275-277, 279-286, 332, 350.

Quinhentos.⁶⁴ Isto ocorre no universo comercial de João Martins Ferreira. Será que o mercador portuense sofreu com algum destes ataques? Teria sido este ambiente de insegurança que levou a que nenhum dos seus filhos tenham prosseguido com os negócios de, pelo menos, duas gerações? Os documentos disponíveis não permitem responder, mas, seguramente, que a ação predatória dos franceses terá dado muitas noites sem sono ao biografado. No entanto, a sua pujança económica e influência social não parecem ter sido afetadas. Continuemos a tentar conhecer este mercador. E é na ilha da Madeira que a sua história prossegue.

1.2. A ilha da Madeira. Capital do ouro branco.

O arquipélago da Madeira era já conhecido anteriormente, mas só no século XV, sobretudo entre 1419 e 1426, dois escudeiros fidalgos da Casa do Infante D. Henrique e um italiano da Casa do Infante D. João empreenderam o seu povoamento: João Gonçalves Zarco, Tristão Teixeira e Palastrelli. Começaram a colonização pela ilha de Porto Santo, mas o empreendimento não deve ter corrido de feição, pois em 1421 João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira abandonam esta ilha e fixam-se na maior do arquipélago, denominada Madeira. A partir de 1425 ou 1426, já é a administração central a organizar juridicamente a ocupação do solo e consequente colonização. As culturas iniciais foram de cereais, beneficiando os primeiros colonos da extraordinária fertilidade da terra madeirense que, no entanto, foi rapidamente esgotada pelas culturas sucessivas e intensivas. Para além desta prosperidade natural inicial, a Coroa, através das decisões do regente D. Pedro, incentivava o desenvolvimento da ilha através de várias isenções com o propósito de fixar novas populações e estimular o comércio com o continente.⁶⁵

Com esse primeiro esgotamento dos solos foi necessário encontrar culturas alternativas. A cana-de-açúcar e a videira foram as que melhor se adaptaram ao ecossistema madeirense. Originário do Oriente, o açúcar foi gradualmente introduzido no mundo mediterrânico pelos muçulmanos nos séculos VIII e IX. No século X, o Egipto era um dos maiores fornecedores de açúcar para todo o mundo mediterrânico e Europa, através dos Venezianos. No século XII, encontramos o cultivo do açúcar em Marrocos e

⁶⁴ Barros, *Porto*, 185.

⁶⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008), 2ª Edição, 301-303. Joaquim Romero Magalhães, “O Açúcar nas Ilhas Portuguesas do Atlântico, Séculos XV e XVI”, *Varia História*, Vol. 25, nº 41 (2009): 152.

na Andaluzia. No entanto, a introdução desta cultura no Ocidente cristão foi feita pelos Venezianos no Reino de Jerusalém e, especialmente, na ilha de Chipre, onde obteve relevância significativa. Este açúcar era depois vendido na Europa pelos mesmos Venezianos e Genoveses. Como não controlavam nenhuma zona de produção açucareira, os Genoveses tentaram implementar esta cultura em zonas que dominassem economicamente e, para isso, tentaram-no, no século XIV, na Sicília, e no século XV, no Algarve e Madeira. O primeiro engenho de açúcar⁶⁶ nesta ilha, localizado na Ribeira Brava data de 1452, e é um empreendimento conjunto de genoveses e do infante D. Henrique. Dois anos depois, o visitante genovês Alvise da Mosto, mais conhecido por Cadamosto, descreve que a ilha era já uma “terra de muitas canas”. O açúcar deu-se bem em terras madeirenses, pois nas cortes de Évora de 1481-1482 um procurador afirma que no ano anterior “tinham carregado [na Madeira] 20 navios acastelados e 40 ou 50 navios de carga, maioritariamente de açúcar”.⁶⁷

Tanto sucesso teve esta cultura que, entre o último quartel do século XV e a primeira metade do século XVI, a Madeira se torna no principal abastecedor europeu, destronando os principais concorrentes: as ilhas mediterrânicas, a Sicília e Granada. Com isto, houve uma reorganização dos mercados compradores e respetivos agentes, verificando-se a perda da supremacia veneziana, que se tornou definitiva com a disseminação do açúcar no Brasil a partir de 1526.⁶⁸ O crescimento económico foi tão grande que, com o consequente crescimento populacional e urbanístico, leva D. Manuel I a elevar o Funchal a cidade em 1508. O comércio do açúcar manteve-se livre até 1469,

⁶⁶ O engenho era um complexo de edifícios, cada um com a sua função no fabrico do açúcar. Situavam-se preferencialmente ao pé dos rios, para aproveitar a força das águas. Primeiro limpavam-se e preparavam-se as canas. De seguida eram prensadas de forma a extrair o caldo. Este caldo era posto em grandes tachos de cobre, que são aquecidos até se atingir a temperatura correta para se transformar em mel. Este mel é depois posto em tanques e agitado para acelerar a cristalização do açúcar contido nele. Depois, é transferido para formas cónicas com 32 litros de capacidade, os famosos pães de açúcar, até esfriar. O mel não cristalizado é extraído por decantação por um orifício na parte inferior da forma. O açúcar cristalizado, conforme a sua posição no pão de açúcar e consequente pureza, recebe várias denominações, que tinham as respetivas diferenças no preço (Jorge Couto, “Engenho”, Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2016), Vol. 1, 347-351)).

⁶⁷ Peter Russell, *Prince Henry ‘the Navigator’, A Life* (Londres: Yale University Press, 2000), 87-90, 97-99. Spufford, *Power*, 305-309. Magalhães, “O Açúcar”, 154-155.

⁶⁸ Alberto Vieira, “A Madeira e o Mercado do Açúcar (séc. XV-XVI)”, Alberto Vieira (coord.), *História do Açúcar: Rotas e Mercados* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002), 57. Magalhães, “O Açúcar”, 156-157.

altura em que se tentou implementar um monopólio com Lisboa,⁶⁹ de iniciativa do senhor da ilha, o Infante D. Fernando, sobrinho e herdeiro do Infante D. Henrique. Esta medida, bem como as subsequentes tentativas de monopólio por parte da administração central, sofreu sempre muita contestação por parte da vereação. Com atrasos e recuos nesta liberdade de comércio, ao sabor das oscilações do preço do açúcar nos mercados internacionais, a questão ficou definitivamente sanada em 1508. Na promulgação do foral de 1515 à cidade do Funchal está já claramente estipulado que “os ditos açucares se poderão carregar para o Levante e Poente e pera todas outras partes que os mercadores e pessoas que os carregarem aprouver sem lhe isso ser posto embargo algum”.⁷⁰

Mal a cultura do açúcar começou a dar frutos económicos relevantes, em meados do século XV, a Coroa procurou promover o seu comércio através da concessão de privilégios especiais a mercadores italianos, flamengos, franceses e bretões. O objetivo era colocar o açúcar nos mercados europeus e, com isso, aumentar as receitas sobre a exportação. Quem mais beneficiou com isso foram os genoveses e florentinos, que conseguiram dominar o mercado através da ação de destacadas personagens, tais como: Baptista Lomellini, Francisco Calvo e Micer Leão. O famoso Cristóvão Colombo chegou à ilha, em 1478, como agente destas poderosas famílias italianas, com a missão de comprar e transportar 2.400 arrobas de açúcar para Génova. Já vimos como isto gerou descontentamento entre os mercadores nacionais, que se sentiam prejudicados face aos estrangeiros e que várias queixas fizeram contra o monopólio efetivo dos genoveses e judeus, nomeadamente nas Cortes de Coimbra de 1472-1473 e nas de Évora de 1481-1482. Até ao final do século XV tentou-se uma política de defesa da rentabilidade do açúcar, que se revelou um autêntico fracasso pelo controlo ineficaz e pouca adesão dos produtores, já que continuavam a comerciar diretamente com os vários interessados sempre que podiam.⁷¹ A partir de 1498 tentou-se uma nova solução, dividindo-se a produção anual da ilha em contratos parciais, as escáfulas, conforme as zonas europeias

⁶⁹ Esse monopólio foi entregue a uma companhia de 5 mercadores: Vicente Gil, Álvaro Esteves, Baptista Lomellini, Francisco Calvo e Martim Anes Boa Viagem. Esta decisão causou uma forte reação por parte dos homens-bons do concelho funchalense contra os beneficiários deste contrato (Francisco Clode e Alberto Vieira, *A Rota do Açúcar na Madeira* (Funchal: Associação dos Refinadores de Açúcar Portugueses, 1996), 145).

⁷⁰ Clode e Vieira, *A Rota*, 144-146.

⁷¹ Clode e Vieira, *A Rota*, 148. Magalhães, “O Açúcar”, 157-159.

a fornecer.⁷² Estes contratos monopolistas eram arrendados por sociedades sedeadas em Lisboa que decidiam depois a quem vender individualmente. Até aos anos 30 do século XVI destacam-se Bartolomeu Marchioni, Lucas Giraldi e Benedito Morelli, que, a partir de uma proximidade privilegiada com a Coroa sedeada em Lisboa, dominam a licitação dos contratos e aprofundam esta rede de negócio com as principais cidades europeias. Os mercadores italianos acabam por atingir uma relevância neste comércio que se espelha na importância que adquirem na sociedade local, ocupando variados cargos na governança e tornando-se proprietários das melhores terras, entrando assim no negócio da produção açucareira. São os casos de Rafael Cattano, João e Jorge Lomelino, Giovanni Spínola, e Benoco Amatori, entre outros.⁷³

Os franceses e flamengos chegam em força à ilha em finais do século XV. A grande diferença para com os italianos é que não procuram criar raízes na sociedade local, estando unicamente interessados na comercialização do ouro branco. No entanto, são os portugueses e castelhanos que maior intervenção têm neste negócio, depois dos italianos. Aliás, são estes mercadores estrangeiros que iniciam as rotas comerciais que serão depois utilizadas pelos mercadores nacionais, nomeadamente para Bruges e Lisboa. Devemos realçar que o abastecimento de açúcar da praça de Bruges, e mais tarde de Antuérpia, era feito através da função redistribuidora dos portos nortenhos, a saber, Porto, Vila do Conde, e Viana da Foz do Lima. Mesmo que as principais praças europeias fossem dominadas pelos mercadores italianos, a rota e mercado flamengo foram dominados pela feitoria portuguesa. Para o abastecimento do mundo mediterrânico são os italianos que controlam a quase totalidade do volume de negócio.⁷⁴

Analisando o mercado do açúcar, verificamos que, entre 1490 e 1550, os mercadores italianos comercializaram para as praças europeias mais de metade do açúcar produzido na ilha. Mas é no período entre 1490 e 1510 que os volumes exportados são

⁷² Pelas escáculas de 1498, de um total de produção de 120.000 arrobas, temos a seguinte distribuição: Flandres 40.000 arrobas; Quios e Constantinopla 15.000 arrobas; Veneza 15.000 arrobas; Génova 13.000 arrobas; Portugal 7.000 arrobas; Inglaterra 7.000 arrobas; Rouen 6.000 arrobas; Aigues Mortes 6.000 arrobas; Porto Liorne 6.000 arrobas; Roma 2.000 arrobas; La Rochelle 2.000 arrobas; Bretanha 1.000 arrobas (Jorge de Macedo e Virgínia Rau, *O Açúcar na Madeira nos Fins do Século XV* (Funchal: Junta-Geral do distrito Autónomo do Funchal, 1961), 14. Magalhães, “O Açúcar”, 159).

⁷³ Vieira, “A Madeira”, 59-62. Wilke, *História*, 33.

⁷⁴ Clode e Vieira, *A Rota*, 153-154. Francesco Guidi Bruscoli, “I Mercanti Italiani, Lisbona e L’Atlantico (XV-XVI Secolo)”, Beatriz Arízaga Bolumburu *et al* (eds.), *Diplomacia y Comercio en la Europa Atlántica Medieval* (Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2015), 137-138.

mais significativos, graças à proteção comercial de que gozavam por parte da administração central. Deste volume total de açúcar, verificamos uma concentração em poucos mercadores, os Affaitati, Manardi, Lamoroto, Marchioni e Morelli, que dominam a maioria do açúcar exportado, com cerca de 71% do total. Entre 1502 e 1529, João Francisco Affaitati comerciou sete vezes mais açúcar do que todos os mercadores portugueses juntos! Entre 1490 e 1550, 52% do açúcar produzido foi exportado para o espaço italiano. Deste total, 30% fica nesse espaço, e dentro dele 42% fica para Veneza, 36% para Génova, e 22% para Porto Liorne e Roma. O resto seria redistribuído por outras cidades mediterrânicas, nomeadamente francesas, e Constantinopla. A Flandres recebe 39% deste total e o território nacional é o terceiro, com quotas próximas dos 10%. Este valor era superior às necessidades de consumo nacionais, pelo que boa parte desse açúcar seria redistribuído posteriormente para a Espanha e o norte da Europa.⁷⁵

O sucesso do açúcar madeirense foi sobretudo o seu baixo preço, conseguindo desta forma substituir as tradicionais rotas e produções levantinas e mediterrânicas. Especialmente depois da utilização do moinho de água os custos de produção tiveram uma quebra considerável. O açúcar de maior qualidade, o branco de duas cozeduras, era o preferido para exportação, atingindo o seu preço mais elevado nos meses de junho e julho, os meses da primeira produção. A preferência por este açúcar explica-se por ele suportar a viagem em boas condições e também porque diminuía a quantidade de açúcar disponível, limitando a redução de preços por produção excessiva. Ora isto foi o que aconteceu na década de 70 do século XV, tendo este facto originado tentativas de controlo da produção açucareira por parte da Coroa. O açúcar branco não era o único produto comercializado e devemos referir alguns subprodutos, tais como: as escumas, as rescumas, o mel, o remel, o mascavado, e o mel mascavado.⁷⁶ Temos também derivados, como a

⁷⁵ Vieira, “A Madeira”, 65-67, 80.

⁷⁶ O açúcar branco corresponde à primeira parte do açúcar no pão de açúcar. O açúcar refinado corresponde ao açúcar de várias cozeduras (duas ou três), cozedura esta que faz diminuir o tamanho do pão de açúcar, diminuindo a quantidade de açúcar, mas aumentando a sua qualidade e preço. O mascavado é um açúcar de inferior qualidade, com resquícios de mel. A escuma, ou melaço, é o líquido retirado da espuma feita durante a fervura do suco das canas. O mel é o suco de cana não cristalizado, retirado por decantação dos pães de açúcar. Era utilizado na feitura das conservas e confeitados, para além de ser um complemento alimentar. O prefixo *-re*, utilizado tanto nas escumas como no mel, tipifica o mesmo processo numa cozedura posterior do açúcar (Naideia Nunes, “Terminologia Histórica dos Produtos e Subprodutos Açucareiros: do Mediterrâneo ao Atlântico”, Alberto Vieira (coord.), *História do Açúcar: Rotas e Mercados* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002), 638-654).

casquinha e as conservas. Entre 1520 e 1537, 60% do açúcar correspondia ao branco, 12% às escumas, 8% às rescumas, e 20% ao açúcar refinado.⁷⁷

O enriquecimento da sociedade madeirense foi tal que o Funchal recebeu um forte impulso de desenvolvimento urbanístico pela construção de imponentes moradias e capelas pelos mercadores e proprietários abastados. O próprio senhor da ilha, futuro D. Manuel I, constrói a igreja matriz do Funchal e reordena o espaço público da cidade. Também constrói igrejas em Machico, Santa Cruz, Ribeira Brava e Calheta. Todos estes edifícios, tanto públicos como privados, são embelezados com obras de arte flamengas. São tudo expressões de um processo de afirmação social ancorado em sinais exteriores de riqueza.⁷⁸

João Martins Ferreira tinha negócios na Madeira.⁷⁹ Em 1486, quando foi sorteado para ocupar o cargo de procurador do povo do Porto, somente assume funções passado um mês por se encontrar nesta ilha.⁸⁰ Temos confirmação documental dessa presença, pois a 10 de maio de 1486, o mercador portuense compareceu a uma reunião da vereação do Funchal, de cuja ata transcrevemos um excerto:

«Item em os x dias do mes de mayo em audiencia presente Bras Afonso Correa ouujdor pareço Joam Martjnz Fereira mercador morador na cidade do Porto em nome dos mercadores e moradores na dicta ujlla e estantes em ella de hũa parte e Joham de Taujra e Pero Vaaz e Gomez Vjnagre tabaliaes na dicta ujlla da outra parte E logo per ho dicto Joam Martjnz em nome dos ssobredictos foy dicto ao dicto ouujdor que era verdade e custume e usança era na çidade de Lixboa hos mercadores em dja de Nosso Senhor hirem com suas tochas junto com ha gajolla e os tabaliaes adjante delles segundo logo amostrou per o rregimento de Lixboa que estaua treladado em hũ liuro da camara...»⁸¹

A opinião de João Martins Ferreira foi seguida pelo ouvidor. Deste episódio podemos tirar duas conclusões importantes: que ele era alguém com relevância suficiente na sociedade madeirense para ser convocado para uma reunião camarária e para ser ouvido sobre um assunto tão importante como as posições na procissão do Corpo de

⁷⁷ Vieira, “A Madeira”, 69-72.

⁷⁸ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 63, 231. Vieira, “A Madeira”, 84-87.

⁷⁹ Ver página 21.

⁸⁰ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fls. 50v, 58v. Costa, “Um Paradigma”, 23.

⁸¹ Costa, *Vereações*, 147.

Deus;⁸² que o exemplo dado por ele tenha sido o da cidade de Lisboa mostra que a conhecia bem ou, pelo menos, a legislação que a regia nesta situação em particular. Esta relevância social, especialmente para um não-residente, só se atingia por três caminhos: fazendo parte da administração central, ser da casa do senhor do arquipélago, ou pelo volume de negócios e riqueza gerada. Por esta altura, já João Martins Ferreira teria, pelo menos, 14 anos de profissão, já que o primeiro documento que o refere como mercador é datado de 1472.⁸³ Em 14 anos de atividade comercial, sem sofrer nenhum contratempo (o que pode ter sido o caso), era perfeitamente possível a um mercador ambicioso e inteligente acumular uma boa fortuna, mais ainda se os pais lhe tivessem deixado um pecúlio razoável para iniciar o mester. Assim, e relembrando as posses declaradas pelo biografado na instituição de seu morgadio, não temos dúvidas de que ele era um mercador de “grosso trato”. Mas de quê concretamente? Considerando a época em causa e o volume de negócio esperado, existe somente uma mercadoria madeirense que possibilitaria estes lucros: o açúcar.⁸⁴ Certezas? Não temos. Temos, isso sim, a presença de um “Gianmartino

⁸² A festa do *Corpus Christi*, instituída na Bélgica em 1246, foi tornada obrigatória e universal pelo papa Urbano IV 18 anos depois. Acontece na primeira quinta-feira após o domingo da Trindade. A procissão correspondente, em que se mostrava a hóstia consagrada (o Corpo de Deus) pela povoação, foi instituída pelo papa João XXII em 1318, embora haja notícia de acontecer em Portugal pelo menos 11 anos antes. Rapidamente se torna a mais importante festividade nacional, participando nesta procissão as autoridades locais (que patrocinavam a festa), os representantes de todas as atividades profissionais locais (com desfile e carros alegóricos), os clérigos seculares e regulares, e as ordens militares. Com profundas raízes pagãs, esta procissão expressa bem a religiosidade da época e torna-se num espelho da sociedade coeva, já que toda a hierarquia social da localidade se encontrava nela representada. É, por isso, alvo de legislação específica, tanto por parte das autoridades religiosas como da governança local (João Francisco Marques, “Rituais e Manifestações de Culto”, Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal. Humanismo e Reformas*. (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000), Volume II, 563-564. Iria Gonçalves, “As Festas do «Corpus Christi» do Porto na Segunda Metade do Século XV: A participação do Concelho”, *Estudos Medievais*, 5/6 (1984/85): 69-74). Para um exemplo de uma procissão do Corpo de Deus, nos inícios do século XV, ver Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1945), 2ª Edição, Tomo III, 108-112. Para uma ideia da sua organização e custo para o concelho do Porto na segunda metade do século XV ver Iria, “As Festas”, 74-89. Ver o regimento de 1621 da procissão do Corpo de Deus na cidade do Porto para a definição legal desta procissão em termos de organização, representação dos mesteres e imputação de despesas com a sua realização (Luís de Sousa Couto, *Origem das Procissões da Cidade do Porto* (Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1971), 19-50.

⁸³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-749(B231).

⁸⁴ Embora se pudesse igualmente ganhar dinheiro com o comércio do trigo e do vinho. O Prof. Dr. Amândio Barros lembrou a possibilidade de essa riqueza se ter alicerçado igualmente no comércio do ferro, de armas, de caldeiras e no tráfico de capitais.

di Martino di Portoghallo” em Pisa no ano de 1480 a importar açúcar.⁸⁵ Este nome traduz-se em português para João Martins, filho de Martin. Claro que é um nome muito sedutor para comprovar a nossa teoria e, por isso, fazemos aqui a referência sem podermos ter certezas de que se trata de João Martins Ferreira. No entanto, a possibilidade de o mercador portuense fazer negócio com o “ouro branco” é bastante plausível e, até provas em contrário, servir-nos-emos dela como ligação com o destino que se segue.

1.3. Bruges. O centro distribuidor do norte da Europa.

O próximo destino desta viagem pela vida de João Martins Ferreira é a cidade de Bruges. Não há nenhuma prova documental da sua presença nesta cidade, mas tão só uma grande probabilidade de aqui ter estado, fruto do comércio a que se dedicava e das suas ligações pessoais. Para já, é essencial perceber qual o papel da cidade no comércio europeu nos séculos XV e XVI e qual a relevância dos portugueses na cidade, pois só assim poderemos entender se João Martins Ferreira teria um papel a desempenhar nesta atividade.

Nada melhor que começar por descrever a cidade pelas palavras de um visitante coevo. Pero Tafur, um nativo de Córdoba, visitou Bruges por volta de 1438-1439. Paragem incluída na sua grande viagem pelo espaço italiano, Levante (Jerusalém incluída), norte de África e centro e norte da Europa, ocorrida entre 1435-1439. Deixou-nos um relato do que viu e das peripécias que viveu. Pelas suas palavras, Bruges, capital do Condado da Flandres, era uma das duas cidades comerciais mais importantes da Europa e só Veneza se lhe podia comparar, até mesmo na quantidade de canais. No entanto, a opinião do autor é a de que Bruges tem mais atividade comercial, visto que recebe produtos e mercadores de todas as partes do mundo, enquanto em Veneza só os habitantes locais se dedicam ao comércio. É uma cidade muito rica, com boas casas e ruas, com belas igrejas e mosteiros, e excelentes estalagens. Os seus habitantes são gente rica e industriosa, muito trabalhadores, talvez pela escassez do solo local. Mesmo assim, havia tudo em abundância, graças aos produtos descarregados no Waterhalle, um porto coberto sobre o rio Reye. Este edifício de dois andares era uma das maravilhas

⁸⁵ AS(SNSdP), Serie I - Libri di commercio, *Pietro e Francesco di Alamano Salviati ed altri dellla ragione di Banco in Pisa*, reg. 301 Creditori e debitori seg. K, fl. 182. Agradecemos à Dra. Joana Sequeira por esta referência documental.

arquitetónicas de Bruges.⁸⁶ Pero Tafur dá como exemplos de produtos comercializados: frutas de Castela,⁸⁷ vinho da Grécia, especiarias de Alexandria e do Levante, peles do Mar Negro, produtos italianos (brocados, sedas e armaduras), tecidos em lã, carpetes e panos de Arras. Bruges era apoiada pela povoação portuária de Sluys (para além de Damme, Hoeke, Monnikerede e Mude), localizada a 2,5 milhas de distância, e que se ligava à cidade por um canal navegável. Aqui encontrou mercadores de diversas nacionalidades e viu variados tipos de navios ancorados, nomeadamente carracas, corvetas alemãs, galés italianas, barcas e baleeiros. Após dois dias aqui hospedado, seguiu viagem para Arras.⁸⁸

Bruges era uma cidade de importância capital em termos financeiros, pela sua estrutura bancária e cambial, para além de ser um polo de informação, pela comunidade mercantil internacional aí presente.⁸⁹ Era o centro distribuidor de mercadorias para toda a Europa a norte dos países mediterrânicos, e um porto de ligação com a *Hansa*.⁹⁰ Sendo a cidade mais importante da Flandres, não era assento de nenhuma corte, real ou ducal. No entanto, era nesta cidade que estava a base de compras para muitas capitais europeias menores. Peter Spufford refere a importância da presença de uma corte como polo dinamizador do comércio, nomeadamente pelo seu consumo de víveres e gastos em produtos de luxo. Em Bruges podia-se comprar variadas mercadorias, desde os tecidos de luxo, vinhos ibéricos, especiarias (onde se incluía o açúcar), livros, armaduras, até um sem fim de matérias-primas e alimentos. Para os portos da fachada atlântica, como o Porto, Bruges era o destino principal de comércio, já que o Mediterrâneo estava dominado pelos mercadores do espaço italiano.⁹¹ Aliás, os mercadores ibéricos (castelhanos e portugueses)

⁸⁶ Para a história e uma descrição mais pormenorizada deste edifício, ver James M. Murray, *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390* (Cambridge: Cambridge University Press, 2009), 65-67.

⁸⁷ Muitas vezes os produtos, os barcos e os mercadores portugueses eram confundidos com os castelhanos e misturados com eles, pelo que se impõe sempre alguma precaução nesta descrição.

⁸⁸ Pero Tafur, *Travels and Adventures (1435-1439)* (Londres: George Routledge & Sons, 1926.), 1-2, 198-201. Murray, *Bruges*, 24-38.

⁸⁹ Murray, *Bruges*, 180, 210-214, 229-258.

⁹⁰ A *Hansa* começou por ser uma associação de mercadores itinerantes e evoluiu, no século XIII, para uma aliança entre cidades marítimas e ribeirinhas. As cidades que a compunham situavam-se no Baixo Reno, Vestefália, Baixa Saxónia, e zonas costeiras do Mar do Norte, Báltico, Escandinávia e Rússia. Estas cidades acabaram por se organizar à volta do comércio marítimo e nelas os mercadores detinham lugar de destaque na administração citadina. Todas as cidades pertencentes a esta Liga aprovaram legislação semelhante e com preocupações de manutenção e defesa do comércio (Meier, *Seafarers*, 117-123).

⁹¹ Spufford, *Power*, 65-67, 84-134, 266, 282-284, 294-295, 403.

eram já o grupo mais numeroso de mercadores em Bruges na década de 60 do século XIV.⁹² Devido ao comércio do açúcar da Madeira nos dois séculos seguintes, é mais que provável que o peso da comunidade mercantil portuguesa tenha aumentado, especialmente pela ação dos mercadores portuenses.

Vimos como Bruges tinha Sluys como porto de apoio na fachada atlântica. Antes de os habitantes terem escavado canais de acesso no século XII, era aqui que aportavam os navios de maior calado. No tempo de João Martins Ferreira, já não haveria problemas em seguirem para a cidade. Esses problemas viriam mais tarde, com o assoreamento definitivo do porto e a instabilidade política, que acarretou a transferência de todo o comércio atlântico para Antuérpia em 1499.⁹³ Chegados à cidade, os mercadores descarregavam as suas mercadorias e instalavam-se nas várias estalagens. Caso a sua nacionalidade não tivesse uma representação institucional⁹⁴ e as mercadorias trazidas não estivessem já consignadas, eram os próprios estalajadeiros a servirem de facilitadores de negócio. Eram eles que apresentavam e ligavam os mercadores estrangeiros com o sistema bancário local, essencial para tornar disponível qualquer tipo de moeda e assim possibilitar a concretização dos negócios. Era também normal que os banqueiros da cidade tivessem participação, ou fossem mesmo os donos das estalagens em Bruges. Normalmente acontecia que os diferentes estalajadeiros acabavam por se especializar em determinadas nacionalidades. Por exemplo, Jakop van le Fine e o casal Trude e Pieter van Ake, todos associados do banqueiro Colard de Marke, especializaram-se em alojar mercadores portugueses e espanhóis.⁹⁵

⁹² Murray, *Bruges*, 96-97, 223.

⁹³ Bart Lambert, “‘Marchands parfois, marins plus souvent’: Le Commerce Breton à Bruges au quinzième siècle”, Beatriz Arízaga Bolumburu *et al* (eds.), *Diplomacia y Comercio en la Europa Atlántica Medieval* (Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2015), 147-148.

⁹⁴ Desde o século XII que há notícias de os portugueses comerciarem em Bruges, com reconhecimento pelo Bolsa de Mercadores local. No entanto, só em 1387 é que receberam carta de privilégios. Estes privilégios foram alargados em 1411 e confirmados em 1438 e 1469. É também do ano de 1411 a criação da nação portuguesa nesta cidade. A feitoria propriamente dita inicia a sua atividade em 1433, depois do casamento da Infanta D. Isabel, filha de D. João I, com o duque da Borgonha, Filipe, o Bom. Tinha funções comerciais e de apoio aos mercadores portugueses, nomeadamente de representação e proteção. Em 1499, foi definitivamente transferida para Antuérpia (João Teles e Cunha, “Feitoria de Bruges”, Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2016), Vol. 1, 389-390). Assunto também tratado em Miranda, *Portugal*.

⁹⁵ Spufford, *Power*, 32, 205-206. Murray, *Bruges*, 226-227, 242, 320.

Centremo-nos agora nas mercadorias que nos interessam. A primeira referência a uma importação de açúcar em Bruges, data do ano 1200, e teve como origem Marrocos. No entanto, somente no século XIV é que as importações desta mercadoria se tornaram regulares, vindas do espaço mediterrânico. Os grandes clientes eram os abades flamengos e os mercadores da Hansa. Durante a primeira metade do século XV, foram os mercadores venezianos e genoveses que levaram o açúcar das costas e ilhas mediterrânicas até Bruges. Na segunda metade deste século, entram neste negócio os mercadores portugueses e catalães que levam o açúcar proveniente da Sicília, Valência, Málaga e Madeira.⁹⁶ A primeira referência documental à chegada do açúcar da Madeira a Bruges é de 1468.⁹⁷ É por esta altura que as casas comerciais de Bruges entram no negócio açucareiro, importando diretamente da Madeira, ou através de agentes seus portugueses. Durante todo o século XV o consumo de açúcar em Bruges não foi muito elevado. A grande maioria da quantidade importada era para ser vendida nas feiras Brabantinas e de Anvers. Quando a Madeira atinge o apogeu da produção, nos anos 1501-1506, o preço do açúcar conhece o seu mínimo. A partir desta data, mesmo com a baixa de produção, o preço do açúcar ficará estável, por força da diversificação das zonas de produção. No primeiro quartel do século XVI são três os principais atores no negócio do açúcar na Flandres: a Feitoria portuguesa, recentemente trasladada para Antuérpia; um grupo de mercadores da região entre o rio Mosa e o Reno, a operar a partir de Anvers; e a casa espanhola dos irmãos Haro. É a partir desta altura que o circuito comercial açucareiro se começa a transferir definitivamente para a cidade de Anvers, o que vai contribuir para a perda de importância comercial da Feitoria portuguesa, acabando esta por ser encerrada em 1549.⁹⁸

Depois desta perspetiva geral, o que nos leva a supor que João Martins Ferreira tenha comercializado açúcar em Bruges? Vimos que ele armou barcos no Porto para comerciar na Madeira. Demonstramos a sua presença nessa ilha nos anos de esplendor do comércio açucareiro. Sabemos também que acumulou uma vasta fortuna, expressa no seu morgadio, e que esse tipo de fortuna é sobretudo compatível com o comércio de

⁹⁶ John G. Everaert, “Les Marchés de Sucre en Flandre”, Alberto Vieira (coord.), *História do Açúcar: Rotas e Mercados* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002), 193.

⁹⁷ Jacques Paviot, “Flandres”, Francisco Contento Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2016), Vol. 1, 403. Magalhães, “O Açúcar”, 156. Alberto Vieira afirma que esta primeira exportação aconteceu um ano depois, em 1469 (Vieira, “A Madeira”, 77).

⁹⁸ Everaert, *Les Marchés*, 194-195.

determinados produtos de alto valor, como era o caso do açúcar no período que nos interessa. Para além disso, Bruges era o principal destino comercial dos mercadores portuenses desde os finais da Idade Média. Tudo isto chega para garantirmos absolutamente esta possibilidade? Claro que não. Só nos permite tomar como plausível esta hipótese e esperar que um dia apareçam provas documentais irrefutáveis de que João Martins Ferreira foi um mercador de açúcar em Bruges. Até lá, fica a hipótese. Para reforçar a nossa ideia, apresentamos mais alguns fios soltos. É por isso que achamos importante tentar mostrar que o mercador portuense conhecia bem o potencial mercantil desta cidade. Também era fundamental conhecer quem lá comerciava e que o pudesse ajudar a estabelecer os primeiros contatos.

João Vasques foi um importante mercador português com negócios em Bruges. Foi mordomo da duquesa da Borgonha, Isabel de Portugal, filha de D. João I, e o primeiro nacional a obter o título de “burguês de Bruges”. João Vasques alcançou tal posição de preponderância na comunidade mercantil portuguesa que era normal os mercadores lusos em Bruges reunirem-se na sua casa, ainda existente nos dias de hoje. Sabemos que João Vasques comercializou açúcar, entre outras mercadorias.⁹⁹ Ora, encontramos duas referências a um João Vasques, nos documentos do Fundo João Martins Ferreira. Numa escritura de venda, datada de 1447, João Vasques vende a Martim Lourenço, pai do biografado, um quarto de casas situados na Rua da Lada.¹⁰⁰ Noutra escritura de venda, datada de 1396, João Vasques, em conjunto com mais dois vendedores, e como testamentários de Senhorinha Anes e Gil Lourenço de Canaveses, vendem umas casas situadas na Rua dos Mercadores.¹⁰¹ Nada garante que sejam uma e a mesma pessoa, mas a cronologia bate certo e, sendo assim, seria conhecido do pai de João Martins Ferreira. Em 1463, na loja portuense de Fernão Álvares Baldaia, localizada na Rua Nova, podia-se comprar tecidos que ele importava de Bruges. Perto, situava-se a botica que pertencia a João Carneiro e João de Aragão, usada para exportar fruta para a Flandres. Em 1460, João de Aragão era juiz do Concelho¹⁰² e em 1470 era cônsul da nação portuguesa em

⁹⁹ Miranda, *Portugal*, 132, 188, 227.

¹⁰⁰ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-739(B223).

¹⁰¹ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-719(B210).

¹⁰² Barros, *Porto*, 139. Para além disso, era escudeiro da casa do Infante D. Pedro e vassalo do rei. Foi alcaide da moeda na cidade, vedor das obras da muralha (desde 1443) e almotacé em abril de 1456 (Armindo de Sousa, “Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos Meados do Século

Bruges.¹⁰³ Já vimos que João Martins Ferreira morava na esquina da Rua dos Mercadores com a Rua Nova. De certeza que conhecia estes dois estabelecimentos comerciais. Como seguramente conheceria pessoalmente João de Aragão, pois no Fundo João Martins Ferreira encontra-se uma escritura de emprazamento, datada de 1443, em que João de Aragão e sua mulher emprazam umas casas na Rua dos Mercadores.¹⁰⁴ Para além disso, no tomo de propriedades do seu morgadio, datado de 1511, o mercador portuense refere que é vizinho da filha de João de Aragão e que umas casas suas, situadas na Rua Nova, foram compradas a ela.¹⁰⁵ Seria esta a botica referida anteriormente?

Se temos uma forte hipótese para o que João Martins Ferreira comerciava em Bruges, qual seria o seu negócio no regresso a Portugal? Uma possibilidade evidente seriam os tecidos em lã, linho e algodão. Bruges servia como centro distribuidor de toda uma região que era afamada pelos seus produtos têxteis, tanto de luxo como mais acessíveis.¹⁰⁶ No entanto, vimos já que era muito provável que o mercador portuense comerciasse ferro.¹⁰⁷ Ora, Bruges era também um centro muito importante no comércio de metais, especialmente ferro e cobre, já desde o século XIV. Graças à sua ligação com as principais zonas mineiras da Europa pela estrada até Freiberg, a cidade flamenga conseguia fornecer uma série de outras regiões europeias, nomeadamente os Países Baixos, que não tinham quantidades suficientes deste metal para satisfazer as suas necessidades.¹⁰⁸ Além disso, podia sempre abastecer-se de ferro na Biscaia, na viagem de regresso. De resto, sabemos que os mercadores deste tempo não se esgotavam ou especializavam num único produto.

O ferro tinha grande procura pela indústria naval portuense, instalada nos estaleiros de Miragaia. E lembramos mais uma vez que o pai de João Martins Ferreira foi um caldeireiro;¹⁰⁹ o mercador portuense de certeza que conhecia o negócio dos metais e

XV”, Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e Outros Estudos* (Porto: Fio da Palavra, 2013), 389).

¹⁰³ Miranda, *Portugal*, 39, 191.

¹⁰⁴ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-735(B220).

¹⁰⁵ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 38-38v.

¹⁰⁶ Spufford, *Power*, 232-237. Paviot, “Flandres”, 404.

¹⁰⁷ Ver página 21.

¹⁰⁸ Spufford, *Power*, 322-325, 390-391.

¹⁰⁹ Um caldeireiro era um artífice que fazia caldeiras e outros objetos de cobre. Tinham fortes ligações com os barbeiros e armeiros, visto que eram estes dois ofícios que os representavam na Casa dos Vinte e Quatro, pelo menos até 1572 (Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva,

as suas potencialidades, assim como tinha, seguramente, os contatos necessários para vender a matéria-prima ou para transformá-la em utensílios, que depois venderia com a respetiva mais-valia. Quem sabe se esses utensílios, tais como pregos e arcos de ferro, não eram depois vendidos para os tanoeiros portuenses? Ou na ilha da Madeira, que tinha grande necessidade de materiais de construção, devido à sua grande expansão urbanística no período? Panos, ferro, ou qualquer outra mercadoria, o certo é que o mercador portuense não regressaria de mãos vazias à cidade do Porto.

1.4. Lisboa. Centro de poder imperial.

Outra forte possibilidade – para não dizer inevitabilidade – de destino comercial para João Martins Ferreira é a capital do reino, Lisboa. Por esta altura, Lisboa já se tinha afirmado havia muito como a cidade mais importante para a monarquia portuguesa e, como tal, a sua dinâmica comercial numa época de expansão ultramarina é omnipresente. Já referimos a importância da presença de uma Corte, como forte fator de dinamismo comercial.¹¹⁰ É a maior cidade portuguesa, com cerca de 65.000 habitantes por alturas do numeramento de 1527-1532, e em franco crescimento. Para além disso, Lisboa é dotada de um porto natural vasto e resguardado, no estuário do rio Tejo, que permite a acostagem de embarcações de grande calado. Dominava um vasto *hinterland* que fazia confluir em si uma série de produtos apetecíveis para mercadores estrangeiros. Juntando a capacidade de consumo com a facilidade de acesso por mar e terra à cidade, ficamos com um dos mais importantes portos do Ocidente. Esta importância reflete-se na presença de variados mercadores estrangeiros que ligam Lisboa, pelo menos desde o século XIV, às mais importantes rotas comerciais: a do norte da Europa e a do Mediterrâneo. Pelos anos em que se passa a nossa história, descobria-se o caminho marítimo para a Índia. Este feito revolucionaria o comércio europeu nos séculos seguintes, sendo um evento charneira no desenvolvimento do reino e dos continentes europeu, africano e asiático. A cidade detinha várias instituições essenciais para o desenvolvimento colossal na centúria de Quinhentos: a Alfândega; a Casa da Guiné; a Casa da Índia; a Ribeira das Naus; o complexo portuário (em ambos os lados do rio); e o Paço régio na Ribeira.¹¹¹

“Caldeireiro”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. I, 434.

¹¹⁰ Spufford, *Power*, 65-67, 84-134.

¹¹¹ Amândio Jorge Morais Barros, “Lisboa”, Francisco Contente Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2016), Vol. 2, 636-641.

Todo este desenvolvimento foi ancorado nas ações dos vários monarcas. Para o período que nos interessa, focamo-nos essencialmente em dois: D. João II e D. Manuel I. Para D. João II, que nasceu em Lisboa, o mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico eram espaços estratégicos e de comércio. É ele que retoma para a Coroa o senhorio sobre a expansão comercial portuguesa. Embora a cidade preferida deste rei seja Évora, Lisboa não deixou de ser um polo central na definição de certas políticas e um elemento de grande importância para as finanças régias. Foram fundamentais as ações do monarca para garantir diplomaticamente a livre navegação atlântica de forma a assegurar os acessos aos mercados da Europa do Norte. Num equilíbrio geralmente precário entre a Inglaterra e Castela, D. João II procurou sempre garantir que os mercadores portugueses não sofressem represálias pela rivalidade entre estes dois grandes reinos. Mas como o seguro morreu de velho, reforçou a defesa do estuário do Tejo através da colocação de artilharia na torre de Cascais e de uma nau bem provida de peças de artilharia no meio do rio.¹¹² D. João II é também conhecido por ser o rei do ouro, dos escravos e do açúcar. São estas as mercadorias que, após desembarque em Lisboa, aguçavam o interesse de múltiplos mercadores europeus. E são estes mercadores, organizados e em relação próxima com a Coroa, que dinamizam todo um ambiente comercial, que propicia um desenvolvimento nunca antes visto no reino.¹¹³

Com D. Manuel I Lisboa atinge o apogeu do seu desenvolvimento. Este monarca tinha uma predileção especial pela cidade e isso reflete-se nas temporadas que nela residiu. Dotado de uma visão estratégica e urbanística, o rei escreve aos órgãos concelhios cartas, datadas de 1498 e 1499, com o objetivo de empreender uma profunda modernização da cidade à beira rio. Foi ele o responsável pela criação do Terreiro do Paço, ao mudar a habitação real do velho Paço da Alcáçova para o Paço da Ribeira, paredes meias com a Casa da Índia, o centro administrativo imperial. O poder régio aproxima-se do poder civil e, com isso, aumenta a eficácia da governação. Esta zona passa a ser a porta de entrada por excelência em Lisboa e ganha em termos de monumentalidade e grandiosidade. Com 172 metros de comprimento, com fachadas harmonizadas e uniformes, a face ribeirinha do Terreiro do Paço rivalizava com qualquer grande capital europeia. O rei também se preocupa com a facilidade de movimentação na cidade, mandando abrir a Rua Nova que

¹¹² Fonseca, *D. João II*, 26-31, 88, 138-143.

¹¹³ Joaquim Romero Magalhães, “A Estrutura das Trocas”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993), Vol. III, 330, 336-337.

ligava o Terreiro do Paço ao Rossio, local do Hospital de Todos-os-Santos, e novo polo central da cidade. Esta renovação urbanística é expressão clara do espírito reformador e centralizador do rei. É um rei “venturoso”, que goza de uma posição privilegiada de riqueza e prestígio, fruto do zénite da expansão ultramarina portuguesa.¹¹⁴

Regressemos à história que nos interessa particularmente. João Martins Ferreira conhecia bem Lisboa e o seu meio comercial. Também conhecia a Corte e os seus meandros. Como podemos afirmar isso? Seguindo dois caminhos: o económico e o familiar, que correm paralelos e, muito provavelmente, se interligam. Começemos pelo mais antigo, em teoria. Os grandes mercadores italianos de açúcar madeirense tinham a sua base de operações em Lisboa. Era a partir desta cidade que montavam e geriam a sua rede europeia, beneficiando de uma proximidade à Corte, o que lhes facilitava a condução dos negócios. É devido a esta proximidade que conseguem da Fazenda Real o quase exclusivo do comércio do açúcar, que era depois implementado na ilha pela ação dos seus agentes e procuradores. São famosas as ações de vários deles, como por exemplo Benedito Morelli, Bartolomeu Marchioni, Lucas Giraldi e João Francisco Affaitati, já referidos anteriormente neste texto.¹¹⁵ Partindo do pressuposto de que João Martins Ferreira tinha ação no comércio de açúcar, então forçosamente conhecia como estas redes operavam e era do seu maior interesse relacionar-se com elas, ou talvez até mesmo integrar-se nelas. O acesso ao açúcar madeirense estava fortemente condicionado por estes mercadores italianos e só as boas relações com eles (ou com a Coroa) garantiam um clima comercial ‘suave’ e seguro. E talvez aqui se interligue o outro caminho: o familiar. O filho primogénito do mercador portuense, Pantaleão Ferreira, era, em 1510, moço de câmara do rei D. Manuel I.¹¹⁶ Tal posição implicava que seu pai detinha uma forte influência nos meios cortesão. De onde terá vindo essa influência? Na nossa opinião, sem dúvida que através do seu poderio comercial e influência regional (por esta altura, João Martins Ferreira era já um destacado autarca do Porto¹¹⁷). Temos agora a clássica dúvida do ovo ou da galinha: o mercador portuense entra e mantém-se no comércio do açúcar madeirense, dominado pelos mercadores italianos, pela sua proximidade à Coroa? Ou é a

¹¹⁴ Costa, *D. Manuel I*, 128-130.

¹¹⁵ Bruscoli, “I Mercanti”, 130-134. Vieira, “A Madeira”, 61-62.

¹¹⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Lv. 3, fl. 43. ANTT, *Leitura Nova*, Lv. 3 de Além-Douro, fl. 14. AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fl. 48v.

¹¹⁷ Ver páginas 113-120.

relação com estes mercadores italianos na Madeira e baseados em Lisboa que lhe vai permitir aproximar-se da Casa real e, com isso, colocar lá o seu filho como moço da câmara? Para um mercador inteligente e sagaz como João Martins Ferreira, quase apostamos que terá sido uma conjugação das duas hipóteses.

Para além das ligações com o comércio do açúcar madeirense, Lisboa era vital para o comércio portuense. Qualquer mercador portuense conhecia as potencialidades deste mercado e isso podia determinar qual a mercadoria de eleição, bem como as rotas comerciais de especialização. Muitos mercadores portuenses prestavam serviços de fretamento em portos espanhóis, tendo como destino final Lisboa, por exemplo. Fora do Douro, este era o porto mais procurado pelas embarcações portuenses para reparação. Para além disso, já vimos a ligação das rotas açucareiras com esta cidade. Falta-nos também referir que o ferro era muito procurado para a indústria da construção naval, nomeadamente na Ribeira das Naus.¹¹⁸ E os panos luxuosos da Flandres tinham compradores ávidos na aristocracia local e na Corte régia. A maior cidade do reino foi, seguramente, um porto apetecido para João Martins Ferreira. Com qualquer uma das mercadorias que temos vindo a falar, ele teria feito bons e lucrativos negócios. É com base nestas suposições que pensamos poder dizer, sem grande margem de erro, que o mercador portuense estabeleceu relações comerciais com a cidade mais importante do reino. Lisboa movimentava muito dinheiro e, para um mercador ambicioso como foi este, terá sido, sem dúvida, um objetivo a atingir o mais cedo possível na sua vida profissional. As evidências do seu conhecimento sobre a cidade são fortes e inequívocas, já que não acreditamos que tenha votado o seu filho primeiro ao abandono, especialmente pela importância que ele tinha para a linhagem. Todos os outros destinos comerciais que apresentámos até agora são certezas ou fortes possibilidades, mas a grande verdade é que Lisboa seria o destino mais fácil e mais seguro para alguém fazer fortuna, caso conseguisse penetrar nos meandros dos seus negócios. Gostaríamos sempre de saber mais sobre os negócios específicos que este homem conduziu em Lisboa.

1.5. A dimensão patrimonial de João Martins Ferreira. O morgadio.

Estivemos até agora a tentar perceber com que mercadorias João Martins Ferreira construiu a sua fortuna. Infelizmente, o tempo e a História não nos deixaram registos

¹¹⁸ Barros, *Porto*, 229, 231-232.

diretos de toda esta atividade comercial. Todas as nossas conclusões e possibilidades são ‘pescadas à linha’ através das pistas que mercador portuense foi deixando para a posteridade. No entanto, existe algo concreto que é expressão da sua fortuna pessoal: o morgadio instituído por ele em 1491. E essa fortuna é, sem dúvida, consequência do seu sucesso nos negócios e da forma inteligente como foi investindo os capitais que teve disponíveis. Sabemos que foi esta fortuna que o projetou na sociedade portuense, assim como foi a sua visão estratégica que lhe permitiu ascender na hierarquia social do Porto dos finais da Idade Média. O morgadio torna-se um dos instrumentos mais fortes para que João Martins Ferreira fuja ao esquecimento do tempo, assim como simultaneamente de investimento imobiliário, chegando até nós como um dos expoentes da burguesia mercantil da “muy nobre e sempre leal cidade do Porto”.

A 27 de Outubro de 1491, João Martins Ferreira institui o seu morgadio e capela fúnebre. Neste documento o mercador portuense incorpora a terça parte da herança de sua mulher, Inês de Azevedo, e a terça parte da herança de seu pai, Martim Lourenço, por estas partes pertencerem às suas almas. Junta-lhes a herança recebida pela morte de sua mãe, Catarina Vasques.¹¹⁹ É desta forma que ficamos a saber que, por alturas da instituição, o morgadio tem o valor de 670.000 reais (200.000 reais, a parte de Inês de Azevedo; 270.000 reais, as partes de Martim Lourenço e Catarina Vasques; e 200.000 reais de bens, um terço do total de bens do próprio João Martins Ferreira);¹²⁰ assim, a fortuna total do mercador portuense teria pelo menos um valor de 600.000 reais (200.000 reais multiplicados por três). Este é um valor de muita monta para os padrões da época. Pedro de Brito afirma que o nosso biografado deteria “uma das mais importantes fortunas portuenses do início do século XVI”.¹²¹ É provável que essa fortuna fosse bem mais elevada e que ele a estimasse por baixo para efeitos de cálculo da “terça” da alma, a investir no morgadio. Mas qual a verdadeira dimensão económica de todo este património? Consultado o tombo de bens e propriedades vinculados ao morgadio, feito a 4 de janeiro de 1511, e confirmado pelo rei a 26 de abril de 1511, foi possível construir a Tabela 1 (para uma lista completa de todas essas propriedades, consultar o Anexo 1).

¹¹⁹ Catarina Vaz no original. Embora ela esteja referida como tia, acreditamos que é um erro de transcrição. Ver páginas 50-51.

¹²⁰ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 34v-37v.

¹²¹ Brito, *Patriciado*, 158.

Tabela 1 – Distribuição das propriedades do morgadio

	Urbanas	Rurais
Porto	29	3
Vila Nova de Gaia	1	2
Maia	–	22
Aguiar	–	10
Vila do Conde	–	2
Penafiel	–	1
Barcelos	–	1
Refojos	–	2
TOTAL	30	43

Fonte: AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 37v-47v.

A partir da Tabela 1 podemos ver que existe um certo equilíbrio entre as propriedades rurais e urbanas, com uma certa preferência por algumas localidades. A cidade do Porto destaca-se claramente, o que é normal visto ser a base de operações de João Martins Ferreira, bem como um local onde a propriedade imobiliária está valorizada. Em termos de propriedades rurais, destaca-se o investimento nas terras da Maia, parte integrante do termo do Porto. Aliás, o conjunto das propriedades inseridas no morgadio do mercador portuense está esmagadoramente localizado neste termo. Só as propriedades situadas em Barcelos e Vila do Conde é que não pertencem ao termo desta cidade. Para além do valor imobiliário de todas estas propriedades, elas produziam valor através da sua exploração ao longo dos tempos. Pelos valores declarados no mesmo tombo de bens e propriedades do morgadio, podemos chegar à sistematização expressa na Tabela 2.¹²²

Assim, podemos ver que o morgadio rendia anualmente uma parcela em moeda e uma parcela em géneros. Para as cartas de venda, de emprazamento e de arrendamento consultados, todas estas rendas em cereais e vinho deviam ser entregues no dia de S. Miguel, a 29 de setembro. Calhando em época de vindimas e colheitas, este é o dia mais escolhido na Idade Média portuguesa, já que é a data ideal para que os produtores tenham disponíveis os géneros com que se tinham comprometido nos seus contratos de

¹²² Um outro trabalho, comparativo, e de posse de todos os documentos sobre o seu património fundiário, permitirá esclarecer o tipo de rentabilidade que o mercador tirava das suas terras.

arrendamento. Uma nota interessante: na aquisição de algumas destas propriedades, João Martins Ferreira utilizou taças de prata,¹²³ em vez de moeda, para concluir o negócio.¹²⁴

Tabela 2 – Rendimentos anuais do morgadio

Moeda	Reais	16 429
	Ceitis de prata	6
Cereais (alqueires)	Pão meado	73,5
	Trigo	113,5
	Centeio	132
	Milho	143
	Cevada	12
Vinho (almudes)	Vinho branco	16
	Vinho tinto	0,125
	Vinho mole	20
Leguminosas (alqueires)	Lentilhas	1
Animais (unidade)	Lombo	1
	Meio Carneiro	2
	Porca marrã	4
	Pássaras	2
	Capão	1
	Galinhas	54
	Frangos	8
	Ovos	60
	Sáveis	4
	Lampreias	2
	Bogas	24
	Peixotas	12

Fonte: AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 37v-47v.

Para terminar esta análise, sublinhamos que este rol de propriedades não mostra o total de bens imobiliários do mercador portuense. Pelas suas próprias palavras estão incorporados somente bens no valor de um terço da herança que recebeu de sua mulher,

¹²³ No século XIV verifica-se uma escassez de moeda na cidade de Bruges (Murray, *Bruges*, 130-131, 138). Se esta escassez continua nos séculos seguintes, serão estes objetos pagamento a João Martins Ferreira pelas suas mercadorias? Bruges tinha também várias lojas de penhores que faziam o seu negócio com variados objetos de prata (Murray, *Bruges*, 145). Terá o mercador comprado estas taças por bom preço em alguma destas lojas, usando-as depois como pagamento, o que era corrente ao tempo, nos seus negócios imobiliários em território nacional?

¹²⁴ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-754(C299). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-757(C302). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-771(C311). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-793(C324). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-795(C326). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-798(C328).

Inês de Azevedo, e de seu pai e bens no valor de um terço da sua fortuna. E na documentação encontramos exemplos explícitos desta realidade, já que se referem propriedades dele como não fazendo parte do morgadio.¹²⁵

Se nos focarmos unicamente nas escrituras de venda pertencentes ao Fundo João Martins Ferreira, e que têm o mercador portuense como comprador, chegamos à Tabela 3. Estas escrituras de venda foram aquelas que sobreviveram às vicissitudes da História e também não representam o total das suas propriedades. Mesmo assim, um valor total de 176.886 reais para o património imobiliário conhecido em 1510, data da última escritura de venda, parece manifestamente baixo para as posses do nosso biografado. Isto significa que muito provavelmente os seus investimentos estavam diversificados noutros bens (uma embarcação? Mercadorias? Ourivesaria? Mobiliário e decoração, tais como peças de arte? Roupas de luxo?).¹²⁶

É altura de tentar compreender as suas relações familiares. É através destas relações que podemos perceber melhor o seu percurso de vida. Terá sido um *self-made man* ou beneficiou do apoio decisivo dos seus? Essa família estava presente no seu dia-a-dia ou era um conjunto de parentes distantes? O futuro da sua descendência preocupou o mercador portuense? Os seus filhos perpetuaram a sua memória? São tudo exemplos de questões às quais tentaremos responder a seguir...

¹²⁵ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 38, 40, 41v.

¹²⁶ Isto para não pensarmos em outras formas de investimento possíveis, como a tomada de rendas da cidade ou a participação no negócio de algum mesteiral.

Tabela 3 – Lista das propriedades adquiridas por João Martins Ferreira

Propriedade	Localização	Data	Preço (reis)	Documento
Meias casas-torre + casas + forro	Porto		28.350	PERG-756(C301)
Herdade	Vila Tinta		600	PERG-772(C312)
Três oitavos de casas	Porto	1459.09.16	3.000	PERG-746(B230)
Casal de Bairro	Besteiros	1472.06.09	1.500	PERG-749(B231)
Quarto de casas	Porto	1476.12.16	6.000	PERG-754(C299)
Casas	Porto	1477.04.11	5.000	PERG-795(C326)
Quarto de casas-torre	Porto	1477.12.20	8.000	PERG-757(C302)
Casas	Porto	1483.08.02	14.000	PERG-759(C304)
Casal de Pombal	Massarelos	1484.10.11	5.000	PERG-761(B233)
Quarto de uma azenha + quarto de casal + quarto de casal + renda de uma vinha + foro do casal do Talho	Maia	1485.02.11	9.100	PERG-762(D72-1)
Casas na rua da Bainharia + casas e meias casas na rua da Lada	Porto	1485.03.?	11.200	PERG-764(C306)
Quarto de casal + quarto de casal + quarto de azenha + uma vinha + quinhão de um casal	Maia	1487.02.12	10.100	PERG-763(D72-2)
Casas	Porto	1488.09.07	1.000	PERG-733(C292)
Pardieiro	Porto	1489.05.22	1.000	PERG-770(C310)
Um oitavo de casas	Porto	1489.08.26	750	PERG-734(C293)
Casas	Porto	1489.11.21	20.000	PERG-771(C311)
Casal de Ferreiros + parte de casal + casal de Vila Verde	Maia	1490.02.01	1.300	PERG-773(C313)
Terço de casas	V. N. Gaia	1490.02.03	3.500	PERG-774(B236)
Meia casa	Porto	1490.04.23	1.300	PERG-775(C314)
Seis avos da quinta de Portela	Barcelos	1490.06.04	5.500	PERG-776(C315)
Meia casa	Porto	1490.10.29	4.000	PERG-778(C316)
Um terço de casas	Porto	1492.07.04	2.666	PERG-780(B238)
Um quinto do casal do Souto	Maia	1496.03.22	1.500	PERG-781(B239)
Um quarto de ramo de um casal	Maia	1497.01.25	320	PERG-783(B241)
Um terço de casas	V. N. Gaia	1502.04.20	4.200	PERG-787(B242)
Herdade	Aguiar de Sousa	1502.08.05	2.000	PERG-788(C320)
Quinta das Covoas	Aguiar de Sousa	1503.11.28	5.000	PERG-789(C321)
Quarto de casas	Porto	1506.12.17	5.000	PERG-793(C324)
Meias casas	Porto	1510.03.23	4.000	PERG-798(C328)
Casa	Porto	1510.05.01	12.000	PERG-799(C329)
TOTAL¹²⁷	-	-	176.886	-

Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*.

Capítulo 2 – *Homo socialis*

A história de vida de João Martins Ferreira não podia passar ao lado do seu papel enquanto homem de família e ator social. É bem possível que a dimensão familiar do mercador portuense nos dê mais pistas para que melhor percebamos a sua personalidade. A grande questão é a de saber de que forma essa personalidade foi influenciada por essa família, ou até de que forma o seu percurso de vida foi dependente das suas escolhas familiares. A esta distância no tempo estas dúvidas poderão nunca ser respondidas com a certeza esperada ou pretendida. No entanto, achamos importante apresentar ao leitor tudo o que de momento nos é possível saber sobre a família de João Martins Ferreira, bem como as nossas conclusões em face dos dados coligidos.

2.1. Nenhum homem é uma ilha. A família.

Se hoje em dia a família é importante, nas sociedades do Antigo Regime, que eram muito pouco eficazes em termos de coesão e apoio social, o seu papel era fundamental. É preciso ter em conta que, para esta altura, o termo “família” tinha o significado de “parentela”, ou seja, “o conjunto alargado de parentes, mais os que pertencem à mesma família, os que estão ligados por laços de parentesco, por linha paterna e materna, e através da descendência”.¹²⁸

O agregado familiar, na época que nos interessa, era grande, considerando os nossos padrões contemporâneos. Nas casas citadinas era normal viverem 7 a 8 pessoas, entre família direta, familiares próximos e criados, caso a riqueza assim o permitisse. Se o senhor da casa fosse um artesão, também era normal que com ele vivessem os seus aprendizes. Todos os residentes da casa familiar deviam obediência ao chefe de família, especialmente nos assuntos da casa ou nos comportamentos. Nesta altura, as relações familiares nucleares não eram concebidas, nem indiscutivelmente nem unicamente, na base dos afetos. O amor familiar assentava mais no valor da caridade, da ajuda mútua e do socorro em caso de necessidade, do que nos sentimentos de pais para filhos (e vice-versa), ou até entre marido e mulher.¹²⁹

¹²⁸ Leontina Ventura, “A Família: o Léxico”, José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 2ª Ed., 99.

¹²⁹ Fernanda Olival, “Os Lugares e Espaços do Privado nos Grupos Populares e Intermédios”, José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 244-250.

Em espaço urbano, caso de João Martins Ferreira, era relativamente normal que no mesmo edifício vivessem vários agregados familiares. Podiam ser ramos diferentes da mesma família (irmãos, primos, tios, parentes) ou até mesmo famílias que nada tinham a ver umas com as outras (no caso de um mercador rico como o biografado é expetável que esta convivência com ‘estranhos’ não se verificasse). Seria um pouco como nos prédios dos nossos dias. A única grande diferença eram os laços de solidariedade que à época se criavam entre os conhecidos dum mesmo edifício, de uma mesma rua, ou de uma mesma profissão. A sociedade atual é muito mais individualista que a sociedade medieval, e isto refletia-se no usufruto dos espaços comuns ou até no partilhar de instrumentos de trabalho, mobiliário, ou utensílios de cozinha (cozinha essa que podia ser única para todo um edifício). De toda esta convivência surgiam as questões de privacidade que, embora não fosse vista da mesma maneira que nos nossos dias, podia originar conflitos, tais como denúncias às autoridades por algum comportamento tido como incorreto pelos vizinhos. Esta falta de privacidade contribuía para o controlo social, objetivo indisfarçado de toda a sociedade medieval. Toda esta proximidade entre diferentes famílias e grupos socioprofissionais vai contribuir para facilitar os casamentos dentro da mesma ocupação/rua/povoação, perpetuando-se um forte espírito endogâmico e ‘bairrista’ que sobreviveu, em alguns casos, até aos nossos dias.¹³⁰

Já vimos que a família era também o parentesco. O grupo a que alguém pertencia não coincidia apenas naturalmente com os familiares com que se partilhava o lar. Nesta linha de raciocínio, o parentesco traduz-se na linhagem, o conjunto de descendentes de um antepassado comum e que têm consciência dessa mesma origem. E é normal que essa consciência origine e sugira alianças e ajudas, quer seja na vida profissional, quer seja na vida social. Esta rede suplementar de parentes permite um curso de vida mais facilitado e apoiado. Esta teia de relacionamentos traduz-se também num perpetuar destas solidariedades às gerações seguintes, esperando-se com isso a melhoria contínua das condições de existência dos parentes e o reforço da família/linhagem.¹³¹

Temos fortes motivos para acreditar que a carreira de João Martins Ferreira não se iniciou unicamente pelo seu esforço pessoal. Não temos conhecimento da sua data de

¹³⁰ Olival, “Os Lugares”, 250-253, 269-270.

¹³¹ Charles de la Roncière, “A Vida Privada dos Notáveis Toscanos no Limiar do Renascimento”, Georges Duby (dir.), *História da Vida Privada. Da Europa Feudal ao Renascimento* (Porto: Edições Afrontamento, 1990), Vol. II, 168.

nascimento, mas é provável que tenha sido cerca de 1445 ou um pouco antes. Porquê? Em 1459, já o vemos referido como cidadão do Porto e a comprar casas na Rua dos Mercadores, tendo nesta data atingido já a plenitude da maioridade.¹³² Considerando que, para esta época, se atingia a maioridade entre os 14 e os 18 anos, então compreende-se a data provável avançada por nós¹³³. Da infância e juventude, nada terá ficado por entre a poeira da História, como quase sempre acontece nestes séculos, até com príncipes e reis.

Já alguns autores se interessaram pela família de João Martins Ferreira. Cristóvão Alão de Moraes na *Pedatura Lusitana*, escrita em 1673, diz-nos que o avô do mercador, de nome Álvaro Ferreira, foi bispo de Coimbra e participou na tomada de Ceuta. Teve dois filhos, Martim Ferreira e Gonçalo Ferreira, possivelmente bastardos ou de um casamento com a sua prima, Luísa do Carvalhal, antes de ser bispo. Martim Ferreira, pai de João Martins Ferreira, foi vedor do Infante D. Pedro. Casou em primeiras núpcias com Iria Sampaio e depois com Inês Álvares de Azevedo. Deste casamento nasceram João Martins Ferreira e Ana Martins Ferreira. Teve fora do matrimónio João Pereira, ou Ferreira. João Martins Ferreira casou com Violante Correia, filha bastarda de Frei Paio Correia de Lacerda, bailio de Leça.¹³⁴ Felgueiras Gayo (1750-1831), no *Nobiliário de Famílias de Portugal*, afirma que o avô de João Martins Ferreira foi também Álvaro Ferreira, bispo de Coimbra e participante na tomada de Ceuta. Do casamento com Luísa Carvalhais, teve dois filhos: Martim Ferreira e Gonçalo Ferreira. Martim Ferreira, vedor do Infante D. Pedro, casou primeira vez com Inês (ou Iria) Sampaio, filha de Vasco Pires Sampaio, senhor de Cachim ou de Anciães. Casou segunda vez com Inês Álvares de Azevedo, tendo como filhos João Martins Ferreira, Duarte Ferreira e B. João Ferreira. João Martins Ferreira casou com Ana Correia, filha de Paio Correia, bailio de Leça.¹³⁵ Pedro de Brito refere que o pai de João Martins Ferreira deve ser corretamente nomeado João Martins (ou num trabalho posterior, Martim Lourenço) e que nunca terá sido vedor do Infante D. Pedro, mas sim um simples caldeireiro. Afirma também que a utilização do

¹³² AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-746(B230).

¹³³ O Prof. Dr. Amândio Barros sublinhou a sua crença de que não se podia ser cidadão do Porto na juventude (com 18 anos). Deixamos o problema equacionado. No entanto, se recuarmos mais anos na data de nascimento de João Martins Ferreira, então ele terá tido o seu primeiro filho (bem como os 11 seguintes) mais tarde na sua vida, o que achamos pouco crível.

¹³⁴ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana* (Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-48), Tomo IV, Vol. I, 212.

¹³⁵ Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal* (Braga: 1938-41), Tomo XIV, 41.

sobrenome Ferreira por parte do mercador ainda não está devidamente explicado. João Martins Ferreira teve uma irmã, de nome Ana Martins Ferreira. Num primeiro texto, baseado em Felgueiras Gayo, diz que o mercador casou três vezes. Numa obra posterior, baseando-se na instituição de morgadio, afirma que casou duas vezes: a primeira mulher foi Inês de Azevedo e a segunda foi Violante Correia, filha bastarda de Frei Paio Correia de Lacerda, bailio de Leça.¹³⁶

Segundo a nossa pesquisa, baseada unicamente em documentos do Arquivo Histórico Municipal do Porto e do espólio do conde de Vilas Boas, ficamos a saber que o seu pai, de nome Martim Lourenço¹³⁷ ou Martim Ferreira¹³⁸, foi um caldeireiro¹³⁹ e também mercador. A atividade de mercador está referida num documento de 1477,¹⁴⁰ ano da sua morte, o que nos permite acreditar numa mudança de ocupação graças aos cabedais amealhados com o mester anterior. Sendo assim, é mais que provável que o pai terá ensinado muito ao filho, talvez não na arte manual de trabalhar metais, mas no mundo sempre exigente e arriscado dos negócios. Em 1470, o antigo caldeireiro está casado com Violante Afonso.¹⁴¹ Aquando da sua morte em 1477, Martim Lourenço deixa herança ao seu filho, o que deve ter ajudado sobremaneira a que este consolidasse a sua profissão. Já vimos como a terça parte desta herança paterna somada com a herança de uma tia, Catarina Vaz (ou Vasques), fez um total de 270.000 reais de bens e propriedades, incorporados no morgadio de João Martins Ferreira aquando da sua instituição.¹⁴²

No entanto, a referência a esta Catarina Vaz (ou Vasques) como tia parece-nos um evidente erro do traslado, pois este é o nome da mulher de Martim Lourenço pelo menos desde 1447.¹⁴³ Ou então, João Martins Ferreira é filho da irmã dela, de nome Beatriz Vasques, como podemos ver pela carta de quitação de 1454.¹⁴⁴ No entanto, e considerando a data avançada por nós para o nascimento do mercador portuense (c. 1445), é possível uma relação anterior entre Martim Lourenço e Beatriz Vasques, que até poderia

¹³⁶ Brito, “João”, 13-15. Brito, *Patriciado*, 156.

¹³⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-749(B231). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-745(B229). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-739(B223). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

¹³⁸ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35.

¹³⁹ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

¹⁴⁰ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-757(C302).

¹⁴¹ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

¹⁴² AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 36v.

¹⁴³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-739(B223).

¹⁴⁴ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-743(B227).

ter originado um filho, e um posterior casamento com a irmã, Catarina. Esta Catarina Vasques vive, pelo menos, até 1456, ano da última referência documental no nosso acervo.¹⁴⁵ A quantia que deixou por herança a João Martins Ferreira, de certeza que facilitou a sua carreira comercial independente, possibilitando talvez o abandono definitivo da tutoria de seu pai, se esta chegou a existir, como é normal e provável.¹⁴⁶ Em 1470, Beatriz Vasques é referida como viúva de João Gonçalves.¹⁴⁷ Para além desta tia, temos conhecimento da existência de um tio: Fernão Lourenço.¹⁴⁸ No documento de instituição do morgadio de João Martins Ferreira, aparece como testemunha um Fernão Lourenço com a profissão de mercador.¹⁴⁹ Em um documento do espólio do conde de Vilas Boas datado de 1 de abril de 1488, temos também a referência a um Fernão Lourenço, mercador, e sua mulher, Inês da Mota, a doar um terço de um pardieiro na Rua da Lada ao biografado.¹⁵⁰ Parece-nos muito provável serem uma e a mesma pessoa. Se assim foi, temos mais uma fonte de saber para o biografado aprender o mester que o tornou rico.

João Martins Ferreira teve uma irmã: a já referida Ana Martins Ferreira.¹⁵¹ Neste momento, pensamos que esta irmã é filha de mãe diferente, do segundo casamento conhecido de Martim Lourenço com Violante Afonso. O fundamento é simples: Catarina Vasques, mulher de Martim Lourenço, só lhe deixa a ele herança. Como tal, o mais provável é que à data de sua morte ainda não tivesse deixado mais descendência. O mercador portuense teve um cunhado chamado Gonçalo Pinto.¹⁵² Como primos, filhos de Beatriz Vasques, temos Pedro Anes, casado com Maria Anes, e Joana Anes, casada com Álvaro Esteves.¹⁵³ Parentes próximos conhecemos três: os irmãos Baltazar Ferreira e Clara Ferreira, e Gaspar Salvadores Ferreira.¹⁵⁴ Não temos dúvidas em afirmar que o

¹⁴⁵ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-745(B229).

¹⁴⁶ “Roteiro da Exposição”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 61.

¹⁴⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

¹⁴⁸ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v.

¹⁴⁹ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 37v.

¹⁵⁰ BFLUP, *Espólio do Conde de Vilas Boas*, Doc. 1-6 (catalogação provisória de trabalho).

¹⁵¹ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v. BFLUP, *Espólio do Conde de Vilas Boas*, Doc. 10 (catalogação provisória de trabalho).

¹⁵² Costa, «Vereação» e «Vereadores», *o Governo do Porto em Finais do Século XV* (Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1993), 150.

¹⁵³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

¹⁵⁴ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v.

mercador portuense se apoiou nesta parentela durante os anos da sua atividade comercial. Para além de sabermos que Baltazar Ferreira trabalhava para ele, é muito relevante o facto de que, na constituição do seu morgadio em 1491, quando ainda não tinha filhos, João Martins Ferreira tenha estipulado que o primeiro morgado seria este Baltazar Ferreira, seguindo-se-lhe a sua irmã, Clara Ferreira, caso Baltazar não deixasse descendência, sendo que outro parente, Gaspar Salvadores Ferreira, seria o morgado seguinte, caso Clara também não deixasse descendência.¹⁵⁵ Isto mostra uma confiança nos elementos da família só compatível com uma vida de proximidade e mútua ajuda.

João Martins Ferreira terá casado três vezes. A sua primeira mulher, Isabela Nunes, é referida como tal numa escritura de venda datada de 1472.¹⁵⁶ No entanto, na transcrição da constituição do seu morgadio e capela, contida no *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, o mercador portuense refere Inês de Azevedo como tendo sido a sua primeira mulher.¹⁵⁷ O segundo casamento, entre João Martins Ferreira e Inês de Azevedo, é confirmado em vários documentos (o mais antigo deles datado de 1483), se bem que aqui o seu nome apareça como Inês de Azeredo (apelido inexistente à altura). Deve ter sido um casamento breve, pois só lhe encontramos referência entre 1483 e 1487.¹⁵⁸ Por herança desta mulher, recebeu 200.000 reais de propriedades, que irá incorporar no seu morgadio em 1491. A sua terceira mulher, aparecendo referenciada como tal desde 1496, é a mais importante para a nossa história. De nome Violante Correia, foi a única a dar descendência conhecida ao mercador portuense. Era filha bastarda de Frei Paio Correia de Lacerda, bailio de Leça.¹⁵⁹ Sendo filha de um importante senhor local, tornava-se num partido muito interessante para alguém com propósitos de ascensão e afirmação social, como este mercador. Aliás, a sua nobreza é reconhecida num emprazamento datado de 29 de janeiro de 1500, em que ela é especificamente referida como “dona”.¹⁶⁰

¹⁵⁵ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v.

¹⁵⁶ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-749(B231).

¹⁵⁷ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 36v.

¹⁵⁸ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-759(C304). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-761(B233). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-764(C306). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-762(D72-1). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-763(D72-2).

¹⁵⁹ Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 213.

¹⁶⁰ BFLUP, *Espólio do Conde de Vilas Boas*, 2-11_112 (catalogação provisória de trabalho).

João Martins Ferreira faleceu em 1514¹⁶¹ ou nos primeiros meses de 1515. Pela participação numa escritura de emprazamento,¹⁶² sabemos que a 2 de março de 1514 ainda se encontrava vivo. A 22 de março de 1515, já Violante Correia é referida como viúva numa escritura de venda.¹⁶³

A partir dos dados coligidos e ao analisarmos as escolhas matrimoniais de João Martins Ferreira, podemos chegar a conclusões interessantes. A sua primeira mulher, Isabela Nunes, foi muito provavelmente alguém próximo da sua categoria social na altura. Estando no início da profissão, João Martins Ferreira ainda não teria a relevância e poderio que virá a granjear mais tarde. Seria possivelmente filha de um conhecido ou parceiro de negócios de seu pai, procurando-se talvez, com este matrimónio, uma aliança entre duas famílias dedicadas ao comércio. Este casamento deve ter sido breve e não relevante socialmente, pois João Martins Ferreira procura ‘esquecê-lo’ ao nem sequer o reconhecer aquando da instituição do seu morgadio e capela, já que nele refere a segunda mulher como sendo a sua primeira. Esta segunda mulher foi Inês de Azevedo. Muito provavelmente pertencia a uma família rica, já que era dotada de posses, visíveis na herança deixada ao biografado. Por alturas deste casamento, já João Martins Ferreira teria atingido alguma relevância no mundo mercantil portuense, o que lhe permitirá ser eleito como procurador do concelho em 1486.¹⁶⁴ Creio que estamos novamente perante um casamento dentro do mesmo nível social. Já a sua terceira mulher, Violante Correia, pertencia à aristocracia regional. O seu pai tinha relevância social e terá sido este o motivo principal da escolha pelo mercador. Nesta altura da sua vida, era já um mercador rico (como se confirma pelo rol de propriedades incorporadas no seu morgadio) e perfeitamente inserido nos meandros do poder do burgo portuense. Assim, a única coisa que lhe poderia faltar era a confirmação da sua linhagem, que se expressava no nome de família e na categoria social à qual queria aceder (ou a que já pertencia, servindo este casamento como validação definitiva).

Não nos podemos esquecer de que no Antigo Regime, o casamento era verdadeiramente um contrato social, e muito raramente – ou nunca – um assunto de

¹⁶¹ “Roteiro”, 57.

¹⁶² AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-801(C330).

¹⁶³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-802(C331)

¹⁶⁴ Costa, Adelaide Millán da Costa, «Vereação» e «Vereadores», *o Governo do Porto em Finais do Século XV* (Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1993), 105, 149.

sentimentos. Tinha propósitos de fortalecimento da situação social e patrimonial de ambos os nubentes, sendo esta a base para o outro objetivo principal: trazer filhos ao mundo. João Martins Ferreira usa-o de acordo com as suas possibilidades e volta sempre a contrair matrimónio até conseguir o mais importante: um primogénito.

2.2. O continuar de uma estratégia social. A descendência.

“Há três coisas que um homem deveria fazer na sua vida: plantar uma árvore, escrever um livro e ter um filho”. Esta popular frase, atribuída ao poeta cubano José Martí, atualiza um dos mais antigos desejos do género humano: deixar descendência. Considerações religiosas à parte e, tendo como centro o homem inserido na sociedade que o engloba, a descendência permite que a memória de um indivíduo perdure para além do tempo útil da sua vida, assim como ele o faz para os que antes vieram. No caso de João Martins Ferreira, a sua prole insere-se, na nossa opinião, numa estratégia de ascensão e afirmação social, bem para além do mero prolongar da sua memória entre os vivos.

Como já foi referido anteriormente, João Martins Ferreira casou três vezes. Das duas primeiras mulheres ou não teve filhos ou, se os teve, nenhum terá sobrevivido tempo suficiente para aparecer referenciado na documentação. Da terceira mulher, Violante Correia, há notícia de 12 filhos: quatro homens e oito mulheres.¹⁶⁵ Não duvidamos que, considerando a idade avançada do progenitor (muito provavelmente teria mais de 50 anos aquando do nascimento do primeiro filho documentado) e o seu número, são testemunha de uma vitalidade e de um desejo de paternidade fora do normal. É destes filhos que agora nos ocuparemos. De uma prole que espelha na perfeição a imagem que João Martins Ferreira queria projetar para a sociedade em que vivia: a de um mercador de grosso trato, com poder e dinheiro suficiente para subir na pirâmide social e atingir um estrato superior: a aristocracia.

Começemos pelo primogénito. Pantaleão Ferreira de seu nome, terá nascido em 1493.¹⁶⁶ Em 1510 era moço de câmara¹⁶⁷ do rei D. Manuel I com uma tença mensal de

¹⁶⁵ Brito, *Patriciado*, 156-158.

¹⁶⁶ A 27 de Outubro de 1491, João Martins Ferreira institui o seu morgadio (tendo o instrumento sido escrito 10 de setembro de 1492) onde não faz referência a nenhum filho lídimo. A mudança de morgadio para o seu filho primogénito foi feita a 4 de janeiro de 1511. Como tal, e pelas condições para a titularidade do morgadio referidas no documento de instituição do mesmo, nesta data ele já teria a idade de 18 anos.

¹⁶⁷ Ser moço de câmara de um rei era um cargo de grande proximidade ao soberano, destinado aos “maiores e mais chegados da casa”, sendo que, neste contexto, casa tem o significado de toda

406 reais e três quartéis de cevada por dia.¹⁶⁸ Nesse mesmo documento, o rei reconhece o trespasse da administração do morgadio e capela de João Martins Ferreira para o seu filho Pantaleão. Numa escritura de empraçamento, datada de 2 de março de 1514, em que o seu pai é um dos outorgantes, Pantaleão Ferreira é uma das testemunhas presentes e é referido como *cavaleiro da Casa do rei*.¹⁶⁹ A 26 de abril de 1525, Pantaleão Ferreira desloca-se a uma reunião da Câmara do Porto para ser jurado escrivão da cidade a título perpétuo. Esta pretensão não é aceite pela vereação, tendo o Procurador da Cidade proposto a restrição do cargo por um período de 3 anos, como as ordenações do reino previam. Pantaleão não aceitou, os vereadores não lhe deram posse, e a decisão final acabou por ficar para o rei. A 26 de agosto finalmente toma posse como escrivão da câmara e almotaçaria, numa reunião plena de notáveis e sem voto negativo por parte de nenhum oficial presente. Depois do juramento, Pantaleão apresenta uma carta real onde se ordena que ele escreva na mesa grande. Esta determinação real é aceite pela vereação, mas com condições que Pantaleão Ferreira não aceita; e parece ter-se afastado das reuniões da Câmara, já que Vasco Dias continua a aparecer na documentação como escrivão.¹⁷⁰ Este episódio mostra claramente a intervenção do rei na nomeação dos escrivães da Câmara, por um lado (e podemos considerar que Pantaleão Ferreira agia como um seu agente) mas também a capacidade da vereação de recusar algumas ordens régias. Em 1524 já é vereador do Porto,¹⁷¹ tendo-se casado com Ana Pimentel, filha de Fernão de Mesquita e de Brites Mendes de Carvalho.¹⁷² Numa escritura de venda de 1540,

a corte real, quer fosse o edifício onde o rei vivia quer o conjunto de pessoas que o serviam diariamente. No capítulo LXXI do *Leal Conselheiro*, D. Duarte descreve a existência de três câmaras num paço real: a antecâmara, a câmara de dormir, e a traseira. A antecâmara é um espaço de acesso restrito aos maiores do reino e moradores da corte. É onde o rei recebe individualmente uma qualquer personalidade. A câmara de dormir é onde o rei repousa. A ela só têm acesso “os maiores e os mais chegados da casa”, sendo este um espaço íntimo e muito restrito, destinado aos que gozam da confiança e/ou amizade do rei. A traseira seria um espaço ao qual só se tem acesso pela câmara de dormir e funciona como se fosse um cofre-forte do rei. Nela se guardavam as roupas, dinheiro e quaisquer outras preciosidades (José Custódio Vieira da Silva, “O Paço”, José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 2ª Ed., 81-83).

¹⁶⁸ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fl. 48v.

¹⁶⁹ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-801(C330).

¹⁷⁰ Brito, *Patriciado*, 260.

¹⁷¹ Costa, «Vereações», 71.

¹⁷² Os Mesquitas eram uma família de apaniguados da Casa dos Marqueses de Vila Real. Brites Mendes de Carvalho era filha do Contador de Entre-Douro-e-Minho, Rui Mendes. A importância dos Carvalhos advém dos cargos que ocupavam na administração central. (Brito, *Patriciado*, 110-111, 152-153, 157).

Pantaleão Ferreira aparece denominado “fidalgo da casa del Rey”.¹⁷³ Torna-se óbvia a ascensão social do filho primogénito de João Martins Ferreira, que apresenta o *cursus honorum* típico de um filho da aristocracia: vida desde jovem na corte, missões em favor da administração central, ocupação de cargos regionais na cidade de origem, reconhecimento pelos serviços prestados com a titulação de fidalguia.¹⁷⁴

Um outro filho, João Ferreira, seguiu a carreira das armas, tendo sido morto na conquista de Trípoli pelos Turcos, em 1551. Cristóvão Alão de Morais somente refere a existência de mais um filho: Baltazar Ferreira.¹⁷⁵ Pedro de Brito, duvidando que este Baltazar seja filho de João Martins Ferreira, diz-nos que se casou com Madalena Ferreira de Castro, sobrinha de D. António de Castro, arcediago de Oliveira. Terá morrido em Calecut sob as ordens do marechal D. Fernando Coutinho. No entanto, contabiliza os três filhos de Baltazar Ferreira como netos de João Martins Ferreira. O mesmo autor é o único a referir Gabriel Correia de Lacerda, prior de Bucelas, como filho do nosso biografado, e de um homónimo seu, nomeado Juiz da Alfândega de Goa pelo prazo de três anos, por carta régia de D. João III, a 3 de fevereiro de 1548.¹⁷⁶ É de salientar que nenhum dos filhos seguiu o mester paterno: ser mercador, “um estado transitório entre mecânico e fidalgo”.¹⁷⁷

Das oito filhas de João Martins Ferreira, a História só nos deixou registo inequívoco de sete. Maria Correia, que casou com um João Dias Cabral, tendo falecido no regresso da Índia; Guiomar Correia casou com Álvaro Rodrigues de Araújo, em Abiul; Inês Correia, foi primeiro mulher de Álvaro Sanhudo, tendo depois contraído matrimónio com um seu parente, António Correia de Mesquita; Violante Correia casou com João Correia de Mesquita, seu parente e irmão do já referido António Correia de Mesquita; Clara Ferreira terá casado com Álvaro Barbosa do Porto.¹⁷⁸ Felgueiras Gayo refere ainda uma Jerónima Correia, que se casou com Gonçalo Lobo de Vila Real, mas não refere Clara Ferreira.¹⁷⁹

¹⁷³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-804(B245).

¹⁷⁴ Joaquim Romero Magalhães, “A Sociedade”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993), Vol. III, 495-499.

¹⁷⁵ Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 213.

¹⁷⁶ Brito, *Patriciado*, 157. AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fl. 49.

¹⁷⁷ Magalhães, “A Sociedade”, 507.

¹⁷⁸ Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 213-214. Brito, *Patriciado*, 157.

¹⁷⁹ Gayo, *Nobiliário*, 42.

Duas irmãs tiveram casamentos que nos interessam sobremaneira. Pedro de Brito refere Ana Correia, casada com Rui Leitão, senhor de um morgadio em Abiul, e Catarina Correia, casada com um primo deste, de nome Cristóvão Leitão.¹⁸⁰ Cristóvão Alão de Morais fala apenas de uma Isabel Correia (Pedro de Brito afirma que esta Isabel é, de facto, Catarina¹⁸¹), casada com um Leitão, que tiveram por filho Cristóvão Leitão Correia, morador nas casas do Terreiro, no Porto.¹⁸² Este casamento terá acontecido antes de 1515 já que, nesse ano, Cristóvão Leitão recebeu 48.000 reais do último terço do dote de sua mulher. Deste casamento tardio, pois Cristóvão Leitão teria cerca de 45 anos, há notícia de dois descendentes: o já referido Cristóvão Leitão Correia e Diogo Leitão.¹⁸³ É de salientar a capacidade financeira de João Martins Ferreira para casar todas as suas filhas, numa altura em que todas as mulheres necessitavam de um dote para conseguir casamento (sendo este especialmente elevado caso o casamento fosse acima da condição social). Também devemos destacar o uso do nome da família da mãe pela maioria das filhas do casal, o que não deixa de ter significado.

Voltando aos casos que nos interessam, os Leitões eram uma família beirã (que se deslocou para o Porto por casamentos com as filhas de João Martins Ferreira) brasonada a partir de 1524, em recompensa pelo relevo militar de Cristóvão Leitão. Este terá ganho fama pela participação nas guerras que assolavam a Península Italiana nos inícios do século XVI, sob as ordens do *Gran Capitan* D. Gonzalo Fernández de Córdoba, tendo ganho muita experiência nas novas táticas de infantaria, nomeadamente na sua organização e no uso dos temíveis piques. Em 1508, destacou-se em combates na região de Azamor e no Castelo de Arzila, tendo sido por sua ação que os mouros atacantes foram derrotados. Por tudo isto, foi promovido a coronel da guarda de alabardeiros de D. Manuel I.¹⁸⁴

Em 1513 o rei dá-lhe privilégio de fidalgo.¹⁸⁵ Em 1522 há referência a um Cristóvão Leitão como vereador da Câmara do Porto. Em 1524 terá sido agraciado com uma Carta de Brasão, que foi substituída por outra passada em 30 de junho de 1528. Na

¹⁸⁰ Jean Aubin, “Le Capitaine Leitão. Un Sujet Insatisfait de D. João III”, *Revista da Universidade de Coimbra*, 29 (1983): 91. Brito, *Patriciado*, 157, 160-161. Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 213.

¹⁸¹ Brito, *Patriciado*, 160.

¹⁸² Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 213.

¹⁸³ Brito, “João”, 16.

¹⁸⁴ Brito, “João”, 16.

¹⁸⁵ Costa, *D. Manuel I*, 207.

chancelaria de D. Manuel I existem cartas que referem um Cristóvão Leitão como: beneficiário da dízima do pescado do rio Douro entre S. João da Pesqueira e Miranda do Douro; com privilégios de fidalgo e de escrivão da Alfândega do Porto. Em 9 de Maio de 1527, D. João III confirma-lhe a atribuição do dízimo do pescado no rio Douro. Também o declara fidalgo da sua casa. Para além disso, sabemos que foi Comendador de Janeiro da Ordem de Cristo. Após a sua morte, os seus ossos foram transladados pelo seu filho para a Misericórdia do Porto, com um epitáfio que refere a sua fidalguia, bem como a sua hierarquia militar: Coronel e Capitão dos Alabardeiros do rei.¹⁸⁶

Maria Augusta Lima Cruz refere que, entre 1526 e 1529, Cristóvão Leitão terá tido um papel muito importante na reforma do exército em Portugal, tornando-se coronel das companhias de infantaria. Terá reformado este corpo militar com base nos temíveis corpos de infantaria espanhóis armados de piques, tendo mais tarde pugnado pela introdução de armas de fogo, os arcabuzes, tanto para as tropas a pé como para as tropas a cavalo.¹⁸⁷ Esta reforma terá enfrentado resistência da aristocracia, que não queria combater apeada, e tinha receio do cada vez maior recrutamento do povo para as guerras nas possessões ultramarinas. Quem mais o apoiou foi o seu cunhado, Pantaleão Ferreira, e o seu sobrinho, Manuel Leitão, filho de Ana Correia, também filha de João Martins Ferreira.¹⁸⁸ Torna-se aqui evidente, mais uma vez, a rede de apoio familiar da família Ferreira.

Quanto aos netos, devemos destacar os filhos de Pantaleão Ferreira, o primogénito. João Martins Ferreira foi pajem do rei D. João III e do imperador Carlos V. Foi casado com D. Joana de Vilhena, filha de D. João Pereira e D. Ana Cardoso, por vontade de D. João III, passando a viver na quinta de Calvos, na região de Lafões. Foi também tutor do seu primo, Diogo Leitão, filho de Cristóvão Leitão. D. Sebastião fá-lo capitão-mor de Lafões. Na nossa opinião, terá sido ele (e não um tio homónimo) a ser nomeado Juiz da Alfândega de Goa, em 1548, pelo prazo de três anos. Paio Correia ingressou na Companhia de Jesus, tendo mais tarde abandonado a Ordem, tornando-se abade de Silvalde. Diogo Ferreira terá sido mercador nas Índias de Castela e viveu na cidade de S. Francisco de Quito, no Perú. Cristóvão Alão de Moraes refere-o como capitão de alguma fama, tendo comandado em muitas armadas. Pedro de Brito afirma que tal não seria

¹⁸⁶ Aubin, “Le Capitaine”, 91-92. Brito, *Patriciado*, 160-161.

¹⁸⁷ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2011), 6ª Ed., 180.

¹⁸⁸ Brito, “João”, 16.

possível, pois o “famoso” Diogo Ferreira escreve, em 1588, três memoriais sobre Angola a Filipe II. Nessa altura, e segundo o autor, o “nosso” Diogo Ferreira já estaria morto. Pelo seu testamento, guardado no Arquivo da Misericórdia do Porto, datado de Sevilha em 29 de julho de 1581, deixa um legado para casar donzelas pobres e sérias, esmolas aos índios da província de Loisa, aos de Lacatunga e aos do hospital de Popaim. Deixa também um anel de ouro com uma esmeralda, esculpido com as armas dos seus pais, ao seu irmão clérigo, Paio Correia. Devemos referir que não é por alguém escrever um testamento em 1581 que isso garante já estar morto por alturas de 1588. Os testamentos, por esta altura, eram escritos em alturas em que se acreditava que a nossa vida poderia terminar proximamente (por efeito de uma doença, antes de uma batalha, antes de uma viagem longa, etc.), e por isso era vulgar uma mesma pessoa fazer vários. Se Diogo Ferreira foi comandante de armada, era normal que tivesse feito testamento o mais cedo possível. Se esteve ao serviço de Filipe II nas Índias de Castela, também seria normal que o seu testamento estivesse depositado na *Casa de Contratación* em Sevilha, já que esta tratava de todos os assuntos legais relativos aos súbditos do rei nas Índias de Castela.¹⁸⁹ E ser um comandante de armada não era incompatível com uma segunda ocupação de mercador nas zonas onde se prestava serviço.¹⁹⁰ Em relação às cinco filhas de Pantaleão Ferreira, temos informação de que todas seguiram a vida religiosa: Maria do Salvador, no Mosteiro beneditino de Santa Ana em Viana do Castelo; Catarina Correia, no Mosteiro cisterciense de Santa Maria do Lorvão; Beatriz da Anunciação, Helena da Cruz, e Violante de Jesus, em Trancoso.¹⁹¹

Dos restantes netos, referimos Jerónimo Ferreira de Castro, que casou com D. Brites de Noronha, filha de D. Sancho de Noronha, e António Ferreira de Castro, que foi cónego da Sé do Porto. São ambos filhos de Baltazar Ferreira.¹⁹²

Perante este cenário familiar, torna-se evidente o propósito de João Martins Ferreira em continuar e reforçar uma estratégia social para atingir a fidalguia. Para se ser fidalgo só havia dois caminhos: ou se nascia como tal ou o rei concedia essa qualidade e condição. No caso de João Martins Ferreira, este teria uma base para essa fidalguia, já

¹⁸⁹ José Cervera Pery, *La Casa de Contratación y el Consejo de Indias* (Madrid: Ministerio de Defensa, 1997), 67-72.

¹⁹⁰ Magalhães, “A Sociedade”, 505.

¹⁹¹ Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 214. Brito, *Patriciado*, 157. Brito, “João”, 16-17.

¹⁹² Brito, *Patriciado*, 157.

que seria descendente de uma família nobilitada, os Ferreiras (esta questão da fidalguia, bastante complexa, será desenvolvida num ponto posterior). No entanto, para além de se ser fidalgo, era preciso mostrá-lo e viver de acordo com tal condição. Ou seja, idealmente, ter as qualidades certas de carácter: a honra, a virtude, o valor, a magnanimidade, a modéstia, a prudência, a discrição, o conselho e habilidade para tudo. Ser amigo dos seus parentes, temente a Deus e esforçado cavaleiro. Viver publicamente no meio do luxo e da ostentação. Destacar-se na sociedade pela posse de bens que faziam parte dos sonhos dos comuns mortais; e gastá-los sem preocupações. E este reconhecimento estaria espelhado no uso do apelido familiar que afirmaria perante todos a linhagem do seu portador.¹⁹³

Pelos factos apurados, esta estratégia alcançou resultados deveras impressionantes. Em primeiro lugar, João Martins Ferreira procurou limitar a dispersão do património, constituindo um morgadio e atribuindo a sua titularidade ao filho primogénito. A instituição de morgado procurava aumentar o prestígio do nome, da família e da nobreza das pessoas, com o património que a ele se anexava, bem como garantir a perenidade dessa base patrimonial. Quanto maior o valor deste, mais impacto social teria sobre estas dimensões.¹⁹⁴ Não há dúvida de que o morgadio instituído por João Martins Ferreira, em 1491, teve bastante relevância, pelo número de propriedades e valores das rendas a ele consignados. Sabemos que esta estratégia surgiu no meio da aristocracia nos alvares do século XIII: face às cada vez maiores necessidades de subsistência, ela procurou manter o nível de vida do primogénito em detrimento dos seus irmãos. Isto evitava a “segmentação de linhagens” e a consequente perda de poderio e influência.¹⁹⁵

Depois constatamos que nenhum dos seus filhos seguiu a carreira do comércio. Não sendo uma atividade manual era, no entanto, considerada inferior em relação à categoria de um nobre e até indigna dele (embora, por razões de pura subsistência, muitos nobres portugueses se tenham anormalmente metido a comerciar, como bem demonstrou Vitorino Magalhães Godinho¹⁹⁶). Em vez disso, o primogénito teve uma vida na corte do rei, sendo que esta era o auge da vivência nobre nestes tempos. Como fidalgo do rei, o morgado sobreviveria à custa dos rendimentos do imenso morgadio constituído pelo seu

¹⁹³ Magalhães, “A Sociedade”, 487-492.

¹⁹⁴ Magalhães, “A Sociedade”, 492-494.

¹⁹⁵ Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, “A Família. Estruturas de Parentesco e Casamento”, José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 2ª Ed., 126-143.

¹⁹⁶ Godinho, *A Economia*, 213-216.

pai e das tenças atribuídas pelo rei, para além de transmitir a qualidade e condição aos seus herdeiros.¹⁹⁷ Os outros filhos seguem profissões típicas da aristocracia em Portugal. Dois deles seguem a carreira de armas tendo falecido em combate pelo reino.¹⁹⁸ O outro seguiu a carreira eclesiástica.¹⁹⁹

Em relação às filhas, João Martins Ferreira também seguiu uma estratégia comum para a maioria da aristocracia. Embora o casamento de uma filha implicasse uma perda efetiva de património e rendimentos (pelo dote que acompanhava a noiva), estas eram usadas como fortalecimento da importância da linhagem, se casassem ‘bem’. Neste sentido, através do casamento de sete das suas oito filhas (tornados possíveis pela impressionante fortuna que detinha), João Martins Ferreira reforça a sua estratégia de ascensão social. Pelo menos três delas (Guiomar, Ana e Catarina Correia) casaram com elementos da aristocracia rural com reconhecidos serviços prestados ao rei. E duas delas casaram com parentes, o que mostra uma estratégia de reforço de património da família alargada.

É de destacar que todas as filhas de Pantaleão Ferreira, primogénito do nosso biografado, não casaram e viveram as suas vidas como religiosas. Este facto denota uma clara mimetização dos hábitos da aristocracia em relação aos descendentes femininos e uma forma planeada de não dispersar os rendimentos familiares. É nesta geração que a fidalguia da família se encontra plenamente assumida, já que o filho primogénito continua a vida cortesã do pai, chegando inclusive a pajem do imperador Carlos V na sua corte espanhola. Temos também mais um filho eclesiástico, que inicia a carreira na Companhia de Jesus, conhecida pelas suas ligações à família real e à aristocracia. Como prova de que a fidalguia da família já não sofria qualquer dúvida, e tomando como certas unicamente as palavras de Pedro de Brito, encontramos o primeiro descendente que prossegue a carreira de mercador do avô, desta feita nas Índias de Castela. Mas neste caso já estamos perante um cavaleiro-mercador, uma vez que Diogo Ferreira nunca escondeu a sua ascendência nobre, como nos mostra o anel de ouro com as armas de seus pais que deixou em testamento ao seu irmão eclesiástico.

¹⁹⁷ Magalhães, “A Sociedade”, 488.

¹⁹⁸ O que nos faz a ponte para outro tema, fascinante e já fora da cronologia em estudo: o importante papel das gentes do Porto e do Norte nos caminhos do império ultramarino português.

¹⁹⁹ Com os dados disponíveis, não podemos afirmar se João Martins Ferreira abandonou o comércio aquando da instituição do morgadio, embora tal pareça ter acontecido com vários dos seus homólogos portuenses.

Tudo isto confirma o que nos diz Joaquim Romero Magalhães que, por esta altura, a mobilidade social ascendente e para os estratos inferiores da aristocracia era ainda grande.²⁰⁰ Embora se desejasse a estabilidade social, havia quem, por via dos novos poderes destes séculos de charneira, o dinheiro e/ou o saber, conseguisse ultrapassar as barreiras tradicionais impostas aos seus estados e singrar na pirâmide da sociedade portuguesa. João Martins Ferreira e a sua descendência são um claríssimo exemplo disto, podendo este distinto portuense ser considerado um paradigma do mercador-cavaleiro.

2.3. O lugar na pirâmide social. A fidalguia.

Com tudo o que já foi exposto, torna-se clara a vontade de João Martins Ferreira em se afirmar socialmente perante a sociedade portuense da sua época. É tempo agora de nos focarmos sobre um ponto que há muito levanta alguma celeuma entre os historiadores que estudaram a sua vida: este mercador foi efetivamente fidalgo ou não? Sobre a fidalguia do seu filho primogénito não parece haver dúvidas. Sabemos, no entanto, que quem projetou o nome da família para além do esquecimento das areias do tempo foi o seu pai. Existem indícios que parecem apontar para que ele tenha assumido em vida uma suposta fidalguia. Mas também existem indícios que nos fazem pensar que tal foi somente procurado por gerações bem posteriores. Começemos por ver o que dizem os nobiliários clássicos.

Cristóvão Alão de Morais, na sua *Pedatura Lusitana*, datada de 1673, dá-nos esta descrição das armas dos Ferreira:

«Trazem por armas quatro faixas de ouro em campo vermelho, e por tymbre hũa ema de sua cor cõ hũa ferradura de ouro no bico as quaes armas tomarão dos Leitões. Na claustra velha da Sé do Porto se ve a banda do poente hũa sepultura de Ferreira cõ diferentes armas que parecem estrelas. E serão porventura as primeiras de que uzarão antes de se misturarem com os Leitões.»²⁰¹

Com esta pequena descrição temos, sem dúvida, a linha mestra de toda a provável história familiar dos Ferreiras que nos interessam: os ascendentes diretos de João Martins Ferreira e a sua descendência.

²⁰⁰ Magalhães, “A Sociedade”, 509.

²⁰¹ Morais, *Pedatura*, T. IV, I, 200.

Figura 2 – As Armas dos Ferreiras



Pedra de armas dos Ferreiras na fachada do bar *Capela Incomum*
Fotografia do autor.

Segundo o autor, há duas possibilidades para os inícios da linhagem Ferreira: com Pero Ferreira e sua mulher Maria Vaz que, em setembro de 1222, deram foral à vila de Ferreira; ou com outro Pero Ferreira que, com sua mulher D. Inês, doou ao Mosteiro de Tarouquela um casal em S. Martinho de Rososinhos. Esta doação datava de 1382 e estaria arquivada no Cartório de S. Bento das Freiras no Porto. No entanto, Cristóvão Alão de Moraes começa a sua narrativa da história dos Ferreiras com Martim Ferreira Cavaleiro, por alturas de 1386, e originário da região de Cete. A dada altura a linhagem estabeleceu-se próximo do Casal de Cavaleiros, no julgado de Faria, termo de Barcelos. Avançando

na história, chegamos a um Martim Ferreira, o pai do nosso João Martins Ferreira, que teria sido vedor do Infante D. Pedro, filho de D. João I (altamente improvável). Teria sido casado em segundas núpcias com Inês Alvares de Azeredo (apelido inexistente à altura), mãe do nosso biografado.²⁰²

Felgueiras Gayo, no *Nobiliário de Famílias de Portugal*, concorda com as informações de Cristóvão Alão de Moraes, mas completa-as. Diz-nos que os Ferreiras têm solar na freguesia de S. João de Eiriz, concelho de Aguiar de Sousa, na comarca do Minho. Teriam sido originários de Vila Verde, cabeça do morgadio do cavaleiro Martim Ferreira, passando para o Casal de Cavaleiros em altura posterior. O seu apelido terá a ver com o rio Ferreira, que corre para o Douro, entre Canavezes e o Porto. A partir do brasão das duas famílias, parece dar-nos a entender que terão ligações com os Herrera de Castela (o que nos parece uma pura invenção). De resto, repete a genealogia do pai e mãe de João Martins Ferreira.²⁰³

Sabemos já, pela documentação consultada, que o pai de João Martins Ferreira se chamava Martim Lourenço e tinha como profissões caldeireiro e mercador. A sua mãe chamava-se Catarina Vasques, pelo que as narrativas de Cristóvão Alão de Moraes e Felgueiras Gayo são puras invenções. Também não concordamos com a explicação de uma suposta falsificação de fidalguia anterior a 1673 avançada por Pedro de Brito.²⁰⁴ Mas a isto voltaremos um pouco mais tarde. Para o que nos interessa agora, cabe esclarecer como era possível que João Martins Ferreira, uma pessoa pública e sobejamente conhecida no burgo portuense, usasse um apelido a que aparentemente não teria direito sem sofrer as consequências dessa ilegalidade.

As vantagens da fidalguia, nesta época eram muitas: tinha direito a tratamento diferenciado através de denominação própria; era considerada como pertencentes à aristocracia; podia ter e exhibir as armas da família; tinha privilégios na aplicação da justiça (os fidalgos só podiam ser encarcerados domiciliariamente, não podiam sofrer tortura, etc.); tinha a possibilidade de aceder a determinados cargos da administração, unicamente disponíveis aos membros deste estado social; podiam usar determinadas peças de roupa, bem como fazê-las de tecidos considerados luxuosos, e exhibir sinais exteriores de riqueza

²⁰² Moraes, *Pedatura*, T. IV, I, 200-202, 212.

²⁰³ Gayo, *Nobiliário*, 35, 41.

²⁰⁴ Brito, “João”, 14.

(como por exemplo, deslocar-se a cavalo ou acompanhados por escravos).²⁰⁵ E tinha imensos privilégios fiscais, que aliás transmitia aos seus criados e servidores, o que lhe dava imenso poder social. Tudo isto projetava distinção social e, como temos visto, esse foi um dos grandes objetivos de vida do nosso biografado. Mas também por tudo isto, havia forte legislação régia para evitar o abuso por parte daqueles que não tinham direito a serem fidalgos.²⁰⁶

Pensamos que a resposta para a pergunta anterior se encontra na transcrição da instituição de morgadio e capela de Jerusalém por João Martins Ferreira, contida no *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*. Assim, nas obrigações e restrições aos morgados futuros, aparece escrito:

«E outro fim encomendo muito a todos os meus sucessores que nunca em nenhum tempo se cazem nem misturem com os meus parentes Ferreiras do Casal dos Cavaleiros por assim mo deixar meu pay que Deos tem mui encarregado pellos agravos que elles lhe fizerão em o fazerem andar desterrado muito tempo e tomar e destruir lhe toda sua fazenda a pello qual eu fiquei neste estado...»²⁰⁷

A situação exposta mostra que terá ocorrido um conflito entre o pai de João Martins Ferreira e os Ferreiras moradores em Casal de Cavaleiros. Teria sido de tal forma grave que Martim Lourenço viu toda a sua riqueza destruída pelos seus parentes, sendo forçado a abandonar a região natal e a ‘desterrar-se’ no Porto. Não nos custa imaginar que, como consequência de toda esta situação, Martim Lourenço tenha renegado o uso do nome Ferreira que evocava parentes que tanto mal lhe tinham causado. A situação deve ter ficado tão profundamente marcada na história familiar que João Martins Ferreira, 14 anos depois da morte de seu pai, ainda sente necessidade de deixar por escrito as diferenças profundas entre os dois ramos da família, vedando-lhes qualquer pretensão a serem morgados do seu morgadio. No entanto, e isto mostra mais uma vez o seu grande pragmatismo, João Martins Ferreira não teve pejo em usar o nome que lhe permitia aceder à fidalguia. A semelhança entre o brasão das linhagens Ferreira e Leitão explica-se correntemente pela proximidade entre os locais de origem das duas famílias: Eiriz

²⁰⁵ Magalhães, “A Sociedade”, 487-495.

²⁰⁶ *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1797), 203. Nuno Gonçalo Monteiro, “Casa, Casamento e Nome: Fragmentos Sobre Relações Familiares e Indivíduos”, José Mattoso (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 151-157.

²⁰⁷ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fl. 37.

(concelho de Paços de Ferreira) e Lodares²⁰⁸ (concelho de Lousada). No entanto, há quem indique a Sertã, na Beira-Baixa, como origem da família de Cristóvão Leitão.²⁰⁹ Mas se tomarmos como fidedigno o texto de Cristóvão Alão de Moraes citado acima, os Ferreiras portuenses teriam um brasão diferente e só depois do casamento de Catarina Correia, filha de João Martins Ferreira, com Cristóvão Leitão, é que as armas das duas famílias ficaram semelhantes.²¹⁰

Mas não estavam os fidalgos proibidos de ficar no Porto por um período maior que três dias? Sim e não. É verdade que o Porto tinha o costume antigo de os fidalgos não poderem comprar terras nem casas na cidade, nem lá residirem. E também é verdade que estavam proibidos de estanciar na cidade pelo período referido. Este costume, inicialmente vontade do senhorio eclesiástico da cidade,²¹¹ foi confirmado por carta régia de D. João I, a 6 de março de 1390. No entanto, este privilégio da cidade foi somente usado para os fidalgos ‘problemáticos’, ou seja, para aqueles demasiado poderosos para acatarem a governança concelhia pacificamente, como era o caso dos condes da Feira, os Pereiras, e que aspiravam vir a ser senhores do Porto. Aliás, nesta mesma governança encontramos vários nomes de famílias fidalgas, com linhagem, terras e comendas. Com a progressiva importância da burguesia mercantil na cidade, os mais abastados começaram a poder viver “à nobre”. Do poder ao querer vai um pequeno passo. E assim, estes ricos mercadores procuram a legitimação da sua linhagem através da concessão do título de fidalgo por parte do rei.²¹² De tanto quererem, o próprio rei D. Manuel I, em carta régia de 16 de dezembro de 1503, destinada aos homens-bons do Porto, declara que os fidalgos passam a poder fixar residência na cidade e comprar bens de raiz. Mas isto já era demais, pois assim qualquer fidalgo (e não só os da cidade) podia ‘assentar arraiais’ na urbe. Depois de muito protesto, e aproveitando a visita régia e consequentes dívidas do concelho com ela, o rei vê-se forçado a revogar esta determinação a 17 de março de 1505, restaurando o privilégio anterior. Mas a força real aumenta paulatinamente nestes

²⁰⁸ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana* (Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-48), Tomo VI, Vol. II, 136.

²⁰⁹ Aubin, “Le Capitaine”, 88.

²¹⁰ Claro que mantemos a dúvida sobre a eventual ascendência fidalga do pai, que parece casar mal com a profissão de caldeireiro. Mas é problema que se encontra muito longe de estar resolvido satisfatoriamente.

²¹¹ Torquato de Sousa Soares, “Nova Organização Municipal da Cidade”, António Cruz e Damião Peres (dirs.), *História da Cidade do Porto* (Porto: Portucalense Editora, 1962-1965), Vol. I, 342.

²¹² Sousa, “Conflitos”, 394.

tempos de concentração de poder e, com o tempo, a Câmara vê-se forçada a aceitar, em 1513, a licença régia para D. Pedro da Cunha Coutinho se instalar nas suas casas situadas em Monchique. Todo este processo termina em 1534, já no reinado de D. João III, com a revogação deste privilégio – mas ainda por esses anos a cidade trava uma duríssima luta contra D. Paulo Pereira, e vence-a, pelo que este fidalgo não terá o direito de residir na cidade apesar de ter comprado o arcediagado da Régua, o que lhe dava direito a sentar-se entre os demais cônegos do Cabido da Sé.²¹³ Mas se João Martins Ferreira detinha o estatuto de cidadão do Porto, que lhe dava uma série de privilégios semelhantes à fidalguia na cidade e seu termo, porque estaria interessado em ser fidalgo e continuar ligado a uma linhagem que tantos problemas tinha causado a seu pai? Pensamos que a explicação mais simples e plausível é que este estatuto era reconhecido em todo o território do reino de Portugal; e era de extrema utilidade para quem pretendia aceder ao paço real e à Corte. Isto se ele chegou alguma vez a ser fidalgo, o que consideramos muito longe de provado.

Mas a história da fidalguia dos Ferreiras portuenses não termina aqui. A 29 de Agosto de 1801, Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcellos apresenta uma petição ao Senado da Câmara do Porto, no sentido de confirmar o morgadio instituído por João Martins Ferreira, sendo ele o atual morgado. Para isso apresenta alguns documentos originais trazidos da Torre do Tombo e pretende que se lancem esses documentos no livro do Registo dos Filhamentos para “se evitar qualquer descaminho”. A descrição de todo o processo, bem como a transcrição dos documentos apresentados, está contida no *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, já referido anteriormente. Todas as transcrições são feitas por António Ribeiro da Silva e Queirós, professo na Ordem de Santiago, cidadão do Porto e escrivão substituto do Senado da Câmara, a partir dos documentos trazidos da Torre do Tombo pelo próprio Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcellos. Foram lidos por João Baptista de Souza Araújo, escrivão do tombo do mesmo Senado e especialista em letra antiga.²¹⁴

Em algumas transcrições das cartas régias, João Martins Ferreira é referido como moço fidalgo da Casa do infante D. Fernando, pai de D. Manuel I. Estas cartas régias são datadas de 10 de setembro de 1492, 4 de janeiro de 1511, 26 de abril de 1511 e 22 de

²¹³ Raquel Patriarca, *Ambições Régias, o Declínio do Poder Municipal* (Porto: QuidNovi, 2010), História do Porto, Vol. 5, 12-23.

²¹⁴ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fls. 33-50.

maio de 1511.²¹⁵ No entanto, na transcrição da constituição do morgadio, datada de 6 de abril de 1511, esta fidalguia não é referida; e essa constituição também é assinada pelo Rei.²¹⁶ Na transcrição da passagem de morgadio de João Martins Ferreira para o filho Pantaleão Ferreira (onde foi desdobrada erradamente a abreviatura, ficando “Francisquo” em vez de Ferreira), datada de 26 de outubro de 1510, também não é atribuída nenhuma fidalguia a João Martins Ferreira, contrariamente às outras transcrições.²¹⁷ Em nenhum dos documentos pertencentes ao Fundo João Martins Ferreira, o mercador portuense é titulado como fidalgo pertencente à Casa do Infante D. Fernando. Aliás, numa carta de quitação assinada por D. Manuel I, de 13 de julho de 1496, ao declarar-se João Martins Ferreira como quite e livre da quantia por ele arrecadada como recebedor na cidade do Porto dos dinheiros da Santa Cruzada para a armada da Graciosa, não se faz referência alguma à sua fidalguia.²¹⁸ Isto levanta fortes suspeitas visto que pertencer à Casa de tão importante personalidade seria fonte de enorme prestígio e algo que o mercador portuense seguramente não deixaria de exibir com orgulho. Mas o mistério adensa-se...

Já vimos como Pedro de Brito afirma que a fidalguia de João Martins Ferreira é uma falsificação ancorada na corrupção documental da profissão de seu pai, Martim Lourenço, de caldeireiro para cavaleiro.²¹⁹ Ao consultar a documentação original, encontramos:

Figura 3 – Profissão de Martim Lourenço apagada



Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-745(B229).

²¹⁵ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fls. 34v-37v, 37v-47, 33-34, 47-47v.

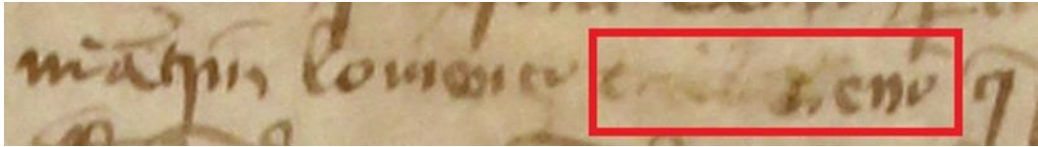
²¹⁶ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fls. 47-47v.

²¹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 3, fol. 43. ANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Além-Douro, fol. 14. AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fls. 48-48v.

²¹⁸ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-782(B240).

²¹⁹ Brito, *Patriciado*, 13.

Figura 4 – Profissão de Martim Lourenço apagada



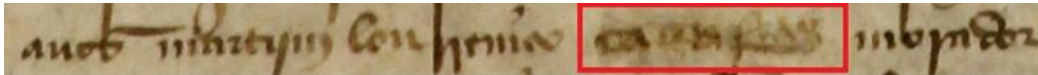
Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-739(B223).

Figura 5 – Profissão de Martim Lourenço apagada



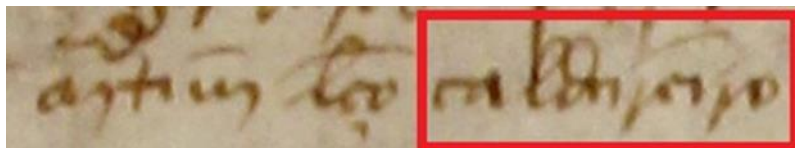
Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-744(B228).

Figura 6 – Profissão de Martim Lourenço alterada



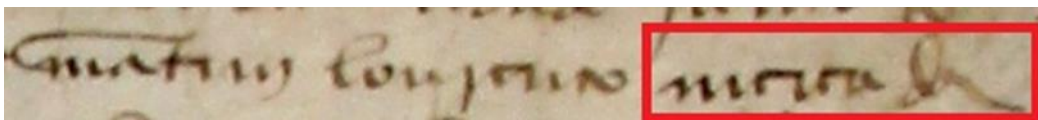
Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-751(C297).

Figura 7 – Profissão de Martim Lourenço sem alteração



Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-748(C295).

Figura 8 – Profissão de Martim Lourenço sem alteração



Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-757(C302).

Como podemos ver pelas imagens apresentadas, existe uma efetiva tentativa de corrupção da profissão do pai de João Martins Ferreira em alguns documentos. Antes de chegar à guarda do Arquivo Histórico Municipal do Porto esta documentação estava em posse do último titular do morgadio Ferreira; logo esta adulteração deve ter sido feita por algum membro da família algures no tempo. Arriscamos uma explicação: Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcellos conhecia certamente a obra de Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, onde ele afirma que o pai de João Martins Ferreira teria sido vedor do infante D. Pedro. Ora isto não batia certo com a profissão indicada nos

documentos. Assim, pensamos que terá sido por ele (ou a mando dele) que a alteração foi feita. Nos documentos em que a profissão de Martim Lourenço se consegue ler sem problemas esta informação encontra-se numa posição do texto bem menos comum na estrutura das escrituras de venda, contribuindo de certeza para que o falsário não tenha reparado nestas referências.

Voltemos agora à titulação de João Martins Ferreira como fidalgo da Casa do Infante D. Fernando, pai de D. Manuel I. O mercador portuense foi certamente o membro mais famoso da linhagem portuense dos Ferreiras, durando essa fama até aos nossos dias. Já atrás afirmamos que existe uma forte plausibilidade de ele próprio ter assumido a fidalguia. No entanto, sabemos também que em nenhum documento original conhecido se encontra expressa essa fidalguia. Avançamos agora com uma explicação para as transcrições contidas no *Livro de Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*. Sabemos que quem faz a petição ao Senado da Câmara para reconhecimento do morgadio de João Martins Ferreira é Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcellos. Também sabemos que é ele quem apresenta os documentos trazidos da Torre do Tombo para leitura pelo escrivão da Câmara e consequente lançamento no já referido livro, para “se evitar qualquer descaminho”.²²⁰ É ele o grande beneficiado por este processo já que, estando estas transcrições passadas em livro oficial, deixava de haver dúvidas sobre a fidalguia da sua linhagem. Além do mais parece-nos óbvio que a importância regional da linhagem era aumentada com uma ligação ao sobrinho herdeiro do Infante D. Henrique, o Navegador. D. Fernando tornou-se senhor da Madeira após a morte do seu tio em 1460 e vimos já as ligações comerciais do biografado com esta ilha no Capítulo 1. Ora, só João Martins Ferreira teria estatuto histórico suficiente para ser fidalgo da Casa de tão importante personagem sem levantar grandes dúvidas. E terá sido por tudo isto que acreditamos que Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcellos terá apresentado estes documentos falsificados (por si ou a seu mando) ao Senado da Câmara do Porto. A linhagem ficava assim com um *pedigree* irrepreensível. Confirmar-se-ia uma falsificação, ganha a nossa história.

²²⁰ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgo (1789 – 1822)*, fl. 33.

2.4. O cimento da pirâmide social. As relações extrafamiliares.

Se a importância da família na vida de uma pessoa é por demais evidente não deixa de ser verdade que os amigos são a ‘família que escolhemos’. No caso de João Martins Ferreira não duvidamos de que o mesmo se terá passado. Infelizmente o mercador portuense não deixou registos dessas amizades que tenham sobrevivido até aos nossos dias. No entanto, nada impede que tentemos perscrutar estas relações através das névoas do tempo usando todas as pistas que temos à nossa disposição. Estamos a falar de um conjunto documental que é, na sua esmagadora maioria, relativo a transações imobiliárias e por esse motivo não se presta a demonstrações de relações pessoais pelas partes interessadas do negócio. Nas transcrições do início do século XIX, contidas no *Registo dos Foros de Fidalgo*, o mesmo se passa, já que o objetivo é comprovar, juridicamente e institucionalmente, a fidalguia da linhagem Ferreira e a existência de um morgadio e capela fúnebre.

Assim, resta-nos tentar encontrar uma série de ligações entre vários indivíduos e João Martins Ferreira, pelo menos mostrar que havia um conhecimento mútuo. Procurando provas dos negócios feitos com outros mercadores e fazendo um levantamento das testemunhas presentes aquando da concretização dos negócios imobiliários em que o mercador portuense foi parte interessada – as redes que sabemos terem existido e que tiveram grande importância. Um exemplo de um negócio feito com outro mercador é o emprazamento de um pardieiro na Rua da Capitania Velha, a 29 de janeiro de 1500, ao mercador Gonçalo Donis.²²¹ Também podemos avançar a possibilidade de uma relação próxima com o tabelião Pedro Fernandes que, entre 1484 e 1514, assina 24 documentos. Ele é de longe o tabelião que mais documentos presentes no Fundo João Martins Ferreira assinou e, pelo período temporal da sua ação, acompanhou o mercador portuense até à sua morte. Em relação às testemunhas, as relações com o biografado provavelmente seriam mais do que um mero conhecimento superficial, pois nestas circunstâncias elas prestam um serviço aos outorgantes das escrituras. Excluindo o pagamento de alvíssaras, que mesmo assim implicam uma relação prévia, a prestação de um favor a uma das partes sugere uma relação com génese no passado de ambos e prolongamento no futuro. Para percebermos o círculo de relações do mercador portuense pensamos ser válido propor conclusões a partir do estatuto ou do ofício dessas

²²¹ BFLUP, *Espólio do Conde de Vilas Boas*, Doc. 2-11_112 (catalogação provisória de trabalho).

testemunhas. Assim, conseguimos ver quais os grupos com que ele mais se relacionava no seu dia-a-dia e perceber um pouco mais da sua vida quotidiana. E a partir dos estatutos e ofícios das testemunhas encontradas nos documentos do Fundo João Martins Ferreira em que ele tem intervenção direta, construímos a Tabela 4.

Tabela 4 – Estatuto/ofício das testemunhas nos documentos de João Martins Ferreira

Estatuto (total de referências)			
Escudeiro	11	Prior/frade	2
Cidadão	5	Mestre	1
Cavaleiro	3	-	-
Ofício (total de referências)			
Criado ²²²	16	Caldeireiro	1
Mercador	15	Cavilhador	1
Tanoeiro	6	Cordoeiro	1
Ourives	5	Cuteleiro	1
Sapateiro	3	Lavrador	1
Alfaiate	2	Marinheiro	1
Barbeiro	2	Picheleiro	1
Escrivão	2	Piliteiro	1
Tabelião	2	Porteiro	1
Piloto	2	Serralheiro	1
Ataqueiro	1	-	-

Fonte: AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*.

Um estatuto pode não ser mutualmente exclusivo em relação ao ofício. Ou seja, um mercador pode ser cidadão, ou um escudeiro também tabelião. Olhando para o estatuto das testemunhas vemos que João Martins Ferreira tinha vários conhecidos nos níveis superiores da pirâmide social portuense. Partindo do pressuposto de que estas pessoas não foram pagas para testemunhar, por ser uma despesa desnecessária, então devemos concluir que teriam uma qualquer relação com o mercador portuense. E isto demonstra uma teia influente de conhecimentos. De referir que um dos cavaleiros presente como testemunha é o seu filho primogénito, Pantaleão Ferreira.²²³

Em relação aos ofícios das testemunhas vemos que são os criados e mercadores que claramente se destacam. Relativamente aos criados não podemos avançar grandes

²²² De referir que existe a possibilidade de criado ser um estatuto. Pela ambiguidade do termo, foi nossa opção englobar todas as referências nesta categoria de ofício.

²²³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-801(C330).

conclusões. Normalmente são criados de João Martins Ferreira, da outra parte interessada no negócio, do tabelião ou de uma outra testemunha, estando presentes por obrigação. Claro que os criados do mercador portuense certamente teriam uma ligação muito forte com ele: estão nesta situação Álvaro Fernandes, Pedro Ferreira (talvez familiar?), Gonçalo Martins, Pedro Soares, Gaspar Fernandes e João Vaz.²²⁴ Relativamente à prevalência dos mercadores, achamos normal que o biografado tenha mais relações com quem partilha os mesmos horizontes profissionais. Estes factos acabam também por validar, de certa maneira, a nossa abordagem para tentar reconstruir a teia de relações de João Martins Ferreira. Continuando a análise, podemos ver uma heterogeneidade de ofícios, representativos dos principais mestres portuenses, entre os quais se destacam os tanoeiros e ourives. Se o mercador portuense comerciava ferro esta ligação aos tanoeiros torna-se compreensível. Relativamente aos ourives, já vimos também o uso de várias peças em prata como forma de pagamento de alguns negócios imobiliários. Será isto um reflexo das suas amizades ou parcerias de negócio? João Martins Ferreira aparenta ter tido relações com todas as camadas profissionais da cidade.

2.5. A morte como um projeto de vida. O morgadio e a capela de Jerusalém.

Tentámos até agora cobrir todas as facetas da vida profissional e familiar de João Martins Ferreira. Vejamos como o mercador portuense projetou a sua existência para além da sua morte. Sempre existiu essa pulsão para a imortalidade nas sociedades humanas pela nossa própria mortalidade. O sentido da vida está intimamente ligado ao sentido da morte. E este mercador não é exceção, tendo usado os instrumentos ao seu dispor à época: o morgadio e a capela fúnebre.

Com base numa visão dual da nossa existência, o morgadio resolvia questões temporais e a capela fúnebre acautelava preocupações espirituais que se projetavam para além da existência física do instituidor. Era a celebração da linha familiar, o passado recordado através dessa obra para a posteridade.²²⁵ Mas é na vida presente que este

²²⁴ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-757(C302). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-779(B237). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-796(C327). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-797(D73). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-791(C322). AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-781(B239).

²²⁵ Samuel K. Cohn Jr., "The Place of the Dead in Flanders and Tuscany", Bruce Gordon e Peter Marshall (eds.), *The Place of the Dead: Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 35.

projeto de futuro (a morte é o destino inevitável de todos nós) se ancora, toma forma e se afirma. Os morgadios estão intimamente ligados com a formação de capelas, já que estas também vinculavam perpetuamente um conjunto de bens de forma a extrair um determinado rendimento. No caso das capelas esse rendimento era utilizado para sufrágios em benefício da alma do instituidor. Tanto os morgadios como as capelas tinham legislação própria, o que permitiu a sua estabilidade ao longo dos séculos. São ambos instrumentos de poder social e por isso de uso corrente pelos grupos da sociedade com mais recursos em Portugal.

Tanto o morgadio como a capela fúnebre tinham de ser definidos em vida e, como tudo o que se faz em vida, os condicionantes e objetivos do instituidor no momento da instituição têm também de ser levados em consideração na sua análise. Como tal, vamos agora estudar o morgadio e capela fúnebre de João Martins Ferreira autonomamente, sem nunca esquecer a sua íntima relação com as demais dimensões da sua vida e qual a projeção futura pretendida pelo mercador portuense.

Morgadio

Já antes estudamos a importância patrimonial do morgadio instituído por João Martins Ferreira.²²⁶ Vamos antes centrar-nos na dimensão simbólica e social deste passo tão importante na vida de qualquer um nos finais da Idade Média: a decisão sobre o usufruto futuro da riqueza acumulada e de que forma seria feita a transmissão destes bens e propriedades após a morte.

Sabemos que a instituição *morgadio*²²⁷ teve o seu maior desenvolvimento, em Portugal, a partir do século XIII. O seu objetivo primordial foi a defesa da base económica da aristocracia, perpetuando o poderio económico da família e evitando a desagregação do património. Como tal, após a constituição de um morgadio, os domínios senhoriais tornavam-se indivisíveis e inalienáveis não podendo ser dispersos por vários herdeiros ou doados à Igreja. O filho primogénito masculino da linhagem recebia sempre o morgadio na mesma condição dos morgados anteriores (ou em melhores condições se tivesse sido aumentado com mais incorporações), podendo esta transmissão ser feita para uma filha, caso não existisse um varão, ou até esse filho atingir os 18 anos. Nos finais do século XIV

²²⁶ Ver páginas 43-48.

²²⁷ Nesta breve explicação sobre o morgadio, seguimos: Armando de Castro, “Morgado”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. IV, 345-349.

os morgadios já estavam difundidos por grupos não pertencentes à aristocracia. A constituição de um morgadio era considerada um passo essencial para quem aspirava ver confirmada a sua fidalguia e perpetuar a sua memória.²²⁸ Os momentos legislativos mais relevantes para a existência regulamentada dos morgadios em Portugal até ao período quer nos interessa foram vividos no reinado de D. Afonso V, sendo ele que autoriza o empraçamento das propriedades pertencentes aos morgadios (o que permite aos morgados não explorarem diretamente a terra, abrindo esta instituição jurídica a um grupo novo de detentores) e com as Ordenações Manuelinas, que sistematizam uma série de disposições anteriormente de cariz consuetudinário.

O processo de instituição de um morgadio no tempo de João Martins Ferreira era relativamente simples, mas mostra já a absoluta prevalência da palavra escrita nesta sociedade tardo-medieval e a plena afirmação da administração central na esfera jurídica em qualquer parte do reino. O criador, e primeiro morgado, dirigia-se a um tabelião público e, na presença de testemunhas, arrolava uma série de propriedades e bens *ad eternum* ao morgadio. Também definia todos os critérios para a sucessão do morgado, caso a morte o titular do momento sem ter feito a passagem de testemunho em vida. Se quisesse instituir uma capela fúnebre para salvação da sua alma era também neste documento que estipulava em que instituição religiosa se iria localizar, quais os sufrágios acordados com esta instituição e os rendimentos que para isso atribuía. Este acordo tinha de ficar guardado nos arquivos da instituição, normalmente no Livro das Capelas. A instituição do morgadio, depois de selada e validada pelo tabelião público, tinha de ser confirmada pelo soberano. O documento era levado ao paço real onde, depois do respetivo pagamento, recebia carta de confirmação e entrava em plena validade perante todos.

No caso de João Martins Ferreira o processo foi em tudo semelhante. O seu morgadio é instituído no dia 27 de outubro de 1491, quando toma logo posse como morgado. Não temos conhecimento do tombo de propriedades apresentado nesta altura, mas sabemos quais as condições de sucessão e administração do morgadio. O seu primeiro filho legítimo será o sucessor; não havendo filho varão mas sim filha, é ela que assume o morgadio até ter um filho com 18 anos, altura em que passará a ser ele o

²²⁸ “Outros fizeram ajuntamento de seus bens auemdo autoridade dellrey, per que o fizessem moorgado pera ficar ao filho mayor, de guisa que todollos daquela linhagem deçendessem, ouuessem rrezam de sse lembrarem sempre daquele que o primeiramente fezera” (Zurara citado por Coelho, *D. João I*, 242-243).

morgado. Em morte do morgado do momento sem que se cumpra nenhuma destas disposições, ficará como morgado o seu parente Baltazar Ferreira. Os seus descendentes lídimos continuam o morgadio com exceção dos clérigos e frades. Se Baltazar Ferreira não deixar descendência é Clara Ferreira, irmã deste, e sua descendência que ficam como morgados. Se nem esta deixar descendência então é outro seu parente, Gaspar Salvadores Ferreira, que assume o morgadio, seguindo-se a sua descendência. Caso esta linhagem se esgote, então é o seu tio, Fernão Lourenço, que toma as rédeas do morgadio continuando pelo seu filho primogénito. Em último caso é a sua irmã, Ana Martins Ferreira, e descendência que assumem o morgadio. Qualquer morgado é obrigado a assumir o nome Ferreira e a morar na cidade do Porto e, caso seja mulher, fica obrigada a casar na cidade até à idade de 25 anos.²²⁹

João Martins Ferreira estipula também qual a divisão dos rendimentos se o morgado não for maior de idade: um terço para o feitor e o resto para o menor até que atinja a idade de 18 anos. Caso o morgado seja acusado de algum crime perde a titularidade do morgadio no prazo máximo de uma hora após a acusação, para evitar que algum dos bens do morgadio seja confiscado. Se *a posteriori* for considerado inocente, regressa automaticamente à sua prévia condição de administrador do morgadio. O mercador proíbe também que os seus sucessores casem com membros da família do ramo vindo de Casal de Cavaleiros por problemas graves ocorridos com seu pai.²³⁰

João Martins Ferreira também define o que o morgado tem de fazer, caso alguma casa pertencente ao morgadio seja danificada por fogo ou ruína: o administrador do morgadio terá de a reparar no prazo de dois anos. Se durante este período os rendimentos do morgadio não forem suficientes para pagar esta reparação então o morgado pode suspender a sagração de missas e respetivo pagamento para ajudar nas despesas. Consciente de que isto podia originar abusos, permite que os clérigos possam recorrer à justiça e qual a sua compensação se este abuso for comprovado. Se algum herdeiro de João Martins Ferreira for contra a instituição deste morgadio, ele deixa bem claro que tem declarações sobre os bens nele incorporados e que são pertencentes às almas de sua mulher, Inês de Azevedo (a terça parte da sua herança), do seu pai, Martim Lourenço (também a terça parte da sua herança e que administra em conjunto com sua irmã) e da

²²⁹ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35-36v.

²³⁰ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 36v-37.

sua tia, Catarina Vaz (ou Vasques). Finalmente, determina que sejam feitas duas cópias do documento: uma para ficar em posse do morgado e outra para que seja entregue aos frades do Convento de S. Domingos. Vê-o confirmado por carta régia datada de 10 de setembro de 1492.²³¹

Por nascimento do seu filho primogénito, Pantaleão Ferreira, o mercador portuense apresenta uma atualização à instituição do seu morgadio. Primeiro, abdica da titularidade do mesmo e passa-a para o seu filho. Reafirma a indivisibilidade do morgadio para todas as gerações posteriores e apresenta um tombo de propriedades. O rei D. Manuel I confirma estas vontades em documento datado de 26 de abril de 1511. Estamos perante um impressionante total de 73 propriedades: 30 urbanas e 43 rurais.²³² A sua distribuição e rendimentos podem ser aferidos nas Tabelas 1 e 2.²³³ O investimento em propriedades era considerado um investimento muito seguro e socialmente prestigiante, apesar do baixo retorno em comparação com os bons negócios comerciais. Também não devemos esquecer que a posse de terra tinha uma dimensão social, sendo um critério essencial a quem tinha aspirações a pertencer à aristocracia, como é o caso presente.²³⁴

Segundo Pedro de Brito, o morgadio de João Martins Ferreira é um dos mais antigos da cidade do Porto.²³⁵ Depois de Pantaleão Ferreira, sucede-lhe como morgado o seu filho João Martins Ferreira e, depois deste, o seu filho Álvaro Ferreira Pereira. Pela morte deste bisneto do mercador portuense sucede-lhe a filha, D. Mariana Coutinho, a primeira mulher a ser morgada, mulher do senhor da Trofa, Diogo Gomes de Lemos. Como não deixou descendência, o morgadio passou após disputa para Manuel Ferreira Pereira, “o Galego”, vereador e Guarda-mor de Saúde no Porto, descendente de Inês Correia, uma das filhas de João Martins Ferreira.²³⁶ Em algum momento, que desconhecemos com precisão, os titulares do morgadio Ferreira passaram a ser conhecidos como os morgados das Taipas, pelo local da sua residência.²³⁷ Nos finais do século XVIII, sabemos já que o morgado era António Ferreira Carneiro de Vasconcellos,

²³¹ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 36-37v.

²³² AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 37v-47v.

²³³ Ver página 43.

²³⁴ Spufford, *Power*, 58.

²³⁵ Brito, “João”, 14.

²³⁶ Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, “As Capelas de S. Domingos do Porto”, *Notícias do Velho Porto* (Porto: Campo das Letras, 2006), 40. Estudo originalmente publicado como separata do volume II do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, em 1939.

²³⁷ Real, “Introdução”, 10.

casado com D. Maria Aurélia Ferreira Girão, irmã do 1º visconde de Vilarinho de S. Romão, António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão. Foi deputado por Vila Real às Cortes Constituintes de 1820, tendo partido para o exílio com o golpe miguelista. A partir de 1834 destacou-se como político e inovador agricultor e vitivinicultor na região duriense, com obra publicada. Faleceu sem filhos e deixou toda a sua herança a Álvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcellos Girão, filho de António Ferreira Carneiro de Vasconcellos. Ao morgadio Ferreira juntam-se, desta maneira, muitas propriedades no Alto Douro situadas na zona de Sabrosa, com particular destaque para a Quinta de Vilarinho de S. Romão. Nesta altura já Álvaro Ferreira Teixeira Carneiro de Vasconcellos Girão era conhecido como o morgado do Carregal, em virtude de residir na Casa do Carregal, um palacete situado na Quinta do Carregal, zona bastante conhecida na cidade do Porto.²³⁸

Capela de Jerusalém

Na mesma altura em que institui o seu morgadio, João Martins Ferreira estipula uma série de missas a serem ditas na sua Capela de Jerusalém situada no convento de S. Domingos.²³⁹ Na época tardo-medieval as capelas fúnebres são uma expressão da religiosidade e mentalidade da sociedade. São uma espécie de “casa da alma”, local onde os corpos repousam enquanto aguardam o Julgamento Final e onde os vivos podem melhor interceder, através dos sufrágios, pela salvação da alma do(s) defunto(s) que se encontra no Purgatório.²⁴⁰ São também uma afirmação de um determinado estatuto social, pois só estão ao alcance dos mais importantes e/ou de maiores posses, que procuravam afirmar essa proeminência através dos locais onde fundavam as suas capelas e pela grandiosidade das mesmas. Vamos então tentar perceber o que terá levado o mercador portuense a fundar a sua Capela de Jerusalém.

Philippe Ariès, nos seus estudos clássicos sobre a morte, afirma que o homem medieval se caracterizava por uma familiaridade com a morte que já não existe hoje em

²³⁸ Brito, “João”, 18-19. Durante muitos anos a Casa do Carregal foi o Conservatório de Música do Porto e Teatro Universitário. De 1979 a 2015 foi um colégio feminino: o Colégio Horizonte (“História”, acedido em outubro 2016, <http://www.colegiohorizonte.pt/#/colegio/historia>). Em 2016 abre como edifício de alojamento temporário, com o nome de “bnapartments Carregal”. Facto curioso: a capela da Quinta do Carregal foi transformada em *wine bar* em 2016, sob o nome “Capela Incomum”.

²³⁹ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fls. 33, 35-36, 37v.

²⁴⁰ Jacques Le Goff, *O Nascimento do Purgatório* (Lisboa: Editorial Estampa, 1995), 2ª Ed.

dia. Propõe duas categorias de morte coexistentes na sociedade tardo-medieval: a morte domesticada, vivida com normalidade e em comunhão com a família e amigos; e a morte do indivíduo, em que o momento da morte é de julgamento das ações em vida que se vão refletir na existência da alma no Além.²⁴¹ Sendo um momento que define toda a eternidade, ele adquire uma importância fundamental para todos os vivos. Complementada com o medo da decomposição do corpo, alimentado pelas Ordens Mendicantes como instrumento de conversão, a morte torna-se um fim e já não uma passagem para outra existência. A morte física adquire uma importância que nunca tinha tido, mas em reação vai também aumentar o valor da vida. Como ligação entre estas duas realidades, o local de inumação ganha uma cada vez maior importância, pois torna-se um espaço essencial de salvação, bem mais que um mero local de repouso da alma.²⁴² Allan Kellehear, por outro lado, foca-se no processo de morrer. Para este autor, na mentalidade da sociedade medieval estamos perante uma “boa morte” quando o futuro defunto se preocupa em cumprir o papel social esperado com a sua morte (ao fazer um testamento, por exemplo) e contribuir para o bom funcionamento da sociedade. E esta torna-se uma “morte gerida” quando é deixada a cargo de profissionais (neste caso, os padres) não sendo unicamente vivida na esfera pessoal da família e amigos.²⁴³ No caso de João Martins Ferreira tudo isto se torna óbvio pela instituição do seu morgadio e capela.

A ligação de um fundador à capela começava normalmente ainda em vida. Tanto os testamentos como a documentação relativa à instituição da capela dão-nos variados elementos sobre o seu projeto de vida (que se prolonga na sua morte), a sua relação com a instituição religiosa, a sua relação com a família e a sua projeção social. A capela tinha um lugar especial no conjunto de posses do fundador, como se fosse uma confirmação da relevância e sentido da sua vida terrena. Ao contribuir para os rendimentos da instituição religiosa abrangida acabava também por fortalecer os laços com o bem-estar da sua

²⁴¹ Philippe Ariès, *The Hour of Our Death* (Nova Iorque: Vintage Books, 2008), 5-293. Philippe Ariès, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média* (Lisboa: Editorial Teorema, 2010), 4ª Ed., 19-46.

²⁴² António de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010), 6ª Ed., 249-259.

²⁴³ Allan Kellehear, *A Social History of Dying* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), 87-187.

comunidade, partindo-se do pressuposto que esta instituição tudo faria para melhorar a vida espiritual dos devotos e a vida material dos mais desfavorecidos.²⁴⁴

Como todas as relações medievais baseadas em bens patrimoniais, as capelas fúnebres rapidamente desenvolvem uma legislação própria baseada nas disposições testamentárias ou nas doações em vida que as constituem. Convém aqui distinguir dois conceitos: 1) a capela espiritual, local onde se realizam os sufrágios pela alma do fundador, mas onde o corpo não estava sepultado; 2) e a capela funerária, constituída pelo local dentro da igreja onde o corpo seria inumado e onde os sufrágios pela alma seriam realizados. Com este fim podia ser construída uma capela de raiz ou aproveitar um espaço já existente no edifício religioso. Assim, nesta espécie de contrato entre o indivíduo e a Ordem que tinha a responsabilidade de executar a sua vontade *post mortem*, tornam-se relevantes os bens que garantiam o cumprimento dessa vontade e o administrador que garantia este cumprimento (normalmente um leigo familiar do fundador da capela). O modelo sucessório seguido para a fundação das capelas na sociedade portuguesa do final da Idade Média era o morgadio, sendo que as capelas mais ricas eram inclusivamente anexadas ao morgadio familiar, tornando-se o morgado no administrador da capela. Desta forma assegurava-se que a vinculação da propriedade e a sucessão por primogenitura davam todas as garantias para a continuação perpétua dos sufrágios. Caso não existisse família natural, a administração da capela ficava a cargo da confraria a que o defunto tinha pertencido em vida.²⁴⁵

É desta forma que se institucionaliza em Portugal a “vida” depois da morte. A capela familiar “prolonga as dimensões religiosas da família e funciona como elemento de prestígio social da mesma”. A propriedade adstrita a estas capelas tinha um estatuto jurídico especial, já que se destinava a propiciar a salvação das almas. A própria Coroa constitui-se como garante do cumprimento das cláusulas pias, assegurando a perpetuidade do objetivo inicial dos bens que ficavam removidos do mercado normal. Esta proteção jurídica dos bens legados às cláusulas pias tem a sua génese no Baixo-império, tornando-se mais concreta no Decreto de Graciano e legislação anexa. Para mais, as penas espirituais para quem não cumprisse o desejo acordado entre o defunto e a instituição

²⁴⁴ Maria de Lurdes Pereira Rosa, “*As almas herdeiras*”. *Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*, [Tese de Doutoramento], (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005), 269-270.

²⁴⁵ Rosa, *As Almas*, 13-16.

escolhida eram sobejamente conhecidas, podendo ser descritas ao pormenor na redação do testamento ou constituição do morgadio. Assim, os bens materiais acabam por contribuir decisivamente para a salvação espiritual, dando à Igreja um papel privilegiado nesta espécie de transação entre o mundo material e o Além. É esta a base dos legisladores medievais e que se vai corporizar: na equiparação entre as causas pias e os legados por alma; na personificação jurídica das capelas; no respeito pela vontade dos defuntos; e na validade das leis canónicas sobre causas pias na legislação civil.²⁴⁶ Os bens consagrados na constituição da capela não passavam para a posse da instituição religiosa, mas somente lhe davam o direito de exigir ao administrador as rendas anuais acordadas aquando da instituição da mesma.²⁴⁷

Em termos concretos, era durante o primeiro ano após a morte do fundador da capela que se realizava a grande maioria das cerimónias. Normalmente celebravam-se missas: no próprio dia da morte; uma semana depois; passado um mês; 3 meses depois; e no primeiro aniversário. É a partir desta data que se considera que a alma do defunto tinha definitivamente entrado no Além. Em princípio, a sagração da missa pela alma do fundador (e sua família) realizava-se para todo o sempre no aniversário da sua morte²⁴⁸ e acontecia no altar escolhido pelo fundador da capela. Para além da celebração de missas é também possível encontrar estipulada a realização de doações aos pobres e saimentos. Todas estas disposições ficavam fixadas no testamento, nos obituários e nas listas de aniversários das instituições religiosas, sendo depois controladas pelo administrador da capela.²⁴⁹ É ainda normal encontrar disposições sobre: a decoração da capela e seu mobiliário; o uso de alfaías religiosas; e até mesmo sobre determinadas vestimentas. Em termos arquitetónicos, as capelas deviam ser abobadas e revestidas por materiais nobres

²⁴⁶ Rosa, *As Almas*, 17-66.

²⁴⁷ Albertina Barbosa, *Capelas e Aniversários no Mosteiro de São Domingos*, [Dissertação de Mestrado], (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995), 56.

²⁴⁸ Nos aniversários fazia-se a reencenação da liturgia funerária, normalmente com exéquias na véspera e uma missa de defuntos no dia, finalizada com o tocar dos sinos e distribuição de esmolas pelos pobres. No interior da igreja, tinha papel central um ataúde tapado com uma mortalha, como se o corpo do defunto estivesse presente mais uma vez (Clive Burgess, “Longing to be prayed for”: Death and Commemoration in an English Parish in the Latter Middle Ages”, Bruce Gordon e Peter Marshall (eds.), *The Place of the Dead: Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 58).

²⁴⁹ Hermínia Vasconcelos Vilar, “Rituais da Morte em Testamento dos Séculos XIV-XV (Coimbra e Santarém)”, José Mattoso (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Lisboa: Edições Sá da Costa, 1996), 165-176.

com paredes pintadas ou cobertas de azulejos. Compunham-se de três zonas: o altar, o local das sepulturas e um espaço de arrumação das alaias religiosas (um armário ou arca). No altar situava-se o retábulo com a figura do santo da devoção do fundador da capela, adornado como melhor tivesse sido previsto por ele.²⁵⁰

João Martins Ferreira escolheu fundar a sua capela no Convento de S. Domingos, situado entre os atuais Largo de S. Domingos e a Rua Mouzinho da Silveira. Vejamos um pouco da sua história para perceber a sua relevância no Porto medieval e para o mercador portuense. Em 1237, dois frades Dominicanos, Fr. Gualter e Fr. Domingos Galego, instalam-se entre a Rua das Congostas e a Rua das Ferrarias de Baixo, numa igreja doada pelo bispo, D. Pedro Salvadores, por entre a aclamação popular. A construção do novo convento começa de seguida; mas o grande apoio da população traduzido em doações, faz com que o bispo mude de ideias, receoso de alguma concorrência, e confisque os bens previamente doados proibindo-os de pregar, confessar e celebrar missa. A situação só será resolvida pela ação do arcebispo de Braga, D. Silvestre, que consegue que Gregório IX, através da bula *Olim venerabili*, termine com o embargo de D. Pedro Salvadores. É o próprio rei, D. Sancho II, que se vai declarar autor, fundador e padroeiro do Convento de S. Domingos em 1239, que foi terminado em 1245.²⁵¹

A localização cada vez mais central do convento, fruto do crescimento da cidade, vai aumentar exponencialmente a sua importância. Em 1320, constrói-se o alpendre sob a égide do Prior D. Fr. Pedro Esteves, servindo para inserir o convento, definitivamente, na vida portuense. Sendo um espaço associado ao sagrado e por proteger os frequentadores das inclemências do clima, torna-se rapidamente um local de reunião dos mercadores e homens da governação da urbe, sobretudo nas reuniões com maior número de presenças, convertendo-se num importante polo social e económico. José Ferrão Afonso afirma mesmo que houve uma aliança entre os dominicanos e os homens-bons do Concelho, numa espécie de luta comum contra o poder episcopal e que é corporizada nestas reuniões. Este grande alpendre, suportado por arcos góticos, ocupava parte do Largo de S. Domingos e formava um L “que alcançava a frontaria da igreja conventual, voltada a poente”. A norte da igreja, ainda na zona do alpendre, encontrava-se uma figura de Cristo Crucificado sob um arco, onde será instituída em 1556 a confraria dos

²⁵⁰ Rosa, *As Almas*, 455-459, 494-495, 499.

²⁵¹ Barbosa, *Capelas*, 32-38.

Mercadores na Capela de Nossa Senhora das Neves.²⁵² Em reforço da importância desta zona para a urbe portuense transferiu-se a feira franca da Rua Nova, atual Rua do Infante D. Henrique, para o largo junto ao convento em 1451. O convento torna-se também um espaço privilegiado de salvação, fruto da ação da Ordem nas questões da morte e pela escolha de algumas famílias poderosas do burgo como local de inumação e de confirmação de estatuto social.²⁵³ Serão estas preferências dos mais endinheirados que vão prolongar os conflitos entre o convento e a Sé, originando mesmo sentenças de excomunhão para quem ajudasse a construir o alpendre ou nas obras para as sepulturas do adro.²⁵⁴

Compreendemos agora melhor a forte ligação entre o Convento de S. Domingos e a elite comercial e autárquica do Porto. João Martins Ferreira é um dos expoentes dessa elite quando institui a sua capela. No entanto, parece-nos plausível referir outros elementos que, na nossa opinião, reforçam esta ligação. Já vimos a forte probabilidade de João Martins Ferreira ter feito comércio na cidade de Bruges, nomeadamente através da exportação de açúcar da Madeira.²⁵⁵ Ora, desde 26 de março de 1410 que os mercadores portugueses nesta cidade encontravam santuário e repouso eterno na Capela dominicana da Santa Cruz, parte do seu Convento.²⁵⁶ Era aí, e na casa de João Vasques, um rico mercador açucareiro e mordomo de Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha e filha de D. João I, que os mercadores portugueses se costumavam reunir.²⁵⁷ Torna-se óbvia a relação entre dominicanos e a comunidade mercantil portuguesa em Bruges, assim como é óbvia a sua ligação à comunidade mercantil portuense. Na nossa opinião, João Martins Ferreira fazia parte de ambas.

²⁵² José Ferrão Afonso, “O Convento de S. Domingos e o Plano Urbano do Porto entre os Séculos XIII e XVI”, Catarina Almeida Marado (ed.), *Monastic Architecture and the City*, Cescontexto, nº 6 (junho 2014): 39, 43 (nota 23). Freitas, “As Capelas”, 31.

²⁵³ Capela-mor cedida a Manuel Cirne, senhor de Agrela e feitor na Flandres; Capela da Santíssima Trindade de Fernando Álvares Baldaia, mercador; Capela de Santa Catarina Mártir de Aires Pinto, fidalgo da Casa do duque de Bragança; Capela de St. André de Gonçalo Gonçalves, administrada por Álvaro Dias, mercador; Capela de Nossa Senhora a Flamengo de Gomes Anes Aranha, bacharel e juiz ordinário no Porto; Capela de S. Sebastião de Gonçalo Anes da Mota, mercador; Capela de S. Fr. Gil de Diogo Gomes, mercador (Freitas, “As Capelas”, 11, 15, 24, 30, 33, 35).

²⁵⁴ Barbosa, *Capelas*, 38-46.

²⁵⁵ Ver páginas 37-39.

²⁵⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010), 6ª Ed., 200. Miranda, *Portugal*, 120.

²⁵⁷ Miranda, *Portugal*, 187.

Centremo-nos agora no que sabemos sobre a Capela de Jerusalém de João Martins Ferreira. Com base na instituição do morgadio e capela, o mercador portuense deixa estipulado que os frades dominicanos têm de celebrar por honra da sua alma duas missas semanais, à sexta-feira e ao sábado, e quatro missas anuais: Natal, Páscoa, Espírito Santo e Santa Maria de agosto.²⁵⁸ Por estas datas fica evidente o foco em Jesus da sua devoção.²⁵⁹ Estas missas deviam ser cantadas e acompanhadas por órgãos com todas as candeias e louças “que para as ditas missas pertencem e fizer mester”. Ficou também acordado que a celebração das missas será para todo o sempre e dentro da sua Capela de Jerusalém. Como pagamento estipula o valor de um marco de prata de lei de onze dinheiros em cada ano.²⁶⁰ Sabemos que em 1571 João Martins Ferreira, neto, começou por pagar 2.400 reais por esse marco de prata, passando depois para 2.600 reais. O seu filho Álvaro Ferreira Pereira teve de pagar o marco de prata a 4.800 reais por demanda dos responsáveis do Convento.²⁶¹

Numa descrição do Convento de S. Domingos datada dos anos 30 do século XVIII, guardada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, encontramos uma descrição da Capela de Jerusalém da Família Ferreira:

«Segue-se à referida nave do meio a sua nave da parte direita, a qual se achava na forma seguinte em algum tempo

Junto ao arco do cruzeiro pegava outro arco de volta de ponto agudo que dava entrada a hua capela de [...] palmos de largo [...] palmos de comprido e [...] de alto de abobeda de estuque a qual tinha na entrada suas grades de castanho torneadas com suas portas que fechavão a dita capela cujo corpo occupava o adro de fora que abraça a escada que sobe para a capela de N. Sr^a das Neves. Vinha a dita capela seo retabulo antiguo lizo dourado no meio hum nicho em que se achava a imagem de S. Margarida e no alto hum painel em que se achava a pintura do Senhor morto, e hua sepultura raza ante o seu altar. Tinha esta capela a invocação de Jeruzalem que representava o dito painel a imagem de S. Margarida se tinha

²⁵⁸ “Prestavam culto à Senhora de Agosto os officios de sirgueiro, bordador e tecelão, assim como os luveiros, calceteiros, torcedores de seda, vestimenteiros, mercadores de loja aberta e tosadores” (Xavier Coutinho, “Escultura Românica e Gótica”, António Cruz e Damião Peres (dirs.), *História da Cidade do Porto* (Porto: Portucalense Editora, 1962-1965), Volume I, 573).

²⁵⁹ Burgess, “Longing”, 45.

²⁶⁰ AHMP, *Registo dos Foros de Fidalgos (1789 – 1822)*, fl. 35v.

²⁶¹ Freitas, “As Capelas”, 40.

transferido para o dito lugar do primeiro pilar da porta principal da parte direita como atraz fica escrito a fl. [...] sem haver noticia do anno em que se transferio, nem a razão porque foy a tal mudança. A ditta capela he jazigo dos Ferreyras desta cidade, como no livro da fazenda a fl. [...] se faz menção.»²⁶²

A proximidade da capela ao cruzeiro dá-nos indicação que João Martins Ferreira tinha estatuto social relevante, assim como dinheiro, para ter o seu lugar de enterramento muito próximo de um dos locais com mais destaque da igreja.²⁶³ Infelizmente a igreja do Convento de S. Domingos já não existe, vítima de sucessivos incêndios, e só podemos perceber esta descrição através das narrativas e desenhos que nos ficaram. Começamos pelo espaço principal. A igreja era em estilo gótico primário, tinha três naves e media, excetuando o cruzeiro, 124 palmos de comprimento por 75 palmos de largura. Na nave central, em cada uma das colunas que sustentavam os arcos laterais, haviam oito altares, todos com frente para a porta principal.²⁶⁴ Sobre as grades que separavam o Coro antigo do corpo da igreja via-se uma imagem e Cristo Crucificado, de vulto, com quatro palmos de altura, colocada em varões de ferro. O cruzeiro da igreja era orientado no sentido norte-sul e tinha como medidas: 112 palmos de comprimento; 25 palmos de largo; 78 palmos de alto na parte central; e 69 palmos de alto nos braços laterais.²⁶⁵ Nas suas lajes encontravam-se diversas campas e estava separado das naves por gradeamento de pau-preto. Encostados às colunas que suportavam o arco da antiga capela-mor, havia dois altares: do lado do Evangelho, o altar de Santa Catarina de Sena; do lado da Epístola, o altar de Santo André.²⁶⁶

²⁶² TT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, Livro 1, fl. 27.

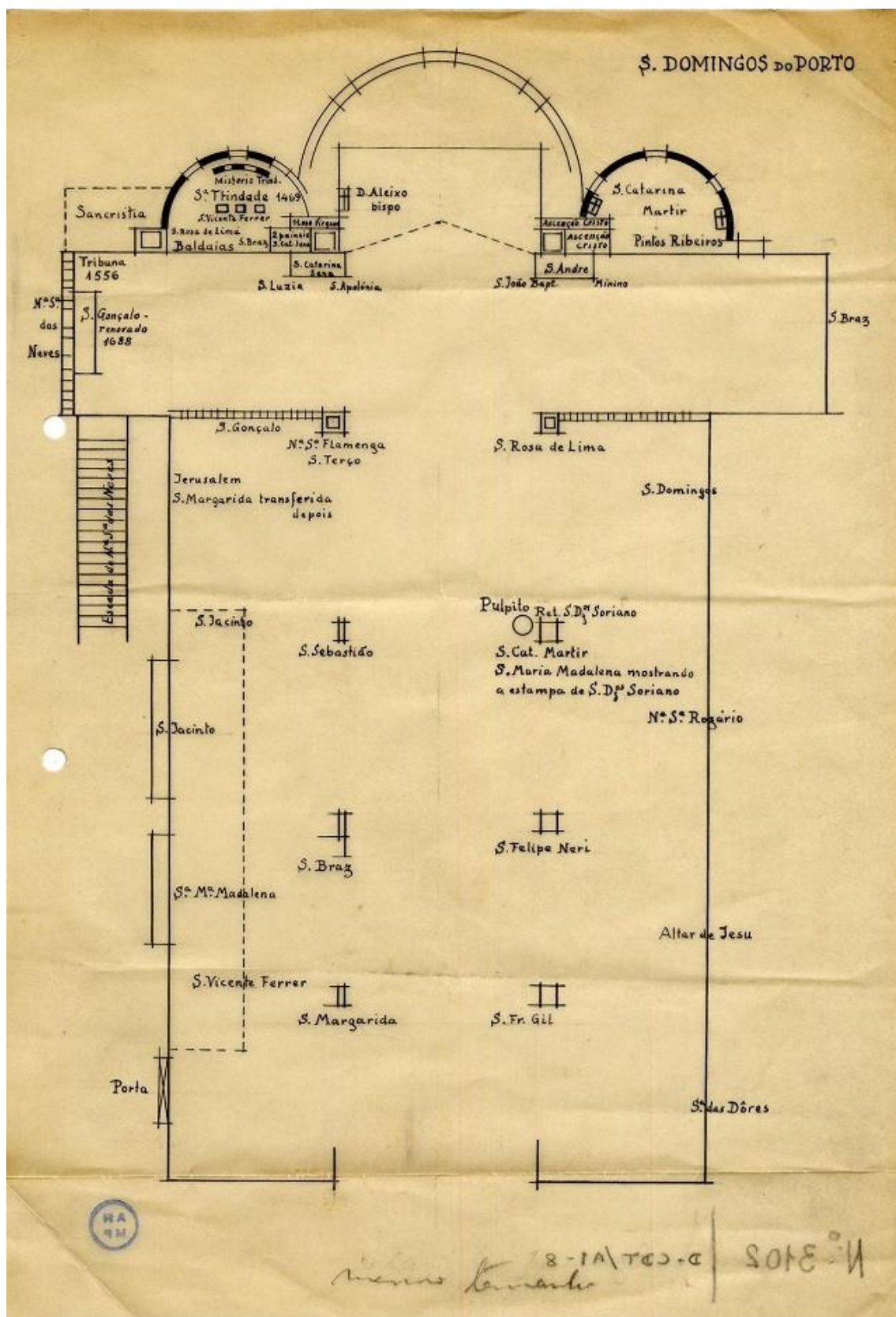
²⁶³ Penny Roberts, “Burial Disputes in Sixteenth-century France”, Bruce Gordon e Peter Marshall (eds.), *The Place of the Dead: Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000), 139.

²⁶⁴ Lado do Evangelho: Nossa Senhora a Flamenga; S. Sebastião; S. Brás; Santa Margarida (imagem mais tarde colocada na Capela de Jerusalém). Lado da Epístola: Santa Rosa de Lima; S. Domingos (perto do púlpito); S. Filipe de Néri; S. Frei Gil.

²⁶⁵ O que, convertido em centímetros (1 palmo = 22 cm), nos dá respetivamente: 24,64 metros de comprimento; 5,5 metros de largo; 17,16 metros de alto na parte central; e 15,18 metros de alto nos braços laterais (Mário Jorge Barroca, “Medidas-padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 9 (1992): 54).

²⁶⁶ Freitas, “As Capelas”, 9, 29-31, 33-37.

Figura 9 – Planta da Igreja de S. Domingos



Planta da Igreja de S. Domingos com a localização da Capela de Jerusalém.
Fonte: *[Planta da Igreja de] São Domingos do Porto*, AHMP, D-CDT/A1-8.

Em 1725, foi constituída a Confraria da Via Sacra que, após provisão régia, obteve autorização para construir o seu altar diante do arco da entrada da capela de Jerusalém, tapando-a. O morgado à altura, António Ferreira Carneiro, tentou embargar a obra sem sucesso. Fez-se o retábulo, deixando-se duas portas de acesso à capela encimadas com as armas dos Ferreiras.²⁶⁷ Relativamente à pintura do Senhor morto, confirma a invocação (pois foi naquela cidade que Jesus foi crucificado) e é possível e bastante plausível que ela tenha sido feita na Flandres e trazida por João Martins Ferreira numa das suas viagens de negócios. Bruges era por esta altura um centro exportador de arte flamenga.²⁶⁸ História semelhante tem o tríptico da Capela do Espírito Santo na Igreja de S. Pedro de Miragaia, atribuído ao pintor flamengo van Orley. Este tríptico foi encomendado em 1515 e representa o Pentecostes, S. João Batista e João de Deus, o doador, e S. Paulo.²⁶⁹ Para reforçar esta hipótese convém relembrar que, à época, o Funchal estava a ser embelezado por inúmeras importações de obras de arte flamengas, expressão de uma afirmação social por parte dos seus habitantes abastados.²⁷⁰ É bem possível que o mercador portuense se tenha inspirado pelo que via aquando dos seus negócios na ilha atlântica. Embora a imagem de S. Margarida tivesse sido posta no altar em tempos posteriores, julgamos interessante deixar alguns apontamentos sobre a sua devoção. A virgem mártir de Antioquia é a santa padroeira dos nascimentos. A sua imagem estava, seguramente, representada com os seus atributos: o dragão e a cruz. O dragão (analogia do mal) tenta devorá-la em ambas as versões da sua lenda, e a cruz é o sinal que a salva desse destino. Um facto curioso: no famoso quadro do pintor flamengo Jan van Eyck, *Os esponsais dos Arnolfini*, é S. Margarida que se encontra esculpida na armação da cama vista no fundo.²⁷¹

Para terminar, falta-nos tentar responder a uma questão: porquê uma capela de invocação a Jerusalém? Sem respostas concretas entra em ação o historiador. Esta não é uma devoção costumeira, nem se encontram exemplos nas obras mais representativas sobre esta temática, como são a *Legenda Áurea* de Jacopo de Varazze e os vários *Flos*

²⁶⁷ Freitas, “As Capelas”, 41.

²⁶⁸ Spufford, *Power*, 274-276.

²⁶⁹ Amélia Vieira de Oliveira e Maria Helena Gil Braga, “Principais imóveis de interesse patrimonial no Centro Histórico do Porto”, Rui Ramos Loza e Manuel Luís Real (coords.), *Porto a Património Mundial* (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993), 148.

²⁷⁰ Ver página 31.

²⁷¹ Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos* (Porto: Lello & Irmão Editores, 1990), 2ª Edição, 100. Juan Carmona Muela, *Iconografía de los Santos* (Madrid: Ediciones Akal, 2003), 303-305.

Sanctorum existentes à época.²⁷² Jerusalém é o palco central da vida e do sacrifício de Jesus. A sua importância para o culto de Cristo, em especial o dominicano, explica-se facilmente e explica também a existência de uma capela com esta invocação num seu convento. Durante a Idade Média, Jerusalém é o principal lugar terreno para a religiosidade católica. Mas não conhecemos em território português nenhuma outra capela com esta invocação, nem existem, que saibamos, muitos exemplos para o território europeu.²⁷³ Assim, esta escolha é, com grande probabilidade, muito pessoal e mais uma expressão da personagem histórica que foi João Martins Ferreira.

Sem respostas concretas, formulemos hipóteses. Outra possível resposta para esta devoção será a ligação da família da terceira mulher, Violante Correia, com a Ordem de S. João do Hospital ou Ordem dos Pobres Peregrinos de S. João. Relembremos que era filha bastarda de Frei Paio Correia de Lacerda, bailio de Leça, terra coutada da Ordem e local da sua casa capitular, o Mosteiro de Leça. Embora a primeira referência documental a Violante Correia seja de 1496 e a instituição da capela de 1491, é provável que já nessa altura o nosso biografado a conhecesse, ou a alguém da sua família, nomeadamente o seu pai. Inclusive, esta invocação da capela fúnebre pode até ter facilitado o casamento em data posterior. Os Hospitalários estão na sua fundação associados a um hospício do mosteiro beneditino da Santa Maria Latina, construído em Jerusalém por comerciantes de Amalfi com o objetivo primordial de acolher os peregrinos doentes que chegavam à cidade. Com a conquista desta cidade em 1099, dá-se um crescimento desse hospital e a consequente autonomização da Ordem. Em 1113 obtêm o reconhecimento papal e respetiva dependência. Somente em 1119, com o seu segundo mestre, Raimundo de Puy, é que os Hospitalários abandonam o carácter puramente assistencial primitivo e se tornam numa Ordem religioso-militar, assegurando a proteção e assistência aos peregrinos bem como a defesa das localidades cristãs da Terra Santa. A chegada dos Hospitalários a Portugal data dos anos 1126-1128, embora o primeiro documento inequívoco da sua presença seja do ano de 1232. A sua primeira atividade neste território pauta-se por objetivos assistenciais e só na década de 80 do séc. XII, com a conquista de Silves em

²⁷² Jacopo de Varazze, *Legenda Áurea: Vidas de Santos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). Alonso de Villegas, *Flos sanctorum...* (Lisboa: Simão Lopez, 1598). Pedro de Rivadeneyra, *Flos sanctorum...* (Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1674).

²⁷³ Geneviève Bresc-Bautier, “Les Imitations du Saint-Sépulcre de Jérusalem (IXe – XVe siècles), Archéologie d’une Dévotion”, *Revue d’Histoire de la Spiritualité*, nº 50 (1974): 319-342.

1189, é que há provas seguras da sua participação em empresas militares. Por este facto, as várias doações iniciais à ordem são de cariz assistencial, como é exemplo a carta de couto dada ao hospital de Leça em 1140 e ao hospital de Braga.²⁷⁴ Assim sendo, é evidente a importância de Jerusalém para os membros desta Ordem e, por inerência, aos seus familiares.

Existe outra possibilidade, que não é mutualmente exclusiva, e que pode até ser complementar à ligação conjugal com uma esposa tão próxima aos Hospitalários. Já vimos também no primeiro capítulo a forte probabilidade de João Martins Ferreira ter comerciado em Bruges.²⁷⁵ Pelo menos sabemos que tinha relações com mercadores portugueses que utilizavam esta cidade na Flandres como entreposto de negócios. Na pesquisa sobre a temática da invocação a Jerusalém deparámos com um exemplo famoso, pelo menos em termos monumentais, de uma invocação semelhante: a Capela de Jerusalém situada em Bruges. Sendo ainda hoje um dos monumentos emblemáticos desta cidade, mais o seria aquando da sua construção e tempo de vida deste mercador portuense. Para mais, os habitantes de Bruges eram especialmente devotos ao Sangue de Cristo e ao Seu sacrifício na Cruz.²⁷⁶ Assim, apresentamos outra hipótese de explicação para a sua escolha de invocação: será que o mercador conhecia ou, inclusive, visitou e frequentou esta capela? Terá ficado tão impressionado com ela que escolheu emulá-la na constituição da sua própria capela fúnebre no Convento de São Domingos no Porto?

Por esta possibilidade, justifica-se ficarmos a saber um pouco mais da sua história. Em 1428, Pedro II Adornes e Jacob Adornes iniciam a construção da Capela de Jerusalém (confirmada por bula papal de Martinho V, de 12 de maio de 1427) em Bruges para ser a igreja privada da família Adornes, uma família de mercadores com origens em Florença e que se mudou para Bruges na segunda metade do século XIII. Consagrada em 1435, foi somente terminada por Anselmo Adornes, filho de Pedro II, depois de 1470, ano da sua peregrinação à Terra Santa e Monte Sinai. Construída defronte à habitação familiar, também ela chamada *Maison de Jérusalem*, ergue-se sobre o local onde previamente

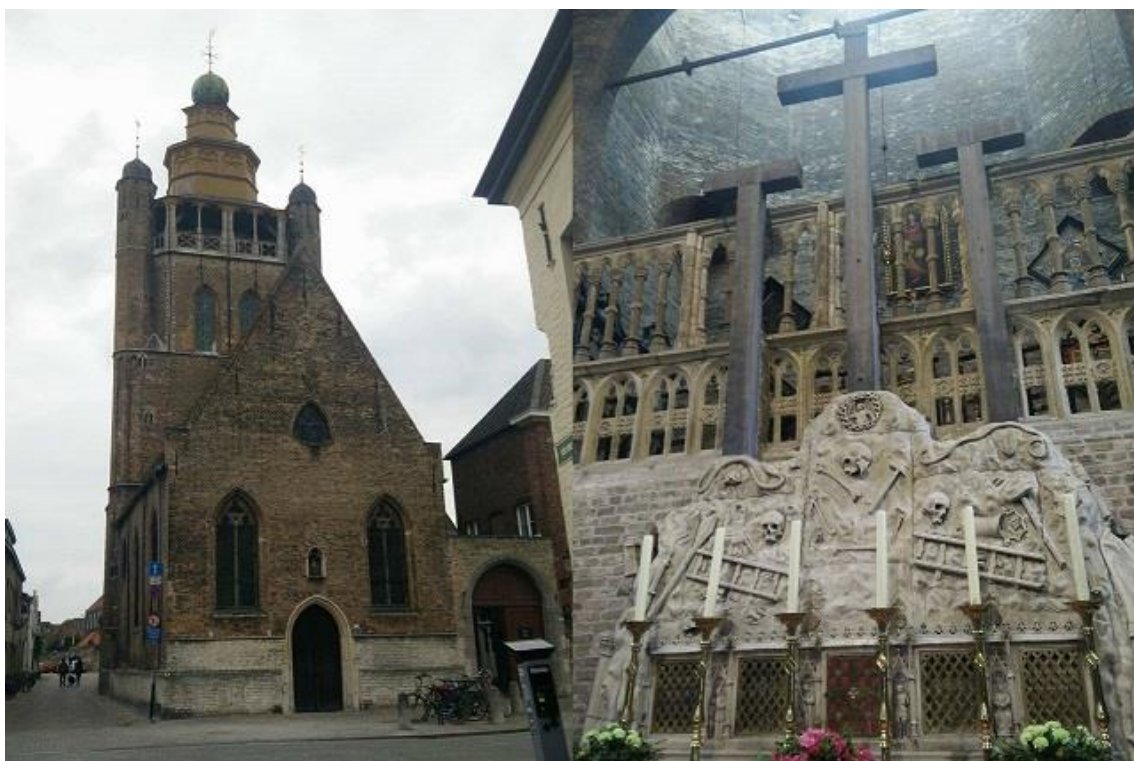
²⁷⁴ Maria Cristina Almeida e Cunha, *Estudos sobre a Ordem de Avis (Séc. XII a XV)* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009), 9, 17-19, acedido em outubro de 2016, http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/PNT8ILUY5T2KF92FJU1FJQTS6JB291.pdf

²⁷⁵ Ver páginas 37-39.

²⁷⁶ Andrew Brown, *Civic Ceremony and Religion in Medieval Bruges (c. 1300-1500)* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011).

existia uma capela em madeira que tinha ficado em ruínas.²⁷⁷ A nova construção é relativamente pequena em termos de tamanho: uma nave com um monumento funerário central (túmulo de Anselmo e sua mulher, Margriet), com uma pequena cripta atrás do altar (com uma representação do Santo Sepulcro e com uma relíquia contendo Sangue de Cristo à época de João Martins Ferreira) e com um coro situado ao nível de uma *mezzanine*. O altar pretende ser uma representação do Monte Gólgota, com as suas três cruzes e variadas representações de caveiras. O exterior da igreja é dominado por uma torre octogonal, encimada por uma cruz de Jerusalém. Tem também dois torreões, cada um com uma representação do sol e da lua. Acredita-se que Jacob Adornes terá copiado o plano da Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém (destruída pelo fogo no séc. XVI) aquando da sua peregrinação à Terra Santa.²⁷⁸

Figura 10 – A Capela de Jerusalém em Bruges



A Capela de Jerusalém em Bruges e pormenor do seu altar representando o Calvário

Autor: Rui Feio.

²⁷⁷ E. de la Coste, *Anselme Adorne – Sire de Corthuy, Pèlerin de Terre-Sainte: Sa Famille, sa Vie, ses Voyages et son Temps. Récit historique* (Bruxelas: Charles Muquardt, 1855), acedido em outubro de 2016, <http://www.gutenberg.org/files/30949/30949-h/30949-h.htm>

²⁷⁸ Philip Coppens, “Bruges: the Jerusalem of the North”, acedido em outubro de 2016, http://philipcoppens.com/bruges_jer.html

Anselmo Adornes (nascido em 1424 e falecido em 1483), Barão de Corthuy, foi um dos mercadores mais preeminentes de Bruges, com ligações internacionais a vários portos (Génova, França, Inglaterra, Escócia e Espanha), comerciando maioritariamente na importação de alúmen e exportação de tecidos. Teve uma carreira na governação da cidade, ocupando vários cargos autárquicos, chegando a ser burgomestre de Bruges. Membro da corte de Filipe “o Bom”, desempenhou missões diplomáticas ao serviço do duque da Borgonha nas décadas de 60 e 70 do século XV, e teve relações privilegiadas com Isabel de Portugal, duquesa da Borgonha, e com o rei Jaime III da Escócia (que terá conhecido em 1470, tendo sido seu companheiro de viagem na sua peregrinação à Terra Santa nesse mesmo ano).²⁷⁹

As semelhanças entre o perfil de Anselmo Adornes e João Martins Ferreira são por demais evidentes. Ambos são mercadores de grosso trato com ligações internacionais e os dois exerceram cargos na governação das respetivas cidades. Podemos dizer que, cada um à sua escala, são excelentes exemplos de uma classe mercantil que graças ao seu poder económico ganha um efetivo poder político na sua área de influência. Não é abusivo presumir que o nosso biografado tenha visitado Bruges e conhecesse a Capela de Jerusalém da família Adornes. Se hoje em dia esta igreja ainda é um dos monumentos mais carismáticos da cidade, mais o seria em finais do século XV, especialmente por replicar a Igreja do Santo Sepulcro e por albergar relíquias do próprio Jesus. O prestígio dado por esta igreja à família Adornes pode ter provocado alguma inveja a um mercador portuense ávido de emular esta realidade à sua escala local. Toda esta lógica reforça a grande probabilidade da sua ligação a Bruges. Quer fosse pela ligação familiar da mulher aos Hospitalários, quer fosse por uma vontade de replicação de umas das joias arquitetónicas e devocionais de Bruges, ou pelas duas em consonância, a verdade é que João Martins Ferreira afirma mais uma vez a sua peculiar personalidade e vontade de afirmação na urbe portuense.

Vimos neste capítulo a dimensão social do mercador. Conhecemos parcialmente a sua família, tentámos descobrir o papel que terá tido na vida do mercador portuense e procurámos reconstruir a sua teia de relações extrafamiliares. Mostrámos em que sentido essa família expressa uma estratégia de linhagem com propósitos de cristalização de uma ascensão social com o propósito de assegurar um melhor futuro a todos os seus elementos.

²⁷⁹ Coste, *Anselme*, 56, 69-74, 203-210, 277-282, 301-308.

Finalmente, vimos também como os projetos para esse futuro, nomeadamente o morgadio e capela fúnebre, se ligam intimamente com o presente e com a estratégia de linhagem. É altura de passar à face mais pública da vida deste homem. Mas tudo o que se segue é reflexo do que vimos até aqui. Poucas coisas na vida de João Martins Ferreira terão acontecido por acaso e os temas tratados no capítulo seguinte mostram mais uma vez a vivacidade do biografado e a sua capacidade para se adaptar às oportunidades do momento.

Capítulo 3 – *Homo civilis*

Eis-nos finalmente chegados à dimensão da vida de João Martins Ferreira que mais o projetou na história da cidade do Porto: o papel que desempenhou na governação da cidade. Como portuense, era natural que quisesse contribuir para a melhoria da vida na cidade que o viu nascer. Como cabeça de linhagem não queria deixar de usufruir do prestígio que um cargo governativo lhe podia dar a si e aos seus. Era a porta de entrada para um grupo muito restrito e poderoso. Como mercador de grosso trato, era natural que aproveitasse as vantagens reais que tais funções podiam trazer para os seus negócios e, consequentemente, para a sua afirmação na elite mercantil portuense. Mas acima de tudo, é o seu papel enquanto autarca da cidade que mais pistas diretas nos dá acerca da sua personalidade e maneira de fazer as coisas.

Façamos um breve historial sobre a evolução do concelho do Porto, desde as suas origens até à época do biografado. Só assim compreendemos a sua organização e importância na vida da cidade. E só assim podemos entender a importância e estatuto de quem nele tinha uma palavra a dizer.

3.1. De Portucale ao Porto. Uma história do concelho.

Esta história começa com a atribuição do foral à cidade do Porto pelo bispo D. Hugo em 1123. Contrariamente ao que durante muito tempo se pensou, a atribuição de um foral a uma localidade não significa o seu ato fundador. A maioria das vezes é simplesmente o reconhecer de uma comunidade previamente estabelecida e já com as suas regras próprias. O foral limita-se a enquadrar juridicamente essa comunidade e enforma-a num sistema senhorial. Levado ao limite, um foral tem de ser visto como uma limitação das liberdades dessa comunidade organizada. Mas então porquê a necessidade e a vontade de ter um foral por parte dessas localidades? Por uma questão de estabilidade e de evitar usurpações de poder por parte dos poderosos. Como vêm insistindo Maria Helena da Cruz Coelho, a propósito dos contratos agrários, um mau contrato, escrito, pode ser preferível a um bom contrato, não formalizado e por isso revogável a qualquer momento pela parte mais forte. A estabilidade era necessária para atrair habitantes e estimular as atividades produtivas e económicas. A segurança conseguida através do

enquadramento jurídico e administrativo limitava a cobiça de importantes senhores (neste caso, do Entre-Douro-e-Minho).²⁸⁰

No caso concreto do Porto, é inegável a existência de uma cidade organizada muito antes da chegada do bispo D. Hugo. Aliás, o grande mérito deste prelado foi ter reconhecido efetivamente o valor dessa organização e ter estimulado o crescimento da cidade através desse instrumento. Falamos em cidade organizada, pois é consensual que para esta altura o espaço geográfico de influência de Portucale era o seu aglomerado urbano e arrabaldes. Não devemos esquecer que o Porto pela sua posição geográfica beneficiava com o comércio atlântico e dispunha de um *hinterland* riquíssimo em gentes e em produtos. Era preciso dar instrumentos aos homens-bons da cidade para que na defesa dos seus interesses próprios desenvolvessem o mais possível este comércio. Mas o Porto sofria também com as depredações dos ataques dos piratas muçulmanos e normandos. Ainda em 1117 os almorávidas tinham cercado Coimbra e toda a zona litoral de Portugal era extremamente insegura. Era necessário conseguir atrair para a cidade o maior número de população para reforçar a defesa da cidade e contribuir para a dinamização do seu tecido produtivo e comercial. Quanto mais negócio se fizesse mais o bispo, cabido e Igreja ganhavam através do arrecadamento de impostos.²⁸¹

A verdade é que no século XII a pequena cidade do Porto não era mais do que o espaço dentro da Cerca Velha, a primeira muralha a rodear a Sé e que não teria muito mais de 750 metros de diâmetro, e o aglomerado populacional perto do porto da Ribeira. É entre estes dois polos que os homens mais importantes se vão organizar e criar regras de convivência a contento mínimo de todos. Inicialmente em articulação com o bispo D. Hugo, este conselho de homens-bons vai pugnar pelo desenvolvimento da cidade. No entanto, será sempre o senhorio (nesta altura, o bispo) a deter a aplicação e controlo da justiça através da ação do maiorino (ou meirinho). Tudo terá corrido bem até ao bispado de D. Fernando Martins, pelos anos entre 1175 e 1185. Este bispo alargou os direitos senhoriais e não confirmou o foral como era costume. É óbvio que esta atitude desagradou aos homens-bons portuenses. Aproveitando-se das contendas entre D. Sancho I e o bispo

²⁸⁰ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes* (Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008), 2ª Ed., 15-22. Coelho, “O Foral”, 334.

²⁸¹ Sousa, “Tempos”, 156-159. Torquato de Sousa Soares, “Constituição do Concelho e sua Evolução até ao Fim do Século XIII”, António Cruz e Damião Peres (dirs.), *História da Cidade do Porto* (Porto: Portucalense Editora, 1962-1965), Volume I, 308-309.

à altura, D. Martinho Rodrigues, a cidade alia-se ao rei e contesta vivamente o poder senhorial da Igreja, pelo menos até à morte do monarca em 1211. Esta aliança não teve grandes resultados, já que nos últimos momentos da vida de D. Sancho I, ansioso por uma pacificação de relações com a Igreja, o monarca confirma todos os poderes do bispo D. Martinho Rodrigues.²⁸² Tudo prossegue pacificamente até chegar ao trono D. Sancho II. Em 1227, este rei foi acusado por D. Martinho Rodrigues de se intrometer na sua jurisdição e não aceitar as imunidades eclesiásticas. Até à morte deste bispo, em 1235, as relações não foram nada pacíficas e só acalmam por intervenção de legados da Santa Sé. Por esta altura, a cidade ocupava já todo o vale do rio da Vila, avançava para o morro da Vitória e chegava aos limites do Couto de Cedofeita. Os homens-bons do burgo sentiam-se cada vez com maior força e faziam frente ao novo bispo, D. Pedro Salvadores. Em 1245, o papa Inocêncio IV considera D. Sancho II um “*rex inutilis*” através da publicação da bula *Grandi non immerito* e nomeia o seu irmão, D. Afonso de Bolonha, governador e defensor do reino. Começa aqui a guerra civil, que terminará definitivamente com a morte no exílio de D. Sancho II, em 1248.²⁸³ Ascende ao trono D. Afonso III. Este rei foi profundamente centralizador e procurou reforçar o poder régio através da colocação de elementos da sua confiança na administração local. Para além disso, o bispo D. Julião Fernandes queixa-se que os agentes régios cobravam indevidamente impostos sobre as mercadorias que desciam o rio, desviando-as para a margem Sul, para o lado de Gaia, senhorio da Coroa. Desagradado com esta acusação, D. Afonso III marcha sobre a cidade e obriga o bispo a pagar uma pesada multa. Para piorar as coisas, em 1255, o rei concede foral a Gaia e Vila Nova, diminuindo ainda mais os rendimentos da Mitra portuense. Graças ao desenvolvimento económico e ao consequente crescimento populacional, já a cidade tinha ‘engolido’ por esta altura a antiga comunidade de Miragaia.²⁸⁴ O Porto era cada vez mais uma presa apetecível para os cofres de quem conseguisse ser seu senhor. Morre D. Julião Fernandes, em 1260, e o rei consegue eleger um seu apaniguado, D. Vicente Fernandes, como bispo. Mesmo assim, a ação centralizadora de D. Afonso III faz com que este bispo se veja forçado a abandonar o reino e queixar-se ao papa Clemente

²⁸² Maria João Violante Branco, *D. Sancho I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 6ª Ed., 201, 238-246. Sousa, “Tempos”, 160. Branco, “Prelazia”, 289-292, 297.

²⁸³ Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 6ª Ed., 201-202, 260-262. Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 6ª Ed., 73-84. Branco, “Prelazia”, 298-302.

²⁸⁴ Embora esta continue a ser considerada um arrabalde, por ficar fora das muralhas.

IV em Viterbo. Como forma de pressão é declarado um interdito²⁸⁵ sobre a cidade.²⁸⁶ Mas porque se nota que cada vez mais os homens-bons do concelho se inclinam para o partido do rei? Segundo Armindo de Sousa é porque “por ela [dependência direta da Coroa] passava uma definição mais genuína das liberdades e uma mais sólida garantia dos seus interesses”.²⁸⁷ O Porto não queria ter como senhor um bispo ruralista, mas sim um rei mercantilista.

Estamos então no auge da luta entre quem detém o efetivo senhorio da cidade do Porto: se o rei se o seu bispo. Temos uma cidade dividida entre os clérigos, que ainda a dominavam,²⁸⁸ e o rei que a pretendia dominar. Mas é inegável que o Porto era já uma cidade voltada para o comércio e era este comércio que lhe dava cada vez mais vida. Vemos isso na desordenada disposição urbana que albergava um bom número de mestieirais. E de mercadores, os verdadeiros senhores de toda esta dinâmica. Eram eles os homens-bons que dominavam a governança e beneficiavam com os privilégios outorgados pelo senhorio. Ao pretenderem uma melhor justiça e impostos mais baixos queixam-se a D. Dinis. O rei convoca o bispo, D. Fernando Ramires, para que se explique. Este recusa, visto que era o senhor da cidade. O rei, agastado por esta falta de humildade e obediência, decide em 1316 nomear um juiz para a cidade ao arrepio dos direitos consagrados desde o tempo de D. Hugo. É a primeira vez que o Porto tem um juiz nomeado, não pelo bispo, mas por sufrágio entre os seus representantes. Escusado será dizer que D. Fernando Ramires se exila para junto do papa, desta vez em Avinhão. Esta desavença entre os dois senhores dura até aos finais de 1323, altura em que D. Dinis devolve a jurisdição ao novo bispo, D. João Gomes. Só que os homens-bons da cidade

²⁸⁵ O interdito é uma pena eclesiástica. Proíbe os fiéis de determinados atos religiosos e priva-os de determinados sacramentos, ofícios divinos e sepultura eclesiástica. Não proíbe, no entanto, a comunhão com a Igreja. Se for um interdito geral, pode abranger locais variáveis, tais como todas as pessoas de uma paróquia, cidade ou reino. Se for particular abrange unicamente locais específicos (António Domingues de Sousa Costa, “Interdito, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. III, 336-338). No caso concreto do Porto os seus habitantes foram coletivamente excomungados e por esse motivo as igrejas estavam encerradas, não se celebravam missas, não se tocavam os sinos, não se acendiam velas e não eram ministrados sacramentos, nomeadamente: não se celebravam casamentos e batismos, não se aplicava a extrema-unção e os mortos não podiam ser sepultados em solo sagrado (Duarte *et al*, *A Cidade*, 35).

²⁸⁶ Paula Cardoso Almeida, *O Poder dos Bispos. De D. Hugo a D. Vicente Mendes* (Porto: QuidNovi, 2010), História do Porto, Vol. 2, 25-31, 57-69, 85-87, 95-107. Ventura, *D. Afonso III*, 96-99, 110, 187.

²⁸⁷ Sousa, “Conflitos”, 385.

²⁸⁸ Lembremos apenas que o bispo, cabido e mendicantes nem sempre estiveram unidos.

não o queriam permitir. Eram já demasiado poderosos e não receavam a autoridade eclesiástica. Tentou-se uma solução de consenso através do príncipe D. Afonso, senhor do castelo do Porto e futuro D. Afonso IV: todos os anos no dia de S. João os homens-bons propunham três pares de juízes entre eles e o bispo escolhia um. O bispo recusa esta solução. Mas em abril de 1325, já com D. Afonso como rei, o bispo não tem mais alternativa. É assinada uma concordata com base na proposta anterior, embora agora o concelho designe quatro pares de homens para serem escolhidos juízes. Qual a contrapartida? O bispo mantém a importantíssima posse dos pesos e medidas utilizados na cidade, continuando a ganhar muito dinheiro com o comércio. Foi também neste ano que o rei decide comprar umas casas no lugar das Hortas e junto da Fonte Taurina, residindo aqui a génese da disputa entre ele e o bispo por causa da alfândega régia.²⁸⁹ Estamos no século XIV, talvez o Porto não tivesse muito mais de 5.000 habitantes, se bem que com uma assinalável densidade populacional, devido à exígua área intra-muros.²⁹⁰

Em 1327, morre D. João Gomes. O bispo seguinte, D. Vasco Martins, só chegará ao Porto em 1335. Entretanto, D. Afonso IV dá ordens ao seu corregedor para entrar na cidade e administrar a justiça. Em 1331, o corregedor obriga a igreja do Porto a anular a excomunhão lançada sobre o procurador do concelho e outros homens-bons. Entre 1338 e 1340, no *Regimento dos Corregedores*, o rei promulga a ordenação dos vereadores de forma a fixar as competências de tão importante cargo concelhio. De referir que já desde 1332 que estes homens eram escolhidos pelo corregedor de comarca. Em 1341, o povo, talvez instigado pelos homens da governança ou pelos oficiais do rei (não esquecer que estávamos no auge do conflito entre o rei e o bispo por causa da alfândega régia), revolta-se contra o bispo e invade o paço episcopal. D. Vasco Martins vê-se obrigado a fugir e lança outro interdito sobre a cidade. Luta de poderes, sempre. Segue-lhe D. Pedro Afonso em 1343. Este prelado recusa-se confirmar a eleição dos juízes por indicação do concelho conforme a concordata de 1325. Aumenta o clima de confronto entre o bispo e os homens-bons do concelho e o rei. Em 1345, D. Pedro Afonso não se sente em segurança e exila-se na Galiza. E mais uma vez é lançado um interdito sobre a cidade que durará 61 anos.

²⁸⁹ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 7ª Ed., 87, 131-133.

²⁹⁰ Miranda, *A Cidade*, 11-16, 24-27. Sousa, “Tempos”, 174- 178. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005), 128.

Mas esta era uma arma cada vez menos eficaz, como podemos ver pela duração deste último. Em 1354, é resolvido em tribunal o conflito entre o rei e o bispo ausente. Sem bispo na cidade e com o rei com cada vez mais poder nela, a governança do concelho torna-se verdadeiramente atuante e indispensável para a vida de todos. Afinal o rei estava igualmente interessado na dinamização do comércio. Era através da alfândega (uma estrutura comercial, fiscal e financeira) que o comércio era regulado e estimulado. E cria-se um novo polo de desenvolvimento na cidade. Todos saem a ganhar. Menos o bispo e o cabido...²⁹¹

Notámos que a cidade se foi afastando paulatinamente do seu senhor, o bispo. Chegamos a 1355 e D. Afonso IV manda matar D. Inês de Castro, amada do seu filho primogénito, D. Pedro. Revolta-se o filho, estala a guerra. D. Pedro e os seus correligionários marcham sobre o Porto, fiel ao rei que tanto a beneficiara. O Porto, sem uma muralha, esteve sob cerco durante 16 dias. Mas as pazes entre o pai e filho pouparam a cidade. D. Afonso IV dá ordens para que se comece imediatamente a construir uma muralha que defenda a cidade convenientemente.²⁹² Em 1357, D. Pedro sobe ao trono e o Porto deixa de ser uma das localidades favoritas para o novo monarca. A construção da muralha emperra. Conta-se que era um rei justiceiro e terá castigado (com excesso de brutalidade) o bispo à altura, D. Afonso Pires, por causa de eventuais ‘pecados da carne’. Outros pensam que não, e que as relações entre os dois até terão sido cordiais e mutuamente benéficas. A verdade é que o rei viu o seu casamento com Inês Castro confirmado por vários testemunhas (D. Afonso Pires era uma delas) e o bispo do Porto viu confirmados os seus privilégios por carta régia datada de setembro de 1357. Dez anos depois temos um novo rei: D. Fernando. Será este monarca a dar injustamente o seu nome à muralha, somente porque a terminou no essencial, em 1370. Mas já em 1369 o monarca tinha beneficiado a cidade com um alargamento impressionante do seu termo, que agora incluía Massarelos, Bouças, Maia, Gondomar, Melres, Refojos do Ave, Aguiar de Sousa e Penafiel. Era o reconhecimento de que o Porto era, sem margem para dúvidas, a grande cidade do Entre-Douro-e-Minho e capital económica do norte de Portugal. E era o

²⁹¹ Sousa, “Tempos”, 161-167. Miranda, *A Cidade*, 27-43.

²⁹² Sousa, *D. Afonso IV*, 168-169.

reconhecimento do poder da governança dos homens-bons do Porto, mercadores riquíssimos pelo comércio com a Flandres e Inglaterra.²⁹³

Morto D. Fernando sem herdeiro, começa mais uma guerra civil. O Porto muito cedo mostra-se fiel a D. João, mestre de Avis, por aclamação popular. Foi a única cidade do Entre-Douro-e-Minho a fazê-lo. Ainda ele não era rei e já agraciava a cidade, a 12 e 13 de abril de 1384, com um aumento do seu termo, incorporando Gaia e Vila. Agradecia-se desta forma fidelidades e apoios. O alcaide do castelo de Gaia revolta-se contra esta doação, apesar de partidário do Mestre de Avis, e viaja até ao rei para lhe demonstrar o seu desagrado. Os do Porto aproveitam esta ausência, atravessam o rio e destroem o castelo. Assunto encerrado e mostra claríssima do poder do burgo portuense. No meio da guerra que deflagrava pelo reino, o Porto viu-se atacado por um exército comandado pelo arcebispo de Compostela. Os habitantes organizados e motivados não quiseram esperar dentro das novas muralhas e saíram ao encontro da hoste castelhana. No caminho foram reforçados por tropas acabadas de chegar de Lisboa em galés. O recontro deu-se na margem norte do rio Leça, local de acampamento do exército espanhol. Luta rápida e eficaz, pois o exército portuense rapidamente forçou a desmobilização dos atacantes dando uma importante vitória a D. João. Era agora altura de auxiliar no cerco de Lisboa. O Porto contribuiu com homens, barcos e víveres. Os seus barcos furaram o bloqueio castelhano, dando sobretudo ânimo psicológico aos habitantes cercados. A dada altura, Juan I de Castela, acossado pela peste que grassava no seu acampamento, desmonta o cerco e regressa derrotado ao seu reino. Chegamos a 6 de abril de 1385 e D. João é aclamado rei de Portugal nas Cortes de Coimbra. Dezanove dias depois visita o Porto pela primeira vez na sua vida, sendo aclamado por toda a cidade no meio de honras e alegria generalizadas. Os portuenses dão-se e dão a sua cidade através da entrega da insígnia. O monarca, profundamente agradecido, recebe-a. Será até aos últimos momentos da sua vida uma cidade com um lugar especial no seu coração. No entanto, era agora tempo de submeter as cidades do Entre-Douro-e-Minho que se mantinham fiéis ao monarca espanhol. E seria tempo de o derrotar em Aljubarrota quatro meses depois. Pacificado o reino, D. João I retribui a receção que teve no Porto, realizando aí o seu casamento com D. Filipa de Lencastre. E o interdito? Possivelmente terá sido levantado para que o

²⁹³ Miranda, *A Cidade*, 65-67, 77, 87-93, 97-101. Sousa, “Tempos”, 167- 171. Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010), 6ª Ed., 191-192. Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010), 6ª Ed., 113, 117.

casamento pudesse acontecer. Ou então já era simplesmente letra morta.²⁹⁴ Será aí que nascerá um dos seus filhos, o Infante D. Henrique, sendo também aí batizado. Eventos com importância suficiente que faziam jus à importância cada vez maior da cidade nortenha.²⁹⁵

Em 1391, supostamente para evitar confrontos nos dias de eleições, mas também para favorecer a formação de administrações mais elitistas e fechadas, D. João I promulga a ordenação dos pelouros, sendo esta a primeira lei eleitoral sobre o poder local. Nela define-se o processo geral de eleição dos cargos anuais dos concelhos. No Porto, as eleições realizavam-se no dia de S. João a cada três anos e perante o corregedor. Escolhem-se um ou dois juízes (quase sempre dois), três ou quatro vereadores, um procurador, um tesoureiro²⁹⁶ e um escrivão da câmara. Estes cargos são de mandato anual, exceto o de escrivão que tem mandato para o período completo dos três anos. Como se processa esta escolha? Num primeiro momento todos os cidadãos escolhiam seis eleitores. De seguida estes eleitores reuniam num espaço privado e escolhiam os homens destinados a ocupar todos os cargos para o período seguinte. Estas listas, as pautas, eram depois encerradas em bolas de cera vermelha, os pelouros, que eram guardadas no cofre da vereação. Para evitar fraudes, este cofre tinha três fechaduras e cada uma das chaves encontrava-se na posse de um oficial camarário diferente. Em cada ano, no dia da eleição, abria-se o cofre na presença do corregedor e uma criança inocente (até à idade de sete anos) escolhia um desses pelouros. Da pauta contida nessa bola de cera eram depois escolhidos os nomes para ocuparem os diversos cargos. Esta pauta, com a crescente centralização régia de D. Manuel I, tem depois de ser enviada à Corte para ser validada pelo monarca. Posteriormente, o rei vai arrogar-se o direito de não aceitar a seleção dos cargos feita a nível local, passando a ser ele a fazer essa distribuição de lugares.²⁹⁷

Voltemos à questão do senhorio do Porto e da resolução do interdito que pairava sobre a cidade. Já desde a primeira visita de D. João I à cidade que se supõe que um

²⁹⁴ O interdito só será levantado, formalmente, aquando da passagem do senhorio da cidade para a Coroa, em 1405-1406.

²⁹⁵ Coelho, *D. João I*, 59-68, 73-80, 112-119, 246. Duarte *et al*, *A Cidade*, 12-21, 26-37. Sousa, “Tempos”, 171-173.

²⁹⁶ Normalmente é o procurador que faz de tesoureiro.

²⁹⁷ Jorge Filipe Pereira de Araújo, *A Administração Municipal do Porto (1508-1511)*, [Dissertação de Mestrado], (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001), 8-11. Patriarca, *Ambições*, 65-66. Coelho e Magalhães, *O Poder*, 33-34.

acordo teria sido firmado para o levantamento desse interdito. Consciente de que era impossível manter por muito mais tempo o estatuto herdado de D. Hugo, o bispo aceitava a transferência do senhorio, jurisdições e todos os direitos, contra um pagamento anual de 3.000 libras. No entanto, o rei não tinha esse dinheiro disponível. E continuou a não o ter até ao novo acordo de 1405. Convém dizer que a cidade já não se regia pelas regras do senhorio eclesiástico. Eram os homens-bons da governança que elegiam os juízes, os vereadores e o procurador. O novo senhor efetivo era o rei e era assim que tudo ia correndo bem. Mas os acordos são para se cumprir. E em 1405 o rei aceitou que o montante de 300.000 libras por ano (note-se a brutal depreciação da moeda) ficasse afeto às rendas das propriedades que a Coroa detinha na cidade, mais às que se comprometia a construir, às pensões dos tabeliães e, finalmente, aos rendimentos da alfândega. Com este acordo o bispo do Porto comprometia-se a apoiar o pedido do rei ao papa para que levantasse o interdito sobre o Porto. Fica assim definitivamente encerrada uma das mais longas disputas da Idade Média portuguesa. Mas o dinheiro irá sempre faltar e o bispo não deixará de se queixar.²⁹⁸

Com D. Duarte a cidade continua a prosperar e a mostrar o seu poder. Que fica bem demonstrado na recusa a um pedido do seu meio-irmão, D. Afonso, duque de Bragança, para nela construir umas casas para habitar, escudando-se os cidadãos locais nos antigos costumes de não residência de fidalgos. Morto este rei, o Porto sempre apoiou D. Pedro na regência. Importantes para a história de todos os concelhos são as leis, promulgadas entre 1446 e 1447, que versam sobre as competências dos oficiais camarários. Depois de 1448 o apoio da cidade ao regente torna-se problemático com a ascensão política de D. Afonso, cada vez mais influente junto de D. Afonso V. O duque de Bragança sempre desejou ser o novo senhor do Porto e isso via-se na escolha de apaniguados seus para lugares sensíveis da administração concelhia, nomeadamente para o lugar de escrivão da Câmara. É fácil perceber o lugar central deste cargo, aparentemente pouco prestigioso. Era obrigatória a sua presença para a elaboração das atas das reuniões do concelho quer fossem públicas quer sigilosas. Tendo neste cargo um homem da sua confiança, o duque de Bragança tinha assim conhecimento pleno das decisões e estratégias dos homens-bons da cidade. Podia assim planear como o senhorio da urbe portuense. O próprio rei, D. Afonso V, passou a colocar homens seus em cargos

²⁹⁸ Duarte *et al*, *A Cidade*, 37-39. Coelho, *D. João I*, 216-217.

concelhios, como o escrivão dos órfãos, dos judeus e das sisas. E o Porto, enfraquecido pela conjuntura política do reino, viu-se obrigado a ceder. Morre D. Pedro em Alfarrobeira, mas, contrariamente ao desejado pelo duque de Bragança, a cidade consegue manter o seu estatuto de cidade régia e com liberdades de porto comercial. Aparentemente, as tensões e divisões internas pré e pós Alfarrobeira atenuaram-se, e a cidade voltou a apresentar uma frente unida para se manter como senhorio régio, e não voltar à submissão senhorial.²⁹⁹

Chegamos a meados do século XV e o Porto teria cerca de 8.000 habitantes.³⁰⁰ Nesta altura as principais fontes de rendimento do concelho do Porto são os impostos municipais (sobre o consumo), as coimas resultantes de condenações e os rendimentos imobiliários provenientes do aforamento de baldios, campos e prédios urbanos.³⁰¹ Por volta de 1457 voltam os conflitos, aliás muito duros, com o bispo à altura, D. Luís Pires. Este prelado terá talvez tentado recuperar o senhorio da cidade e alguns direitos perdidos com o acordo de 1405, e intenta diversos pleitos contra a Câmara. Aproveitando um problema de justiça com um clérigo local acusa o juiz da cidade de abuso de poder por violação do foro eclesiástico e excomungou-o. Os homens-bons da Câmara reagiram e puseram, por sua vez, um processo judicial contra o bispo e a sua decisão. Todos eles foram excomungados, se bem que isso já pouco significasse no dia-a-dia. Mas era a única arma de uma Igreja do Porto de poder cada vez mais reduzido ao espiritual e cada vez menos temporal. Por isso que o bispo desejava recuperar poderes antigos fazendo valer a sua vontade e castigando os poderes de então. Manipulando o povo através dos sacerdotes, consegue que estes se voltem contra os homens-bons, as arrogantes e fechadas elites camarárias. Acontecem insultos e agressões, mas nos tribunais superiores a causa da Câmara acaba por triunfar. D. Luís Pires, derrotado, torna-se arcebispo de Braga e o Porto continuará na jurisdição régia. Não é por acaso que, em 1473, este prelado consegue reaver a jurisdição de Braga (que também tinha passado para a esfera régia, em 1405).³⁰²

²⁹⁹ Duarte *et al*, *A Cidade*, 76-80. Saul António Gomes, *D. Afonso V* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011), 6ª Ed., 64-77.

³⁰⁰ Sousa, “Conflitos”, 391. Reproduzimos a sugestão deste autor, embora quaisquer números sobre a demografia medieval portuguesa sejam altamente conjecturais.

³⁰¹ Nuno Gonçalo Monteiro, “O Espaço Político e Social Local”, César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (Mem Martins: Círculo dos Leitores, 1996), 132.

³⁰² Duarte *et al*, *A Cidade*, 80-87. Sousa, “Conflitos”, 385-418.

É altura de introduzir nesta história novos atores: os mesterais. Porque até aqui temos falado do rei, do bispo e dos “mercadores, proprietários de navios, ourives-cambistas e agentes superiores do fisco”, os homens bons da governança.³⁰³ Mas pelo menos desde 1413 que dois representantes destes ofícios mecânicos podiam assistir às reuniões camarárias, apenas quando convocados pela vereação. E em 1475 temos notícias de uma presença mais assídua destes procuradores. No entanto, e por decisão de D. João II, a intervenção deles deixa de ser permitida nas reuniões da Câmara. Mas os mesteres da cidade continuam a ter voz nas assembleias alargadas relativas ao “bem comum” e com presença de todos os vizinhos do Porto. Eram também, desde há muito, consultados no tabelamento dos preços já que era desejável o acordo entre todas as partes interessadas, desde produtores, a comerciantes e consumidores. E é nestas decisões sobre o comércio da cidade que se vê o crescente poder dos artífices. Relativamente organizados pelas ruas do Porto, foram ganhando consistência e consciência, fundando confrarias e hospitais para benefício próprio e de toda a cidade. Afirmavam-se perante a cidade na importantíssima procissão do Corpo de Deus, na qual reproduziam, não sem tensões, as respetivas hierarquias. E pouco a pouco alguns começaram a ver abrirem-se-lhes as portas do poder concelhio. Mas só aos mais ricos.³⁰⁴

No dia 11 de dezembro de 1483, D. João II chegou à cidade do Porto. Era a segunda vez que visitava a cidade, pois já tinha acompanhado D. Afonso V numa visita pouco depois da batalha de Toro em 1476. Juntou-se a D. Leonor, ao seu filho, D. Afonso, e ao seu sobrinho, D. Manuel, futuro monarca. Devido ao Inverno rigoroso viu-se forçado a estanciar na cidade pelo período de um mês, acabando por entrar no novo ano na urbe portuense. Pela informação contida numa escritura de venda pertencente ao Fundo João Martins Ferreira,³⁰⁵ o monarca terá ficado alojado numa casa na Rua da Lada, onde se situava uma das estalagens públicas da cidade; parece surpreendente a opção do monarca por esta rua, a não ser que lá existisse uma habitação com ótimas condições, que hoje desconhecemos. Independentemente do local, a verdade é que o rei passou esse mês em pleno exercício do seu poder, concedendo e confirmando vários privilégios antigos à cidade bem como a alguns particulares, nomeadamente judeus convertidos. O Porto apoiava o rei na sua política de afirmação perante a aristocracia nacional e essa boa

³⁰³ Sousa, “Conflitos”, 386.

³⁰⁴ Coelho, *D. João I*, 228. Duarte, *D. Duarte*, 161. Duarte *et al*, *A Cidade*, 97-105.

³⁰⁵ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-760(C305).

relação está patente neste período de convívio direto. Sendo um monarca bastante religioso sabe-se que D. João II efetuou, a 3 de janeiro de 1484, uma romaria ao Convento de Nossa Senhora da Conceição em Leça. E também terá mostrado a sua devoção perante as relíquias de S. Pantaleão guardadas na Sé. Isto prova-se pela sua vontade, demonstrada em testamento, de que se terminasse o relicário de prata em que estavam encerradas.³⁰⁶

Chegamos ao reinado de D. Manuel I, última etapa desta breve história do concelho do Porto. Este rei é conhecido pelo seu espírito reformador e tentativa de aumentar a centralização régia. Para o caso da cidade interessa-nos a sua reforma dos pesos e medidas, posta em prática em 1502 e que pretendia uma uniformização dos mesmos por todo o reino, seguindo os padrões de Lisboa. Pretendia-se desta forma facilitar o comércio e a arrecadação dos tributos, obrigando os concelhos a usarem o padrão geral. Posteriormente foram aceites demasiadas exceções locais e assim esta reforma perdeu a eficácia pretendida.³⁰⁷ Em 1504, o rei promulga e publica o regimento dos oficiais das cidades, vilas e lugares, fixando as suas competências. Em 1518, o rei ordena à vereação que aceite, oficial e duradouramente, nas suas reuniões os representantes dos mesteres. São vinte e quatro, dois por cada mester, tal e qual como se fazia em Lisboa há 135 anos. Dois deles vão representar o povo nas reuniões da Câmara, sendo obrigados a estar presentes em todas elas. Aliás, a sua ausência implica a perda de validade de qualquer decisão camarária. Claro que os vereadores se vão queixar, e o rei vai anuir diminuindo o seu número para doze e aceitando decisões camarárias sem a presença destes procuradores. Mas o poder dos mesterais assume desta forma carácter oficial reconhecido pelo monarca. E servirá de contrapoder a uma oligarquia concelhia poderosa e algumas vezes desafiadora do rei. Um dos momentos mais importantes da intervenção de D. Manuel I é a outorga de um novo foral em 20 de junho de 1517. Não tem qualquer propósito reformador, pois não é mais que uma lista extensa de novos impostos e obrigações para com a Coroa. É omissa em normas de processo civil, penal e administração local, pois a lei já era geral. Verdadeiro instrumento de afirmação do poder

³⁰⁶ Rute Reimão, “A Visita de D. João II ao Porto”, Manuel Luís Real e Maria Helena Gil Braga (coords.), *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira* (Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996), Roteiro de Exposição, 27-29.

³⁰⁷ Luís Miguel Duarte, “Quando as Casas se Queriam Pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)”, Vítor Oliveira Jorge (coord.), *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis* (Porto e Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade de Coimbra, 2003), 185.

régio, vai contribuir para a diminuição da autonomia das instâncias de poder concelhio. Conjugado com as interferências do rei na eleição dos cargos concelhios vemos que o poder dos homens-bons do concelho é cada vez menor. Por mais que se queixem e tornem público o desagrado, os habitantes do Porto nunca mais conseguirão recuperar a autonomia perdida. Afinal, falta-lhes dinheiro para gerirem a cidade e só o rei tem capacidade económica para colmatar essas falhas. E como ‘não existem almoços grátis’, quem paga, manda.³⁰⁸

Chegados ao século XVI e pelo numeramento de 1527, o Porto e o seu termo teriam cerca de 10% de toda a população contribuinte do reino. A cidade teria aproximadamente 25.000 habitantes.³⁰⁹ Ao longo de toda esta história vimos que a assembleia de vizinhos responsáveis pelo autogoverno da cidade evolui para um conselho de homens-bons, uma verdadeira oligarquia concelhia que detém os lugares de poder no dia-a-dia da cidade. A identidade política destes homens é moldada pelos interesses comerciais da elite mercantil e através do conflito entre rei e bispo pelo poder senhorial da cidade. Mas esta identidade expressa-se de que maneira? Como estava organizado o concelho do Porto? Quais as funções ocupadas por esses homens-bons e qual a extensão do poder de cada um? Só depois de conhecermos o organigrama da administração concelhia é que podemos compreender o impacto de João Martins Ferreira na vida da cidade enquanto autarca.

3.2. Os Homens-bons da governança. Os cargos concelhios.

É chegada a altura de percebermos quais os cargos exercidos no concelho do Porto e qual a sua relevância no dia-a-dia da cidade. O relevo de uma determinada função esteve desde sempre intimamente ligada ao poder do indivíduo que a exercia. Podemos até dizer que nos inícios da organização das comunidades era esse mesmo poder dentro da comunidade que determinava a adequação pessoal para determinado cargo.³¹⁰ Com o correr dos tempos e a evolução da organização de uma determinada sociedade acabaram por ser as estruturas montadas (justiça, fiscalidade, segurança) que legitimam e justificam o poder de determinado indivíduo em (ou por causa de) determinada função.

³⁰⁸ Patriarca, *Ambições*, 60-67. Costa, *D. Manuel I*, 133-135.

³⁰⁹ Sousa, “Tempos”, 178-179. Nuno Gonçalo Monteiro, “A Sociedade Local e os Seus Protagonistas”, César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (Mem Martins: Círculo dos Leitores, 1996), 35-36, 64-69.

³¹⁰ Sousa, “Tempos”, 208.

É necessário esclarecer algumas designações dadas aos habitantes do Porto, pois só assim percebemos o significado pleno dos cargos ocupados e a quem eles estavam disponíveis. Assim, é *natural* do Porto aquele que nasceu na cidade. É *morador* do Porto todo aquele que tem morada permanente na cidade. É *vizinho* do Porto quem goza dos direitos e cumpre as obrigações de vizinhança. Inicialmente este estatuto tinha uma dimensão eminentemente fiscal, já que um vizinho gozava dos privilégios do foral e estava isento de pagamento de imposto ao bispo pela sua atividade comercial. A atribuição deste estatuto dependia de decisão dos juizes e procuradores da cidade. Os candidatos apresentavam-se a exame na Câmara e, caso fossem aprovados, eram levados ao mordomo do bispo para que este escrevesse o seu nome no livro dos vizinhos. Todo este processo implicava custos que eram pagos ao senhorio. O vizinho era obrigado a ter casa de família na cidade e residir nela pelo menos durante três meses por ano. Se fosse mercador internacional esta exigência descia para os dois meses. Face a tão grandes vantagens porque é que interessava ao bispo conceder o estatuto de vizinho e com isso isentar moradores do pagamento de alguns impostos? Porque assim atraía para a cidade mercadores com capacidade financeira e dinamizava o comércio, acabando por compensar os rendimentos perdidos com outras formas de taxaço. O mesmo se passa hoje em dia com a famigerada atração do investimento estrangeiro. Em meados do século XV, as obrigações dos vizinhos eram: ser sempre obedientes à cidade, defenderem em qualquer situação as liberdades e privilégios dela e aceitarem todos os cargos que lhes fossem atribuídos. Com a transferência do senhorio da cidade para o rei em 1406, a atribuição do estatuto de vizinho ficou unicamente sob dependência do concelho. Finalmente, é *cidadão* do Porto aquele que é vizinho e morador. Este estatuto tem uma dimensão eminentemente política e social, pois só pode ser atribuído a um portuense, morador na cidade, com autonomia económica e com interesse nos destinos da cidade.³¹¹

Já vimos antes que no Porto a auto-governação pela assembleia de vizinhos, evento público de partilha de poder entre aqueles que eram relevantes, foi reconhecida e controlada pela atribuição do foral por parte de seu senhor, o bispo D. Hugo, em 1123. Mas porque é que o foral é uma forma de controlo? Porque ao estipular uma série de direitos, deveres e garantias, o senhor vincula a um documento a sua arbitrariedade, mas também limita a liberdade das decisões e comportamentos dos seus súbditos e impõe-lhes

³¹¹ Sousa, “Tempos”, 231-234.

deveres e obrigações. Assim, o concelho do Porto reconhecido pelo foral de 1123 estabiliza a relação com o bispo e estabelece uma fonte estável de rendimentos para ele através da cobrança de impostos, tributos e multas. Em benefício dos habitantes da cidade temos garantias de segurança de pessoas e bens, o direito e o reconhecimento da propriedade e o respeito da liberdade individual.³¹² Estes benefícios são aplicados e garantidos através da ação dos diversos agentes no terreno, todos eles nomeados pelo bispo, como o meirinho, o alcaide, os mordomos, os almotacés e o juiz.³¹³

O meirinho, ou maiorino, é o oficial com máximos poderes, designado pelo bispo, na área de jurisdição do senhorio. É ele que administra a justiça e pode também proceder à cobrança das taxas e impostos. É um cargo de muito poder e isso implicava que quem o ocupasse estivesse em perfeita sintonia com a vontade do bispo.³¹⁴ Com o tempo e complexificação da administração da cidade, as competências do meirinho foram sendo distribuídas por outros cargos. Em termos da administração da justiça, tanto civil como criminal, temos o aparecimento do juiz, o mais alto cargo concelhio. Até ao século XIV foi um cargo de exclusiva nomeação do bispo, podendo haver um ou dois por ano. A partir desta altura passa a haver sempre dois juízes por ano, de nomeação conjunta com o concelho, já que as listas de candidatos apresentadas ao bispo eram feitas em assembleia concelhia. Cabia também ao juiz a promulgação das posturas decididas em reunião camarária. O juiz era obrigado a deslocar-se sempre com uma vara vermelha, símbolo do seu poder. Curiosamente, a denominação “meirinho” não desapareceu com o aparecimento do juiz, passando agora a designar o oficial responsável pela aplicação das penas decididas em julgamento. O alcaide, termo com origem na palavra árabe que designava o governador de uma praça ou província sob domínio muçulmano, é o responsável pela defesa e policiamento da cidade, pela manutenção da muralha e pela prisão. Tem a sua base de operações na fortaleza da cidade e está obrigado, sob juramento, a defender a cidade até às últimas consequências. Também pode executar as sentenças decretadas pelo juiz e é auxiliado pelo alcaide-menor e pelos quadrilheiros.³¹⁵

³¹² Almeida, *O Poder*, 29-31. Soares, “Constituição”, 309-311. Coelho, “O Foral”, 334-339.

³¹³ Coelho e Magalhães, *O Poder*, 19-22. Miranda, *A Cidade*, 23.

³¹⁴ Franz Paul de Almeida Langhans, “Meirinho”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. IV, 245.

³¹⁵ Filomena Raquel dos Reis Teles da Rocha, *O Porto e o Poder Central na Segunda Metade do Século XV*, [Dissertação de Mestrado], (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996), 56-57, 67. Gastão de Mello de Mattos, “Alcaide”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História*

Os mordomos são os agentes de cobrança dos impostos e direitos do senhor da cidade. A sua ação era sentida maioritariamente na cobrança das portagens, na aplicação das coimas e em todas as taxas pagas pelo comércio e logística naval, tanto no mar como no rio. Podiam também fazer penhoras e arrestos, citar indivíduos, intimar devedores a comparecer a julgamentos e até sentenciar em algumas demandas.³¹⁶ O almotacé é um cargo de superintendência económica. Cabia-lhe fiscalizar o abastecimento de víveres para a cidade e o seu preço, além de controlar os salários dos mesterais e os pesos e medidas utilizados no comércio. Aplicava as posturas decididas em assembleia camarária e podiam tomar medidas de proteção dos mercados locais através da fixação de preços. Também tinham a responsabilidade de manter a cidade livre de esterqueiras e de que os canos que abasteciam as várias fontes públicas não entupissem. Eram em número de quatro (dois designados pelo Cabido e dois designados pela Câmara) com um mandato de duração mensal.³¹⁷

O procurador do concelho estava sob exclusiva alçada da Câmara e é um cargo que terá existido desde sempre. O número de procuradores variava entre um e dois por ano. Tinham atribuições de tesoureiro e responsabilidade de cobrir os gastos sem fundo realizados na gestão corrente da cidade obrigando, por isso, a que fossem pessoas de amplos recursos económicos.³¹⁸ Eram os representantes do concelho em qualquer tipo de assunto externo e podiam exercer funções de vereadores. O procurador servia de ligação entre a população e os restantes oficiais concelhios, pois propunha os assuntos a tratar nas reuniões camarárias a partir dos requerimentos que recebia da população de forma oral ou escrita. Maioritariamente os casos apresentados tinham a ver com o bem da cidade e usurpações dos seus privilégios e, por isso, o enfoque administrativo, económico, e de segurança deste cargo. No final das reuniões cabia ao procurador indagar os oficiais presentes, sob juramento sobre os Evangelhos, qual o voto em relação ao assunto discutido e assim se formulava a decisão camarária. Era também ele que controlava a

de Portugal (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. I, 81. Araújo, *A Administração*, 11-12, 110-114. Miranda, *A Cidade*, 23. Coelho e Magalhães, *O Poder*, 19. Sousa, “Tempos”, 242.

³¹⁶ Iria Gonçalves, “Mordomos”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. IV, 343-344.

³¹⁷ Ruy de Abreu Torres, “Almotacé”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. I, 121. Miranda, *A Cidade*, 23. Monteiro, “O Espaço”, 127-128. Sousa, “Tempos”, 242. Monteiro, *O Espaço*, 128-129.

³¹⁸ Costa, «Vereações», 48-50, 72-73. Gonçalves, *As Finanças*, 16.

aplicação das soluções propostas. Devemos também referir a existência do chanceler que guardava o selo e a bandeira do concelho. Desde meados do século XIV, estipula-se por carta régia que devia ser um homem-bom que não fosse procurador do concelho. O tesoureiro tinha como funções receber e anotar todos os rendimentos e despesas do concelho que depois lançava nos livros respetivos.³¹⁹ A sua presença não era obrigatória nas reuniões camarárias. Finalmente, temos o escrivão da câmara. A sua função era escrever as atas de todas as reuniões camarárias quer fossem públicas quer privadas, bem como redigir outros documentos necessários à gestão municipal. As chaves da arca do concelho, repositório dos mais importantes documentos da cidade, estavam sob sua guarda. O titular deste cargo tinha forçosamente de saber ler e escrever e era remunerado (assim como o eram o tesoureiro e o procurador a partir de 1482). Existem também uma série de oficiais ‘menores’ que auxiliavam na gestão diária da cidade: os porteiros (convocavam as pessoas para as reuniões e citavam quem fosse necessário); os pregoeiros (tornavam públicas todas as decisões da câmara, bem como todas as rendas e propriedades postas a leilão); os vedores das obras (fiscalizavam o andamento das obras camarárias); os cobradores de rendas e impostos vários; e os juizes dos órfãos (entregavam os órfãos a tutores e controlavam os seus bens). Todos estes cargos ‘menores’ eram designados pelos oficiais em reunião de vereação.³²⁰

Um dos cargos mais emblemáticos da administração concelhia (tanto que existe até aos dias de hoje) é o de vereador. O crescimento da cidade, tanto em termos populacionais como comerciais, reflete-se na crescente complexificação da sua administração corrente. Como tal, torna-se necessário para fazer face a todas as solicitações da gestão concelhia criar um cargo que, pela sua dedicação total, pudesse responder satisfatoriamente aos desafios colocados. Este cargo aparece no século XIV e é de 1347 o primeiro documento existente em que se refere a sua existência.³²¹ Inicialmente, o vereador seria o agente do concelho encarregue do bom estado dos caminhos (as “veredas” – e daí o nome?) e/ou alguém com boas competências para governar. No Porto, para os séculos que nos interessam, havia quatro vereadores. As suas

³¹⁹ Para uma descrição pormenorizada da contabilidade do concelho do Porto na segunda metade do século XV ver Iria Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV* (Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1987).

³²⁰ Rocha, *O Porto*, 58-60. Araújo, *A Administração*, 13-18. Coelho e Magalhães, *O Poder*, 32. Costa, «*Vereações*», 73-74. Miranda, *A Cidade*, 23. Sousa, “Tempos”, 242.

³²¹ Costa, «*Vereações*», 52.

competências eram: garantir o correto aproveitamento dos bens concelhios (através da concretização dos melhores contratos e da cobrança das rendas acordadas neles); recuperar bens concelhios extraviados ou incorretamente possuídos por outrem; guardar as terras não utilizadas para que estas não fossem vandalizadas ou indevidamente ocupadas; garantir a boa saúde e cumprimento das contas concelhias; pugnar pelo cumprimento da lei e auxiliar os juízes num julgamento; inquirir sobre usurpações às jurisdições concelhias; regular e fiscalizar o comércio de víveres na cidade; fiscalizar a ação dos outros oficiais (régios ou sob alçada do bispo) e garantir que estes não ultrapassavam as suas competências; reformar posturas ultrapassadas atualizando-as à nova realidade; superintender nas obras concelhias em curso; garantir a boa circulação na cidade e arrabaldes, assim como o acesso a água corrente pelo bom estado das fontes públicas; convocar os homens-bons para as assembleias concelhias; estarem sempre presentes nas reuniões camarárias; assinar as cartas do concelho; controlar o uso de armas no espaço citadino e o bem-estar social; e fornecer os homens para servirem como besteiros do conto sob as ordens do anadel.³²²

Resumindo: para cada ano a equipa de governo da cidade era composta por dois juízes, quatro vereadores, um procurador, um tesoureiro e vinte e quatro almotacés (dois em cada mês). A idade mínima para se exercer estes cargos públicos era de 25 anos. Pelo menos desde o século XIV que os cargos superiores da administração concelhia (juiz, vereadores e procurador) do Porto foram dominados por uma oligarquia de ricos e poderosos. Esta oligarquia, grupo fechado e restrito às mais ricas famílias do burgo portuense, vivia perto do rio e proclamava de viva voz o seu estatuto de escudeiros e cavaleiros. Consegue perpetuar-se no poder transmitindo estes cargos aos descendentes e familiares. É de uma forma endogâmica que se renova o corpo administrativo camarário. Para além da governança, estes homens-bons dominam o comércio feito a partir da e na cidade. A ligação entre política e dinheiro, ainda tão atual nos dias de hoje, era para esta altura plenamente assumida e muitas das vezes socialmente desejada.³²³

Com a evolução da administração do reino e a crescente centralização régia a hierarquia institucional complexificou-se. Este facto pode ser aferido pelo surgimento de

³²² Ruy de Abreu Torres, “Vereadores”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. VI, 270-271. Rocha, *O Porto*, 57-58. Coelho e Magalhães, *O Poder*, 29-32.

³²³ Costa, «Vereações», 57, 67-69, 100. Sousa, “Tempos”, 208-214.

novos cargos que mediavam a administração concelhia e a administração régia. Não sendo cargos concelhios, vão afetar toda a dinâmica da administração da cidade. Falamos do corregedor e do juiz de fora. O cargo de corregedor existe desde 1278, mas só entre 1332 e 1340 é que se publica o seu regimento. Estes oficiais régios eram magistrados com jurisdição nas comarcas.³²⁴ Eram os principais representantes da autoridade real e as suas atribuições foram variando com o tempo, desde a esfera judicial à administrativa e à militar, entre outras. A sua função principal era controlar as magistraturas locais (corrigir os seus erros) na administração da justiça. Deviam também controlar o zelo desses magistrados e dos oficiais régios locais. Eram eles que julgavam os privilegiados e supervisionavam as eleições concelhias. Deviam ter conhecimento das finanças concelhias e dos problemas das localidades. Era ao corregedor que se apresentava todo aquele que sentisse ter razão de queixa de um alcaide, juiz, tabeliães ou demais poderosos. O corregedor devia informar-se pessoalmente sobre os erros relatados e corrigi-los se fosse esse o seu entendimento. Foi sempre um cargo sempre muito contestado em Cortes, pelos abusos de poder, pelas intermináveis estadias nas terras principais de cada comarca, pela ignorância demonstrada e pelos variados conflitos de interesses. O juiz de fora era, como o nome indica, um juiz nomeado pelo rei e fora da estrutura concelhia. O rei, escudado pela complexificação das leis e justificado pela crescente falta de competência e de imparcialidade dos juízes locais, pretendia assegurar uma aplicação eficaz e eficiente da justiça. Este cargo aparece com D. Dinis e torna-se definitivo com D. Afonso IV. De referir que o custo com este cargo era de dois terços para o rei e o restante para o concelho. O principal propósito deste cargo era colocar um agente de confiança régia acima das magistraturas concelhias e é um claro exemplo da crescente centralização administrativa do reino. As grandes queixas da ação destes magistrados era limitarem a aplicação da justiça por parte dos juízes locais sendo um duro golpe para a autonomia da cidade.³²⁵ Estes agentes régios foram sempre muito criticados nas reuniões concelhias.³²⁶

³²⁴ Inicialmente, as comarcas eram seis: Entre-Douro-e-Minho; Trás-os-Montes; Beira; Estremadura; Entre-Tejo-e-Odiana; e Algarve. Em 1527-1532 eram já 27 (Nuno Gonçalves Monteiro, “O Central, o Local e o Inexistente Regional”, César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* (Mem Martins: Círculo dos Leitores, 1996), 85-86).

³²⁵ Ruy de Abreu Torres, “Corregedores”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* (Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971), Vol. II, 190-191. Rocha, *O Porto*, 62-65. Coelho e Magalhães, *O Poder*, 24-28. Monteiro, “O Central”, 85-86.

³²⁶ Costa, «Vereação», 36.

Percebemos agora quais são os principais cargos concelhios e que papel desempenham na gestão da cidade e seu termo. Também vimos quais os cargos régios que afetam o livre desempenho e decisões dos agentes do concelho. É altura de continuarmos a centrar o nosso foco sobre o papel concreto e específico de João Martins Ferreira como autarca. Já sabemos que foi um mercador poderoso e de sucesso. Também foi um líder familiar e um promotor da sua linhagem. Vejamos como se tornou um dos mais destacados autarcas dos finais da Idade Média portuense.

3.3. O palco principal. João Martins Ferreira como autarca.

João Martins Ferreira terá sido desde cedo cidadão do Porto. Em 1459, já o vemos referido com este estatuto e a comprar casas na Rua dos Mercadores.³²⁷ Aliás, foi a partir desta referência que baseamos a nossa estimativa para a sua data de nascimento, pois este documento mostra a mais precoce afirmação de independência e maioridade do mercador portuense. Este estatuto foi forçosamente útil, senão obrigatório no seu primeiro aparecimento nas reuniões da Câmara. Em 1476, participa numa reunião em que se discute quem fica com o cargo de escrivão dos órfãos. O rei, D. Afonso V, tinha nomeado Gonçalo Pinto, cunhado de João Martins Ferreira. O príncipe, D. João, tinha nomeado João de Figueiró para o mesmo cargo. Entre um D. Afonso V desinteressado da política nacional pelas suas pretensões à coroa de Castela e um cada vez mais atuante D. João, a governança concelhia decidiu-se pelo candidato do infante.³²⁸ Temos aqui a expressão dos laços de solidariedade e apoio entre a família do biografado.

Imaginamos que a reunião não tenha sido nada pacífica e que a decisão camarária não tenha causado impressão favorável a João Martins Ferreira. Aliás, quase nos arriscaríamos a dizer que o mercador portuense se desiludiu tanto como ambiente na vereação que se quis afastar o mais possível desse mundo. Somente 10 anos depois, em junho de 1486, é que voltamos a ver o seu nome aparecer em documentação concelhia, quando é sorteado para ocupar o cargo de procurador do concelho.³²⁹ Não toma posse à altura do sorteio por se encontrar ausente na Ilha da Madeira. A verdade é que só o faz

³²⁷ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-746(B230). O Prof. Dr. Amândio Barros manifestou a sua convicção de que o estatuto de *cidadão* não podia ser concedido a um jovem de 14 anos; se essa convicção está certa, teremos de recuar o nascimento de João Martins Ferreira para os anos finais da década de 30, até 1440.

³²⁸ Costa, “Um Paradigma”, 23-24.

³²⁹ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fl. 50v.

um mês depois, a 26 de agosto, e sob ameaça de multa.³³⁰ Pensamos que aqui fica clara a escassa (para não dizer nenhuma) motivação por parte do mercador portuense para participar nas decisões sobre a gestão da cidade, pois até Adelaide Millán da Costa afirma que “nunca houve, pelo menos registadas, reticências de tal envergadura em integrar os meandros do poder como da parte deste homem”.³³¹

Mas já que estava obrigado a fazer parte da equipa governativa da cidade pelo seu estatuto de cidadão, João Martins Ferreira mostrou desde logo o seu desacordo com o *status quo* e que não se tinha esquecido da “derrota” anterior. Na sua primeira intervenção em reunião camarária como procurador empossado, vai denunciar aqueles que sendo vizinhos do Porto apelam ao rei para serem agraciados com cargos concelhios. E quem são os alvos concretos desta acusação? Gonçalo Vaz, supostamente nomeado juiz dos órfãos, e João de Figueiró, supostamente nomeado chanceler. Vai sugerir o envio de uma embaixada de dois homens-bons ao rei para contestarem estas nomeações e fazer com que o monarca reconsidere e reponha os direitos da cidade de nomear estes oficiais. Curiosamente, João de Figueiró nega toda a história afirmando não estar em posse nem do selo nem da “escrivania” e que Gonçalo Vaz não tomou posse como juiz dos órfãos. E compromete-se perante todos, mesmo que existam cartas régias a nomeá-lo, a rasga-las em frente de toda a vereação. A Câmara agradece esta atitude, mas mesmo assim aprova uma postura que bane da qualidade de vizinho e das “honras da Câmara” a quem apele ao rei por mercês e privilégios na cidade ao arrepio da governança concelhia. E exige uma declaração escrita por parte de João de Figueiró, apensa ao final da ata da reunião, em que ele se compromete a cumprir o que afirmou.³³² Aparentemente esta rivalidade fica resolvida, pois não há mais registo na documentação de problemas entre os dois. Só os voltamos a encontrar juntos quando o mercador portuense entrega a João de Figueiró o dinheiro cobrado em nome do rei para a construção da armada da Graciosa, em 1496.³³³

Mas a aparentemente forte personalidade e vontade de mudança de João Martins Ferreira não se fica por aqui. Disposto a alterar tudo aquilo com que não concordava, na sessão camarária de 30 de agosto queixa-se sobre: a intervenção abusiva do corregedor nos assuntos concelhios; as inovações régias impostas ao funcionamento da gestão

³³⁰ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fls. 58v-59, 61.

³³¹ Costa, “Um Paradigma”, 23.

³³² AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fls. 59-60v. Costa, “Um Paradigma”, 21-22.

³³³ AHMP, *Fundo João Martins Ferreira*, PERG-782(B240).

municipal através da substituição de oficiais e o favorecimento de pessoas próximas ao poder central quando candidatos nas eleições camarárias. Critica também a apropriação de jurisdições pelos fidalgos e o desrespeito dos privilégios por parte dos cidadãos. Com estas queixas vemos que o seu alvo é a pouca afirmação de uma governança local perante poderes externos. Mas o rol de problemas não se fica por aqui. Era necessário que a justiça na cidade funcionasse melhor e que esta fosse mais segura. A cidade tinha de nomear mais quadrilheiros e controlar a diligência do alcaide pequeno e dos seus homens em cumprirem as funções para as quais estavam designados. As contas da cidade tinham de ser fiscalizadas, a recolha de rendas tinha de ser efetiva e era forçoso fazer regressar à posse da cidade bens indevidamente sonogados por outros. Critica também a desorganização da governança. Critica o envio de missivas ao rei sem a prévia aprovação em assembleia e o atraso e absentismo dos oficiais concelhios. Consegue ver aprovada uma postura que obriga à presença de todos os oficiais às 8 horas da manhã nos paços do concelho em dia de reunião, sob pena de multa caso não pudessem justificar a falta ou o atraso. Finalmente, critica as condições em que se guardavam as escrituras camarárias, pelo risco de estas serem facilmente roubadas por qualquer pessoa e propõe a realização de obras para resolver este problema. No entanto, estas obras não foram aprovadas pela restante assembleia e João Martins Ferreira faz acrescentar à ata da reunião que a responsabilidade por roubos futuros não podia ser imputada à sua pessoa.³³⁴ Esta verdadeira entrada de rompante no mundo da governança concelhia faz com que Adelaide Millán da Costa lhe atribua o epíteto do “mais combativo dos procuradores do Porto medieval”.³³⁵ Devemos sempre salvaguardar a possibilidade de, mais do que uma posição pessoal, estarmos perante conflitos de elites, de resto detetáveis na documentação camarária nos tempos que se seguem. A verdade é que este fulgor inicial rapidamente deu lugar ao pragmatismo da vida corrente, pois não demora muito a que o mercador portuense se escuse de participar em reuniões da vereação por estar ocupado nos seus negócios.³³⁶ Mas não se pense que a sua carreira política ficou por aqui.

Convém nesta altura explicar como se processavam as reuniões camarárias. A assembleia é um órgão de gestão municipal que pode deliberar, ratificar decisões prévias, e anular medidas postas em prática. As reuniões aconteciam duas vezes por semana, à

³³⁴ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fls. 61v-62v.

³³⁵ Costa, “Um Paradigma”, 22, 25.

³³⁶ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fl. 146.

quarta e ao sábado, com a presença obrigatória dos quatro vereadores e pelo menos de um dos dois juizes, como a lei determinava.³³⁷ Iniciavam-se pelas 8 horas da manhã, como já vimos. Para a segunda metade do século XV, a média de participação nas reuniões foi de 15 pessoas, mas facilmente podiam ter mais de 50 participantes se os assuntos a discutir fossem especialmente interessantes ou graves para o destino da cidade. Relativamente às posturas, havia duas instâncias de decisão: se o assunto fosse pacífico, bastava uma reunião com a presença do elenco concelhio e homens-bons presentes. Se fosse um caso grave era obrigatória a consulta a um conselho de notáveis que auxiliava e confirmava a decisão tomada previamente em assembleia.³³⁸

A governança concelhia tinha um edifício próprio onde se realizavam as reuniões e guardavam os documentos (as escrituras e os livros de acordos e de contas), o cofre e a arca dos pelouros. Este Paço do Concelho situava-se onde hoje é o posto de turismo, mesmo ao lado da Sé. Na memória dos portuenses ficou, erradamente, com o nome de Casa dos Vinte e Quatro. Tinha uma loja e dois andares. No andar inferior faziam-se as audiências. No andar superior, denominado Casa do Concelho, faziam-se as reuniões da Câmara. Era também neste andar que existia “a câmara do parlamento apartado”, local das reuniões secretas e onde estava o armário em que se guardavam os documentos mais sensíveis. Pelo mau estado do edifício, pelo número elevado de participantes ou pelo interesse em tornar pública uma decisão ou notícia, muitas das reuniões e assembleias camarárias aconteceram noutros locais, nomeadamente: os claustros dos Conventos de S. Domingos e de S. Francisco ou nas próprias habitações de oficiais camarários. Da porta que hoje fica na Rua de S. Sebastião partia a procissão do Corpo de Deus e era normal finalizá-la com um banquete nos paços do Concelho.³³⁹

A carreira de João Martins Ferreira no corpo de gestão municipal é a expressão de um verdadeiro *cursus honorum*. Adelaide Millán da Costa afirma que este percurso era influenciado pelo prestígio e poder que o ator político em questão tinha na cidade. E, segundo ela, o cargo de procurador do concelho servia de trampolim de acesso a cargos

³³⁷ No século XVI e XVII, o *quorum* de uma reunião de vereação era de três vereadores ou o juiz de fora e dois vereadores (Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o Seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder* (Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988), Vol. I, 441).

³³⁸ Costa, «Vereação», 29-31, 44-45, 50

³³⁹ Costa, «Vereação», 36-40. Iria, “As Festas”, 79-84.

mais prestigiados.³⁴⁰ Não conseguimos dizer se foi escolhido para fazer parte dos elegíveis para procurador do concelho por já ser uma pessoa de relevo na cidade ou se ganhou esse poder e prestígio por ter sido procurador do concelho. O mais provável é um misto de ambas as possibilidades. A verdade é que ele rapidamente se apercebeu das potencialidades do exercício do poder político e nunca mais deixou de ter um papel de destaque nos destinos e dia-a-dia da cidade. No ano camarário seguinte (1487-1488), após terminar o seu mandato anual, continuou a desempenhar funções de procurador do concelho, desta feita como substituto.³⁴¹ Os mandatos por substituição foram criados para resolver o absentismo dos oficiais sorteados e também como uma forma de circulação do poder entre a oligarquia dominante, uma vez que os escolhidos já tinham sido ou viriam a ser titulares desses cargos por sorteio. E é isto que acontece com o biografado. São também uma forma de contornar o sistema de eleição pelos pelouros e de plenamente integrar no poder elementos considerados essenciais à governança. Tal expediente tornou-se tão comum que deve ter dado azo a muitos exageros pela escolha de indivíduos pouco habilitados. O que é confirmado pela carta régia de 1490 que determina que a substituição seja feita por quem cumpriu a função no ano anterior, sob pena de multa. Esta tentativa de moralização de um expediente circunstancial teve reação negativa por parte da vereação portuense, com várias reuniões para discutir o tema e tomando a decisão de enviar um protesto escrito ao rei, por este estar mais uma vez a ingerir-se numa escolha concelhia.³⁴² Neste mesmo ano de 1487 desempenha também a função de almotacé durante o mês de agosto, tendo o seu nome sido sorteado.³⁴³

Elenquemos então os cargos concelhios ocupados por João Martins Ferreira. No ano camarário de 1488-1489 foi procurador substituto³⁴⁴ e vereador substituto.³⁴⁵ Em maio de 1489 desempenha mais uma vez as funções de almotacé sorteado.³⁴⁶ No ano camarário de 1491-1492 volta a ser sorteado procurador do concelho.³⁴⁷ Em 1494 é sorteado almotacé para o mês de abril.³⁴⁸ Em 1495, o seu nome volta a ser sorteado para

³⁴⁰ Costa, «Vereação», 77-84.

³⁴¹ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fl. 153.

³⁴² Costa, «Vereação», 84-91.

³⁴³ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 5, fl. 202.

³⁴⁴ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 6, fls. 8, 9.

³⁴⁵ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 6, fls. 11-11v, 131, 146, 152v.

³⁴⁶ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 6, fl. 62v.

³⁴⁷ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, 2, fl. 1.

³⁴⁸ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, 2, fl. 87.

desempenhar funções de almotacé em maio.³⁴⁹ No ano camarário de 1497-1498 torna-se vereador pela primeira vez depois de o seu nome ter sido sorteado para essa função.³⁵⁰ No ano camarário de 1498-1499 continua a desempenhar o cargo, mas como substituto.³⁵¹ O mesmo acontece para o ano camarário de 1500-1501.³⁵² Em 1502, o seu nome é sorteado para almotacé nos meses de maio e setembro.³⁵³ No ano camarário de 1503-1504 é novamente sorteado para ocupar o cargo de vereador, chegando depois a ocupar o cargo cimeiro da governação concelhia, o de juiz, em substituição dos titulares Afonso Tomé e Vasco Carneiro.³⁵⁴ Cumpria-se assim a lei que obrigava que só um vereador sorteado podia ocupar o cargo de juiz em substituição.³⁵⁵ É sorteado para esse cargo no ano camarário de 1510-1511.³⁵⁶ A última vez que detetamos a sua presença nas reuniões camarárias é em junho de 1512, desta vez entregando o selo grande e o sinete do concelho, o que nos indica que desempenhava o cargo de chanceler.³⁵⁷ Ou seja, ocupou cargos camarários durante 24 anos quase seguidos.

Esta simples listagem dos cargos concelhios que ocupou somente nos dá uma ideia da intervenção direta de João Martins Ferreira na gestão da cidade; é um testemunho do seu percurso enquanto autarca, durante o qual passou pela quase totalidade dos cargos municipais. Nunca ocupou o cargo de tesoureiro de forma registada na documentação, embora saibamos já da possível acumulação desta função por parte dos procuradores do concelho. Para termos uma melhor ideia da sua influência nos destinos da sua cidade, vejamos algumas das suas contribuições que deixaram rasto na documentação concelhia.

Em 1488, foi encarregue de fixar as taxas sobre os ofícios mecânicos (missão de enormíssima responsabilidade e implicações económicas e sociais), e foi um dos seis cidadãos escolhidos para sortear a ida de dois deles à corte régia. Em 1491, recebe do tesoureiro da Câmara 1200 reais que tinha emprestado para a realização das cerimónias fúnebres na cidade aquando da morte do príncipe D. Afonso, filho de D. João II.³⁵⁸ Em

³⁴⁹ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 6, fl. 115.

³⁵⁰ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 6, fl. 116.

³⁵¹ AHMP, *Livro de Pergaminhos*, Doc. 74.

³⁵² AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 7, fls. 18, 19v.

³⁵³ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 7, fls. 72v, 133.

³⁵⁴ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 7, fls. 140v-141, 156, 190.

³⁵⁵ Costa, «Vereação», 88.

³⁵⁶ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 9, fl. 100.

³⁵⁷ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 8, fl. 1v.

³⁵⁸ AHMP, *Cofre dos Bens do Concelho*, 2, fl. 38.

1494, é recebedor da finta para a construção da nova praça na Ribeira. Em 1497, é um dos responsáveis por elaborar os apontamentos e capítulos para serem levados às Cortes de Lisboa, nos inícios de 1498, pelos procuradores da cidade.³⁵⁹ Em 1502, volta a ser contador de uma finta destinada à construção do Hospital da Misericórdia por vontade de D. Manuel I.³⁶⁰ É também interlocutor da vereação no diálogo com o bispo e cabido em todo este processo.³⁶¹ Em 1503, é encarregue, junto com Jusarte Lobo, de fiscalizar as despesas que a Câmara teve com a visita de D. Manuel I,³⁶² bem como outras contas.³⁶³ Em 1504, é eleito emissário da cidade à corte, incumbência que recusa por motivo de doença.³⁶⁴ Em 1508, é indigitado para conferir as contas da cidade.³⁶⁵ Como podemos ver por algumas destas atribuições, João Martins Ferreira parece ser bastante proficiente em contabilidade e gestão financeira em geral, como se espera de um grande mercador. Também lhe são dadas missões diplomáticas ou que implicam negociação, o que mostra também uma capacidade reconhecida para conseguir condições favoráveis, neste caso para a cidade. Finalmente, e como demonstração da relevância dos assuntos discutidos nas reuniões de vereação, destacamos o tema de uma reunião ocorrida em 1510 quando o mercador portuense ocupa o cargo de juiz. Nela discute-se e decide-se a alteração do percurso da procissão do Corpo de Deus por algumas das ruas normalmente utilizadas estarem afetadas pela peste.³⁶⁶ Para além de todos estes cargos e atribuições, o biografado fazia também parte do grupo restrito de cidadãos que eram obrigatoriamente consultados

³⁵⁹ Costa, “Um Paradigma”, 24.

³⁶⁰ Esta finta nunca se concretizou e este hospital não foi construído nesses anos, por oposição dos homens-bons do Porto.

³⁶¹ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 7, fls. 113-116, 117v.

³⁶² No final do Verão de 1502, D. Manuel I desloca-se em peregrinação a Santiago de Compostela para agradecer ao apóstolo Tiago a sua ascensão ao trono, a pacificação e enriquecimento do país e o nascimento do príncipe herdeiro. Visita o Porto pela primeira e única vez, que o recebeu pela ação da Câmara com as maiores honras e despesas, tendo o monarca ficado alojado numa casa situada na Rua Nova. É muito provável que João Martins Ferreira se tenha encontrado com ele visto pertencer ao elenco concelhio. Terá sido nessa visita que o mercador portuense começou a ponderar enviar o seu filho primogénito para ser educado na corte em Lisboa, ou mesmo fez os contatos necessários para tal? (Costa, *D. Manuel I*, 122-123. Reimão, “A Visita”, 28).

³⁶³ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 9, fls. 19v-20v. AHMP, *Despesas com Festejos*, Lv. 1, fl. 2v.

³⁶⁴ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 7, fls. 177v-180. Costa, «Vereação», 94 (nota 136).

³⁶⁵ Costa, «Vereação», 149-150.

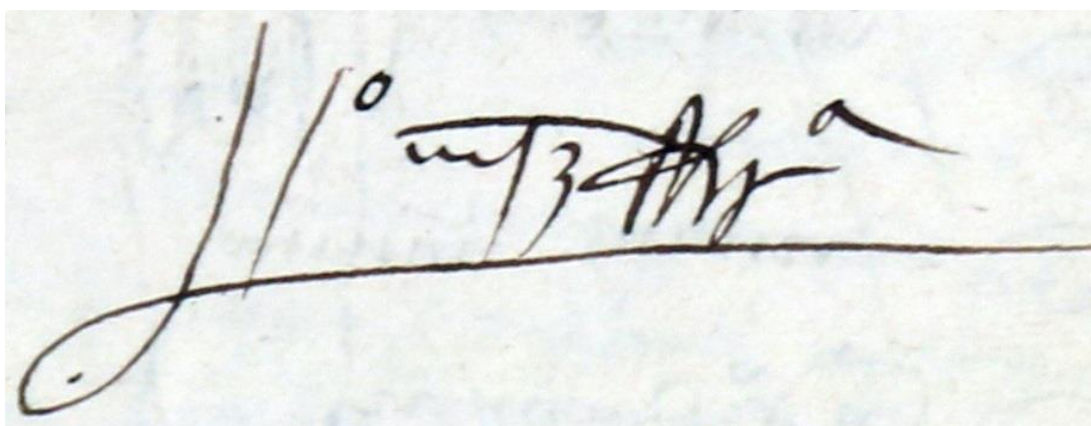
³⁶⁶ AHMP, *Livros de Vereações*, Lv. 9, fl. 168v.

em questões concelhias consideradas gravosas, o que contribui para confirmar a sua importância e relevância no panorama político e governativo do Porto.³⁶⁷

Também se vê a forte personalidade de João Martins Ferreira quando ele dá mostras de não apreciar quando o incumbem de tarefas ingratas, nomeadamente lançar fintas, elaborar um tombo dos bens concelhios e fazer a correição nos termos do concelho. Mostrou algumas vezes resistência em participar na governança concelhia ou nas reuniões de vereação. Nem sempre cumpriu as leis, como se vê pela multa que sofre por ter em casa uma balança de pesar ferro contra a ordenação camarária. E vemos que em 1503 dá mostras de se querer aproveitar da sua posição de poder, pois é instado pelo procurador do concelho a não assinar o alvará dos vinhos vermelhos, prerrogativa que tinha por ser vereador, por ser rendeiro da entrada na cidade dos vinhos brancos.³⁶⁸ Pode configurar um caso claro de conflito de interesses, facto evidente para os contemporâneos.

A carreira de autarca de João Martins Ferreira mostra bem a complexidade e riqueza da sua personagem histórica. Uma personagem que só se percebe totalmente quando analisamos as diferentes facetas da sua existência e o legado que a sua vida deixou para o futuro. Tudo aferido a partir de pistas deixadas para o presente e que só o historiador consegue dar coerência e legibilidade. Mesmo assim, achamos pertinente terminar este caminho com o único testemunho do passado que temos a certeza inequívoca ter sido feito pela mão do mercador e autarca portuense:

Figura 11 – A assinatura de João Martins Ferreira



Fonte: AHMP, *Livros de Vereações*, Liv. 6, fl. 123.

³⁶⁷ Costa, “Um Paradigma”, 24.

³⁶⁸ Costa, “Um Paradigma”, 24-25.

Epílogo

Chegamos ao termo da viagem que foi a vida de João Martins Ferreira. Não a sua vida real, que para sempre nos fugirá, mas a vida que dele escrevemos, ou que dele nos foi possível escrever. Uma vida cheia. Um caminho pessoal e possível entre muitos. Possível, porque a História não se faz por autoestradas diretas entre o passado e o presente, mas sim através de vários caminhos secundários cheios de incidentes e surpresas a cada canto.

E como em todas as viagens deve haver uma altura para balanço e recordar. Há muitas páginas atrás, iniciamos esta jornada pelo Porto mercantil de finais do século XV e inícios do século XVI. Deixámo-nos levar pelas correntes do Douro e pelas ondas do Atlântico. Ouvimos o reboliço do cais da Ribeira e atrasámo-nos nas ruas movimentadas de uma cidade no auge da sua atividade comercial. Visitámos a ilha da Madeira para provar o seu açúcar. Fomos até Bruges, um dos centros económicos da Europa tardo-medieval. Uma cidade tão rica em oportunidades de negócio que se tornou no sonho de qualquer mercador. E passámos por Lisboa, capital do que viria a ser um império em construção. Reis, mercadores, soldados, artesãos e clérigos. Um sem-fim de gente que torna a pérola do Tejo numa das joias mais brilhante das cidades europeias. Um verdadeiro porto para o mundo.

Vimos como João Martins Ferreira desenvolve a sua atividade comercial a partir da cidade do Porto e tentámos perceber o que comerciava. De uma presença sua documentada na ilha da Madeira avançámos com a hipótese de lá estar para participar no comércio do açúcar. Sendo esta uma possibilidade lógica e muito plausível, então também seria muito provável que tivesse contatos na cidade de Bruges para o vender. Bruges era, à altura, o principal destino dos comerciantes portuenses de grosso trato. E mercador de grosso trato era o que este homem seria, como esperamos ter provado através da dimensão do morgadio instituído por ele. Para reforçar esta plausibilidade, apresentámos a possibilidade de a invocação da sua capela fúnebre ser mais um elo de ligação com Bruges, já que Jerusalém tinha um papel central na devoção nesta cidade. Demonstrámos também a relação que João Martins Ferreira tinha com mercadores que foram figuras de destaque no universo comercial português nesta cidade da Flandres. Mas a ação dele não se deve ter limitado unicamente ao Porto, Funchal e Bruges, pois sabemos que Lisboa tinha também um papel fundamental no trato do açúcar madeirense e em todo o comércio

português em geral. Para além de lá ter colocado o seu filho primogénito para ser educado na corte do Rei, sabemos também que o mercador portuense tinha conhecimento sobre os costumes da cidade em relação à procissão do Corpo de Deus. Aliás, o seu conhecimento foi considerado suficientemente relevante para ter sido convocado para uma reunião da vereação da cidade do Funchal para ajudar na decisão sobre o lugar dos mercadores na procissão que aí se ia realizar. E para completar todo este quadro avançámos com as possibilidades de ele comerciar ferro, por ter sido multado por ter em casa uma balança para pesar este metal, e de ser dono (total ou parcialmente) de uma embarcação. Tudo possível pelo volume da sua fortuna, para além de existir uma referência documental a uma nau batizada a Ferreira, que pode ter sido do seu pai e familiares mercadores.

Prosseguimos neste caminho para a vida pessoal e familiar de João Martins Ferreira. Identificámos e caracterizámos, na medida do possível, os seus pais e respetivos irmãos. Falámos da sua irmã e dos seus parentes. Afirmámos que toda esta família foi fundamental para que seguisse a carreira de mercador. Fundamental no sentido de ter proporcionado os meios monetários para arrancar com uma carreira individual bem como uma rede de apoio sobre a qual alavancou a sua atividade. E foi a esta família que ele dedicou as suas energias em termos de ascensão social. Assume plenamente uma fidalguia e faz com que os seus filhos vivam vidas de fidalgo. Proporciona casamentos às suas filhas, de forma a que estas enriqueçam o património linhagístico da família ou reforcem a rede mercantil em que a sua atividade se apoiava. Tentámos identificar a teia de relações extrafamiliares e de que forma estas ligações refletem o mundo em que João Martins Ferreira estava inserido. Vimos também como até a morte se torna uma expressão deste percurso de vida. E concluímos que, através de uma estratégia inteligente e de planeamento a longo prazo, o mercador portuense sempre procurou formas para afirmar a sua linhagem e conseguir aceder aos mais altos patamares da sociedade mercantil e política da cidade do Porto.

Foi sobretudo a política, ou melhor, a sua ação na governação da cidade que deu visibilidade histórica a João Martins Ferreira. Verdadeiro exemplo de um *cursus honorum* concelhio, ocupa todos os cargos da hierarquia municipal. Começa renitentemente como procurador do concelho, chega a vereador e atinge o cume dessa hierarquia desempenhando o cargo de juiz. São vinte e seis anos em que influencia o dia-a-dia da cidade através do exercício do poder e em que se nota uma mudança da sua atitude. Entra

no mundo da política contrariado e decidido a mudar o *status quo*, mas, com o correr dos anos, nota-se o pragmatismo e adaptação do seu desempenho. Aliás, estas duas características deviam ser traços bem vinculados da sua personalidade e típicas de um mercador habituado a grandes negócios. E terá sido, sem grandes dúvidas, esta adaptação aos corredores do poder que terá proporcionado a sua subida através dos degraus da administração do concelho. Subida essa que lhe proporcionava o melhor de todos os mundos: poder, influência e renome; objetivos que se coadunam perfeitamente com tudo o que sabemos sobre a vida deste mercador portuense.

João Martins Ferreira é o paradigma do mercador rico que pretende viver com todos os luxos e privilégios que a sua fortuna lhe pode proporcionar. Numa sociedade tardo-medieval em que se pretende a harmonia completa do seu corpo social e em que a permanência dessa harmonia se consegue através do cumprimento escrupuloso do papel de cada um nessa ordem divinamente inspirada, foram estes homens que paulatinamente foram erodindo essa construção ideológica. Não afirmamos que a ascensão dos mercadores pretendesse conscientemente a destruição dessa harmonia e ordem. Até porque a grande maioria deles queria unicamente passar para o estado seguinte na ordem dos privilégios: a aristocracia. Mas ao conseguirem demonstrar que o imobilismo social não mais era mais uma verdade escrita em pedra, o grupo dos mercadores dá uma lição de como se consegue alterar a ordem vigente há séculos. Desde sempre que o poder estratifica a sociedade. Mas aquilo que proporciona esse poder é profundamente alterado nestes séculos de charneira. Para além da força das armas, do primado da lei, da legitimação divina, é o poder do dinheiro que se afirma como uma das características fundamentais na Europa dos finais da Idade Média e abre caminho para uma nova época de expansão e colonização, fundamentada essencialmente em motivações económicas.

João Martins foi um ator nesta grande peça. Um entre milhares no palco europeu, um entre centenas no panorama do reino, mas um dos mais importantes no Porto. Um homem pragmático, ambicioso e ciente do seu poder. Inteligente o suficiente para perceber todos os mecanismos de poder da sua cidade natal e como isso podia favorecer a sua vida e a existência futura da sua família/linhagem como forma de afirmação social. Finalmente, como autarca e decisor, terá alcançado a consagração de um processo de nobilitação. E aqui a nobreza é entendida como a capacidade de demonstração das características certas do carácter, por viver uma vida luxuosa diferente da dos comuns, pelo

usufruto de um conjunto de privilégios e isenções e pelo desempenho do poder efetivo. João Martins Ferreira sobe todos estes degraus e cumpre todos estes requisitos. E cumpre-os de forma brilhante. Não foi o único a viver assim, antes um entre muitos, mas o que aqui nos interessou. A História não faz justiça a todos. Esperamos com este texto ter repostado, embora muito limitadamente, essa justiça a um mercador portuense que pretendeu deixar de ser anónimo e viver uma vida que, quem sabe? talvez não lhe estivesse destinada. Um homem do novo poder com poder para fazer muito.

Em suma, um mercador-cavaleiro.

Cronologia

- 1445: Nascimento provável de João Martins Ferreira;
- 1456: Última referência documental a Catarina Vasques, mãe;
- 1472: Primeira referência documental a Isabel Nunes, primeira mulher;
- 1476: Primeira aparecimento documentado de João Martins Ferreira numa reunião camarária;
- 1477: Morte de Martim Lourenço, pai;
- 1483: Primeira referência documental a Inês de Azevedo, segunda mulher;
- 1486/1487: Procurador do concelho (sorteado);
- 1487/1488: Procurador do concelho (substituto);
 - . 1487: Almotacé no mês de agosto (sorteado);
- 1488/1489: Procurador do concelho (substituto); Vereador (substituto);
 - . 1489: Almotacé no mês de maio (sorteado);
- 1491: Instituição do morgadio e capela de Jerusalém;
- 1491/1492: Procurador do concelho (sorteado);
- 1492: Nascimento provável de Pantaleão Ferreira, filho primogénito;
- 1494: Almotacé no mês de abril (sorteado);
- 1495: Almotacé no mês de maio (sorteado);
- 1496: Primeira referência documental a Violante Correia, terceira mulher;
- 1497/1498: Vereador (sorteado);
- 1498/1499: Vereador (substituto);
- 1500/1501: Vereador (substituto);
- 1502: Almotacé no mês de maio e setembro (sorteado);
- 1503/1504: Vereador (sorteado); Juiz (substituto);
- 1510: Confirmação documental de que Pantaleão Ferreira é moço de câmara do rei D. Manuel I;
 - . Pantaleão Ferreira, filho, confirmado morgado;
- 1510/1511: Juiz (sorteado);
- 1512: Chanceler;
- 1514/1515: Morte de João Martins Ferreira;
- 1524: Pantaleão Ferreira, filho, como vereador do Porto;
- 1551: Morte de João Ferreira, filho, no cerco de Trípoli.

Fontes

Manuscritas

AHMP. *Cofre dos Bens do Concelho*, Livro 2.

AHMP. *Despesas com Festejos*, Livro 1.

AHMP. *Fundo João Martins Ferreira*. Acedido em outubro de 2016.

<http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/19116/>

AHMP. *Livro de Pergaminhos*.

AHMP. *Livros de Vereações*, Livros 4, 5, 6, 7, 8 e 9.

AHMP. *[Planta da Igreja de] São Domingos do Porto*, D-CDT/A1-8. Acedido em maio de 2017. <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/331473/>

AHMP, *Registo dos foros de fidalgo (1789 – 1822)*. Acedido em outubro de 2016.

<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/631834/>

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 3. Acedido em novembro de 2016.

<http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3860121>

ANTT, *Leitura Nova*, Livro 3 de Além-Douro.

Acedido em novembro de 2016. <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4223194>

ANTT, *Mosteiro de São Domingos do Porto*, livro 1. Acedido em outubro de 2016.

<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4380781>

BFLUP, *Espólio do Conde de Vilas Boas*.

Impressas

Coste, E. de la. *Anselme Adorne – Sire de Corthuy, pèlerin de Terre-Sainte: sa famille, sa vie, ses voyages et son temps. Récit historique*. Bruxelas: Charles Muquardt, 1855. Acedido em outubro de 2016.

<http://www.gutenberg.org/files/30949/30949-h/30949-h.htm>

Gayo, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Tomo XIV. Braga, 1938.

Lopes, Fernão. *Chronica d'El-Rei D. João I*. Lisboa: Escriptorio, 1897-1898. Volume IV.

Morais, Cristovão Alão de. *Pedatura Lusitana*. Porto: Livraria Fernando Machado, 1943-48. Tomo IV, Volume I. Tomo VI, Volume II.

Ordenaçoes do Senhor Rey D. Manuel. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

Rivadeneyra, Pedro de. *Flos sanctorum*.... Lisboa: António Craesbeeck de Mello, 1674.
Acedido em outubro de 2016. <http://purl.pt/21834/4/>

Tafur, Pero. *Travels and Adventures (1435-1439)*. Londres: George Routledge & Sons, 1926.

Varazze, Jacopo de. *Legenda Áurea: vidas de santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Vereações da Câmara do Funchal do Século XV. Publicadas por Costa, José Pereira da. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

Villegas, Alonso de. *Flos sanctorum*..., Lisboa: Simão Lopez, 1598. Acedido em outubro de 2016. <http://purl.pt/27098/3/>

Bibliografia

Afonso, José Ferrão. “A Construção de Um Novo Centro Cívico: Notas para a História da Rua Nova e da Zona Ribeirinha do Porto no Século XV”. *Revista Museu*, série IV, 9 (2000): 29-69.

Almeida, Paula Cardoso. *O Poder dos Bispos. De D. Hugo a D. Vicente Mendes*. Porto: QuidNovi, 2010. História do Porto, Volume 2.

Amaral, Luís Carlos e Duarte, Luís Miguel. “Os Homens que Pagaram a Rua Nova (Fiscalização, Sociedade e Ordenamento Territorial no Porto Quatrocentista)”. *Revista de História*, volume VI (1985): 7-96. Separata.

Amaral, Luís Carlos; Fonseca, Luís Adão da; Santos, Maria Fernanda (coords.). *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: Livro de Homenagem ao Professor Doutor Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. 3 Volumes.

Amaral, Luís Carlos e Barroca, Mário Jorge. *A Condessa-Rainha: Teresa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2012.

Amaral, Luís Carlos (coord.). *Um Poder entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2017.

Araújo, Jorge Filipe Pereira de. *A Administração Municipal do Porto (1508-1511)*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

Ariès, Philippe. *The Hour of Our Death*. Nova Iorque: Vintage Books, 2008. 2ª Edição.

- Ariès, Philippe. *Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Teorema, 2010. 4ª Edição.
- Arízaga Bolumburu, Beatriz; Sicking, Louis e Solórzano Telechea, Jesús Á. (eds.). *Diplomacia y Comercio en la Europa Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015.
- Aubin, Jean. “Le Capitaine Leitão. Un Sujet Insatisfait de D. João III”. *Revista da Universidade de Coimbra*, volume 29 (1983): 87-152.
- Azevedo, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal. Humanismo e Reformas*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2000. Volume II.
- Barbosa, Albertina. *Capelas e Aniversários no Mosteiro de São Domingos*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- Barroca, Mário Jorge. “Medidas-padrão Medievais Portuguesas”. *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 9 (1992): 53-83.
- Barros, Amândio Jorge Morais. *Porto. A Construção de um Espaço Marítimo no Início dos Tempos Modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016.
- Barros, Amândio Jorge Morais e Duarte, Luís Miguel. “Corações Aflitos: Navegação e Travessia do Douro na Idade Média e no Início da Idade Moderna”. *Douro: Estudos & Documentos*, volume II, 2º, 4 (1997): 77-118. Acedido em março de 2017.
http://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a22_1/apache_media/CFMN6LG7CMRGVX XLY614E6EJ7PC4YC.pdf
- Barros, Henrique da Gama. *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1945. 2ª Edição. 11 Volumes.
- Branco, Maria João Violante. *D. Sancho I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 6ª Edição.
- Bresc-Bautier, Geneviève. “Les imitations du Saint-Sépulcre de Jérusalem (IXe – XVe siècles), Archéologie d’une Dévotion”. *Revue d’Histoire de la Spiritualité*, nº 50 (1974): 319-342.
- Brito, Pedro de. *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.
- Brown, Andrew. *Civic Ceremony and Religion in Medieval Bruges (c. 1300-1500)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

- Carmona Muela, Juan. *Iconografía de los Santos*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.
- Cervera Pery, José. *La Casa de Contratación y el Consejo de Indias*. Madrid: Ministerio de Defensa, 1997.
- Clode, Francisco e Vieira, Alberto. *A Rota do Açúcar na Madeira*. Funchal: Associação dos Refinadores de Açúcar Portugueses, 1996.
- Coelho, Maria Helena da Cruz e Magalhães, Joaquim Romero. *O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008. 2ª Edição.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. *D. João I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010. 6ª Edição.
- Coppens, Philip. “Bruges: The Jerusalem of the North”. Acedido em outubro de 2016.
http://philipcoppens.com/bruges_jer.html
- Costa, Adelaide Millán da. «Vereação» e «Vereadores», *o Governo do Porto em Finais do Século XV*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1993.
- Costa, João Paulo Oliveira e. *D. Manuel I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Couto, Luís de Sousa. *Origem das Procissões da Cidade do Porto*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1971.
- Cruz, António e Peres, Damião (dirs.). *História da Cidade do Porto*. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965. 3 Volumes.
- Cruz, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 6ª Edição.
- Cunha, Maria Cristina Almeida e. *Estudos sobre a Ordem de Avis (Séc. XII a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Acedido em outubro de 2016.
http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/PNT8ILUY5T2KF92FJU1FJQTS6JB291.pdf
- Domingues, Francisco Contente. *Navios Portugueses dos Séculos XV e XVI*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2007.
- Domingues, Francisco Contente (dir.). *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2016. 2 Volumes.
- Duarte, Luís Miguel Duarte, “Quando as Casas se Queriam Pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média”. Vítor Oliveira Jorge (coord.). *Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis*. Porto e Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade do

- Porto e Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade de Coimbra, 2003. 183-192.
- Duarte, Luís Miguel; Miranda, Flávio e Sequeira, Joana. *A Cidade e o Mestre. Entre Um Rei Bastardo e Um Príncipe Perfeito*. Porto: QuidNovi, 2010. História do Porto, Volume 4.
- Duarte, Luís Miguel. *D. Duarte*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 7ª Edição.
- Duby, Georges (dir.). *História da Vida Privada. Da Europa Feudal ao Renascimento*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. Volume II.
- Fernandes, Hermenegildo. *D. Sancho II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 6ª Edição.
- Ferreira, Ana Maria Pereira. *Problemas Marítimos entre Portugal e França na Primeira Metade do século XVI*. [Tese de Doutoramento]. Cascais: Patrimonia, 1995.
- Fonseca, Luís Adão da. *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e. *Notícias do Velho Porto*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008. 2ª Edição.
- Gomes, Rita Costa. *D. Fernando*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010. 6ª Edição.
- Gomes, Saul António. *D. Afonso V*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 6ª Edição.
- Gonçalves, Iria. “As Festas do «Corpus Christi» do Porto na Segunda Metade do Século XV: A participação do Concelho”. *Estudos Medievais*, 5/6 (1984/85): 69-89.
- Gonçalves, Iria. *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1987.
- Gordon, Bruce e Marshall, Peter (eds.). *The Place of the Dead: Death and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- Kellehear, Allan. *A Social History of Dying*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Le Goff, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 2ª Edição.

- Leitão, Humberto e Lopes, J. Vicente. *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1990. 3ª Edição.
- Loza, Rui Ramos e Real, Manuel Luís (coords.). *Porto a Património Mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.
- Macedo, Jorge de e Rau, Virgínia. *O Açúcar na Madeira nos Fins do Século XV*. Funchal: Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1961.
- Magalhães, Joaquim Romero. “O Açúcar nas Ilhas Portuguesas do Atlântico, Séculos XV e XVI”. *Varia História*, volume 25, nº 41 (2009): 151-175.
- Marado, Catarina Almeida (ed.). *Monastic Architecture and the City*. Cescontexto, nº 6, junho 2014.
- Marques, António de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. 6ª Edição.
- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1993. Volume III.
- Mattoso, José (dir.). *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1996.
- Mattoso, José (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 2ª Edição.
- Mattoso, José (dir.). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011.
- Meier, Dirk. *Seafarers, Merchants and Pirates in the Middle Ages*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006.
- Mendonça, Henrique Lopes de. *Estudos Sobre Navios Portugueses nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1971.
- Miranda, Flávio. *A Cidade dos Mercadores. Da Luta pelo Poder Civil às Guerras Fernandinas*. Porto: QuidNovi, 2010. História do Porto, Volume 3.
- Miranda, Flávio. *Portugal and the Medieval Atlantic: Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade (1143-1488)*. [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- Murray, James M. Murray. *Bruges, Cradle of Capitalism, 1280-1390*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- Oliveira, César (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local*. Mem Martins: Círculo dos Leitores, 1996.
- Patriarca, Raquel. *Ambições Régias, o Declínio do Poder Municipal*. Porto: QuidNovi, 2010. História do Porto, Volume 5.
- Pérez-Mallaína, Pablo E. *Spain's Men of the Sea*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- Pimenta, Cristina. *D. Pedro I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2010. 6ª Edição.
- Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor. *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005.
- Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.). *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000. 3ª Edição.
- Real, Manuel Luís e Braga, Maria Helena Gil (coords.). *Um Mercador e Autarca dos Séculos XV-XVI: o Arquivo de João Martins Ferreira*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996. Roteiro de Exposição.
- Rocha, Filomena Raquel dos Reis Teles da. *O Porto e o Poder Central na Segunda Metade do Século XV*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.
- Rosa, Maria de Lurdes Pereira. “As Almas Herdeiras”. *Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. [Tese de Doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- [Rosa, Maria de Lurdes Pereira. “As Almas Herdeiras”. *Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.]
- Russell, Peter. *Prince Henry ‘the Navigator’, A Life*. Londres: Yale University Press, 2000.
- Sequeira, Joana. *Como Nasce uma Cidade. Das Origens ao condado Portucalense*. Porto: QuidNovi, 2010. História do Porto, Volume 1.
- Serrão, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971. 6 Volumes.
- Silva, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o Seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988. 2 Volumes.

- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. *D. Afonso IV*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 7ª Edição.
- Spufford, Peter. *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe*. Londres: Thames and Hudson, 2002.
- Tavares, Jorge Campos. *Dicionário de Santos*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990. 2ª Edição.
- Unger, Richard W. *The Ship in the Medieval Economy (600-1600)*. Londres: Croom Helm, 1980.
- Ventura, Leontina. *D. Afonso III*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2011. 6ª Edição.
- Vieira, Alberto (coord.). *História do Açúcar: Rotas e Mercados*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002.
- Wilke, Carsten L. *História dos Judeus Portugueses*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Anexos

Anexo 1. Tabela das Propriedades do Morgadio

	Tipologia	Localização		Confrontações	Renda	Fl.
1.	Casas Torres	Rua dos Mercadores	Porto	. abaixo da boca da rua Nova; . aguião (cima): outras casas torres do Cabido; . vendaval (baixo): casas da filha de João de Aragão; . diante : rua dos Mercadores; . trás : rio da Vila.		38
2.	Casas	Rua Nova	Porto	. aguião : serventia para a rua Nova e contra a travessa com pardieiro de outras minhas casas; . vendaval : pardieiro da filha de João de Aragão . soão : sobreditas casas torres e rio da Vila; . trás : sobredita torre do Cabido;	. prazo a Álvaro Egas; . foram propriedade da filha de João de Aragão.	38
3.	Casas	Rua das Tendas	Porto	. aguião : rua pública; . vendaval : sinhaga e casas de João Martins Teixeira; . soão : casas que partem do aguião e rua pública.		38v
4.	Casas	Rua das Aldas	Porto	. vendaval : rua pública; . soão : rua que vai para o açougue e casas de Pedro Alves, mercador (finado).	. prazo de João Pires, carniceiro; . 60 reis.	38v
5.	Casas	Rua de Palhaes (nas Aldas)	Porto	. aguião : muro velho; . vendaval : serventia para rua pública; . soão : casa de Afonso Rodrigues; . travessia : outras casas de Antão Gil..	. avença de prazo de Antão Gil; . 200 reis; . um lombo (30 reis).	38v
6.	Enchido	Rua de Palhaes (junto com a rua da Sapataria)	Porto	. aguião : muro velho; . vendaval : serventia para rua pública; . soão : pardieiros da Sapataria e outro enchido de prazo a servidor de Martim Anes.	. prazo a servidor de Martim Anes; . 10 reis.	38v
7.	Pardieiro	Rua da Sapataria velha	Porto	. aguião : muro velho; . vendaval : rua pública; . ambas as ilhargas: pardieiros do Cabido.	. prazo enfiteuse a Gonçalo Dinis, mercador, morador na Cruz do Souto (nunca pagou); . aforado para fazer forno.	38v

8.	¾ de Casas	Rua da Asazela (Miragaia)	Porto	. aguião : com quem de direito devem partir; . vendaval : casas de Afonso Vaz (finado); . soão : pardieiro; . travessia : serventia para rua pública.		39
9.	Casas e enchido	Fonte do Touro (Miragaia)	Porto	. enchido vai ter á Cordoaria; . vendaval : serventia para rua pública; . soão : casas de João Rodrigues, mercador; . travessia : casas de João Barbosa, tabelião. . trás : respectivo enchido com serventia para a Cordoaria.	. prazo enfiteuse a calafate; . 450 reis.	39
10.	Metade de um lugar (Vale de Flores)	Rio de São Pedro (Miragaia)	Porto	. serventia para o rio de São Pedro;	. prazo enfiteuse a Álvares Camarão, dono da outra metade; . 40 soldos (72 reis).	39
11.	Casas	Porta Nova (Miragaia)	Porto	. aguião : serventia para rua da Barreira . soão : casas de João de Palmela, tanoeiro; . travessia : casas de Fernão Afonso, mercador (finado).	. prazo de três vidas a Rui Anes de Alverga, tanoeiro; . 1150 reis; . 2 galinhas.	39
12.	Metade de casas	À vinda de São Pedro (Miragaia)	Porto	. vendaval : serventia para rua pública; . soão : casas de Álvaro Rodrigues Queirós; . travessia : casas de Maria Gonçalves, viúva.	. prazo de três vidas a Maria Gonçalves, sobredita; . 550 reis.	39
13.	2 Casas	Monchique	Porto	. aguião : serventia para rua pública; . vendaval : serventia para o rio Douro; . soão : casas do dito Álvaro Anes, ourives; . travessia : casas de herdeiros de Álvaro Anes, ourives.	. prazo de Catarina Fernandes; . 400 reis; . andam arrendadas por 9 anos (550 reis e 2 galinhas).	39v
14.	Casas	Rua da Lada	Porto	. aguião : enchido do Cabrito; . vendaval : serventia para rua pública; . soão : casa de João Álvares Cabrito; . travessia : casas das freiras d'além de Vilanova.	. prazo de três vidas a João Pires Rabite (2ª pessoa); . 800 reis.	39v
15.	Casas	Rua da Lada	Porto	. aguião : viela pequena; . vendaval : serventia para rua pública; . soão : casas do Cabido; . travessia : mesmas casas do Cabido.	. prazo de 27 anos à viúva de Gonçalo Anes; . 1000 reis; . 1 sável.	39v
16.	Casas	Rua da Lada	Porto	. aguião : outras casas do morgadio; . vendaval : casas da capela de Gomes Anes onde vive João Gonçalves, mercador; . soão : casas do Mosteiro de Vilanova; . travessia : serventia para rua pública.	. 700 reis.	39v

17.	Casas	Rua da Lada	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . aguião: enchido de Pedro Anes Olives (foi de Diogo Martins Dantes) e tem sobrado pequeno (alugado por filha de Heitor Afonso por 300 reis); . vendaval: outras casas do morgadio . soão: casas do Cabido; . travessia: casas de Fernão Pinto e serventia para rua pública. 	. 740 reis.	40
18.	Casas	Rua da Lada	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . vendaval: entestam no muro da cidade com serventia para o dito muro; . soão: rua pública; . travessia: casas de Maria Álvares Cizeiro. 	. prazo de três vidas a Maria Dores (2ª pessoa); . 180 reis (censo á Sé e ao morgadio).	40
19.	Casas	Rua da Lada (ao postigo do Olheira)	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . aguião: entestam com casas de Jorge Anes, sapateiro; . vendaval: serventia para muro da cidade; . soão: casas minhas que não são do morgadio; . travessia: serventia para rua pública. 	. prazo de três vidas a um carpinteiro (1ª pessoa); . 1950 reis; . 1 lampreia;	40
20.	Meias casas	Rua da Lada	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . aguião: saída das casas entesta no enchido de Álvaro Rodrigues de Azevedo; . vendaval: serventia para rua pública; . soão: casas de Margarida Anes, viúva; . travessia: casas de Gonçalo Afonso, irmão do Moutinho. 	. prazo de três vida a Leonor Afonso (1ª pessoa e senhoria da outra metade); . 350 reis; . 2 galinhas.	40
21.	Ceizão de casa	Cavo da Lada	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . vendaval: serventia para rua pública e confronta com muro; . soão: casas de Pero Gonçalves Rabete. 	. prazo a Pedro Anes, calafate; . 75 reis.	40v
22.	Casas	Velomonte Velho	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . aguião: serventia para rua pública; . vendaval: serventia para rua pública; . soão: casas da mulher que foi de Afonso de Coiros, que trás Gonçalo Anes, mestre da nau Valdaia. 	. prazo de três vidas a Maria Anes, viúva (2ª pessoa); . 500 reis.	40v
23.	1/8 de casas	Rua dos Banhos	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . aguião: serventia para rua pública; . vendaval: muro da cidade; . soão: casas de Alvaro de Braga, escrivão da Alfândega; . travessia: casas de Gonçalo Fernandes, mercador. 	. prazo enfiteuse a Branca Gonçalves; . 44 reis.	40v
24.	¼ de casas	Rua da Olivizaria	Porto	<ul style="list-style-type: none"> . foram propriedade de João de Sousa, criado de António Afonso de Figueiroa; . aguião: rua da Revolta . vendaval: rua dos Banhos; . soão: serventia para rua pública; . travessia: entestam com casas do filho de João de França, tanoeiro. 	. prazo enfiteuse a Aldonsa Gonçalves; . 100 reis.	40v

25.	Casas	Rua da fonte da Ourina	Porto	. aguião : rua pública; . vendaval : serventia para o muro da cidade; . soão : casas da Confraria dos Sapateiros; . travessia : casas de João do Porto, mercador.	. prazo de três vidas a Pero Anes e sua mulher (primeiras pessoas); . 700 reis (vale muito mais).	40v
26.	1/8 de casas	Fonte da Ourina (à parte das tábuas)	Porto	. aguião : casas de Afonso Ferros, cavaleiro; . vendaval : serventia para o muro da cidade; . soão : serventia para rua pública; . travessia : outras casas.	. prazo ao Carvalha; . tem parte nelas o Mosteiro de S. Francisco; . 60 reis.	41
27.	Casas	Rua dos Mercadores (à cerca do Hospital de Sta. Clara)	Porto	. aguião : casas de João Sanches; . vendaval : casas de Pero Cubas; . soão : serventia para rua pública; . travessia : pequeno enchido que contesta com saída do Hospital sobredito e com enchido da Capela do Baldaia.	. prazo de 9 anos a Gonçalo Fernandes; . 1900 reis.	41
28.	Casas	Rua da Banharia	Porto	. aguião : casas de João Gonçalves, baineiro; . vendaval : casas que foram de João Alvares, mercador (finado); . soão : saída para rua pública; . travessia : saída com escadas de pedra.	. prazo de três vidas a Pantaleão (última vida); . 750 reis.	41
29.	Casas	Rua da Banharia	Porto	. parte de um cabo com casas de João Martins, serralheiro; . da outra parte com casas de Afonso Martins, seu irmão; . diant : rua pública; . trás : viela que vai por trás do enchido de Fernão rodrigues.	. prazo de três vidas a Gonçalo Anes, cutileiro; . 900 reis.	41
30.	1/3 de casas	Rua de Trás da Areia	VN Gaia	. aguião : serventia para rua pública; . vendaval : enchido das casas abaixo designadas; . soão : casas que foram de Fernão Anes Cubas; . travessia : casas do Prior de Santa Marinha.	. prazo de três vidas a Isabel Alves (2ª vida); . 679 reis; . 6 ceitis.	41v
31.	Devesa do Maravedim	Coimbrões	VN Gaia	. aguião : cangosta que está entre a dita devesa e a devesa de Rui de Magalhães; . vendaval : aldeia de Coimbrões e outros casais; . soão : campo de Rui de Magalhães; . travessia : estrada para Aveiro.	. prazo de João Anes, filho de João Martins, moleiro (1ª vida); . 200 reis; . 2 galinhas.	41v
32.	Lugar com pombal	Massarelos	Porto	. aguião : lugar de Cedofeita (prazo da mulher de João Martel); . vendaval : lugar da Mouirinha (propriedade de João Martins Ferreira); . soão : Douro e serventia do lugar; . travessia : rio da Vila e campo de Cedofeita.	. prazo de 27 anos a Fernão Afonso Ramos (leiras de baixo); . 150 reis.	41v

33.	Azenha no rio da Vila	Cedofeita	Porto		. paga 8 alqueires de pão meado de dízimo a Cedofeita. . prazo de 27 anos a Afonso Ramos; . 30 alqueires de pão meado; . 18 alqueires de trigo; . 1 capão; . 2 galinhas.	41v
34.	Lugar	Vale de Amores	VN Gaia	. aguião : devesa de São Marcos; . vendaval : caminho de Gaia para S. Paio; . soão : devesa de São Marcos; . travessia : outro lugar de Amores (é da cidade e é prazo enfeiteuse dos herdeiros de João Anes de Viana).	. prazo de três vidas a Pedro Anes (morador na Rua Nova); . prazo feito em março de 1510; . 200 reis.	42
35.	Casal de Ferreiros	Freguesia de Sta. Maria de Avioso	Maia		. Martim Afonso, caseiro; . 12 reis; . 1 alqueire de pão meado.	42
36.	Casal de Sá	Freguesia da Silva Escura	Maia		. prazo a Gonçalo Lourenço, morador; . 1 alqueire de centeio; . 1 alqueire de milho.	42
37.	Casal	Freguesia de S. Romão de Vermoim	Maia		. prazo a Catarina Pires de Vilaverde; . 0,5 alqueires de pão meado (comprado); . 1 alqueire de centeio; . 1 alqueire de milho.	42v
38.	2/3 do Casal da Lagia	Freguesia de S. Romão de Vermoim	Maia		. prazo a João Álvares da Lama; . renda de pão.	42v
39.	Casal em Esposade do Fundo	Freguesia de S. Tiago de Custóias	Maia		. prazo de três vidas a Afonso Afonses (1ª vida); . 10 alqueires de trigo; . 9 alqueires de centeio; . 9 alqueires de milho; . 2 galinhas.	42v
40.	Casal em Aveleda	Freguesia de St. André	Maia		. prazo a Martim Gonçalves da Reguenga (última pessoa); . 18 alqueires de trigo; . 4 alqueires de centeio; . 4 alqueires de milho; . 2 galinhas.	42v

41.	Metade de casal na aldeia de Calquim	Freguesia da Capela de Gondim	Maia		. prazo á mulher de João Martins de Calquim; . 20 alqueires de trigo; . 2 galinhas e 2 pássaras.	42v
42.	Meio casal ermo no lugar de Passos	Freguesia de S. Romão de Vermoim	Maia		. prazo á mulher de João Martins de Calquim; . 5 alqueires de centeio; . 5 alqueires de milho. . 2 galinhas.	43
43.	Metade de casal na aldeia de Calquim	Freguesia da Capela de Gondim	Maia		. prazo á mulher de João Luís (2ª pessoa); . 2 alqueires de trigo; . 6 alqueires de centeio; . 9 alqueires de milho.	43
44.	¾ de uma azenha na aldeia de Calquim	Freguesia da Capela de Gondim	Maia		. prazo a João Álvares, moleiro (1ª pessoa); . 24 alqueires de centeio; . 24 alqueires de milho; . 2 galinhas boas.	43
45.	Casal do Talho (seizão)	Freguesia de S. Romão de Vermoim	Maia		. prazo a João Martins do Talho (sem escritura); . 27 reis; . 2 frangos.	43
46.	Casal	Freguesia de S. Pedro de Fajozes	Maia		. prazo a Violante Álvares (2ª pessoa), viúva de Pedro Vaz; . 10 alqueires de centeio; . 10 alqueires de milho; . meio alqueire de lentilhas; . 2 galinhas boas.	43
47.	Casal dos Mercadores (ermo)	Freguesia de S. Pedro de Fajozes	Maia		. prazo a Pedro Álvares (sem escritura); . 8 alqueires de centeio; . 8 alqueires de milho; . 2 galinhas.	43v
48.	Casal do Passo (honrado; soma de 5 casais)	Freguesia de S. Pedro de Avioso	Maia		. prazo de três vidas a Martim Afonso; . 20 reis . 36 alqueires de pão meado; . 10 alqueires de trigo; . 2 galinhas; . 12 ovos.	43v
49.	Parte do casal de Queiros	Freguesia de S. Pedro de Avioso	Maia		. prazo a Luís de Queiros; . 1 alqueire de centeio; . 4 alqueires de milho; . 2 galinhas.	44

50.	Metade do casal das Povoas	Freguesia de S. Pedro de Fajozes	Maia		. prazo de três vidas a Pedro Vaz de Tourão; . 10 alqueires de trigo; . meio alqueire de lentilhas; . 2 galinhas.	44
51.	Parte de um casal na aldeia de Vilarinho	Freguesia de S. Pedro de Avioso	Maia		. prazo a Gonçalo Aparício; . 6 alqueires de pão meado (30 no total).	44
52.	Metade de dois casais da Madalena	Guilhabreu	Maia		. prazo de três vidas a João Pires de Merledoces; . 4 alqueires de trigo; . 4 alqueires de centeio; . 12 alqueires de milho; . 8 alqueires de cevada.	44
53.	Casal no lugar de Vilar de Porcos	Freguesia de Vilar de Porcos	Maia		. prazo de três vidas a Pedro Afonso (3ª pessoa; renovado à mulher e filho por 270 reis, 8 alqueires de cevada, 1 bom carneiro e 4 galinhas por ano; metade é de Fernão Pinto); . 120 reis; . 4 alqueires de cevada; . 1 metade de carneiro vivo.	44
54.	Metade do casal de Gonçalo de Sá	Freguesia de Águas Santas	Maia		. prazo de três vidas a Afonso Anes (1ª pessoa); . 1 alqueire de trigo; . 4 alqueires de centeio; . 4 alqueires de milho; . 1 metade de um bom carneiro vivo; . 1 galinha.	44v
55.	2 campos casados no Burgo de Alfena	Freguesia de S. Vicente	Maia		. foro enfiteuse pago á gafaria de Alfena (122 reis); . prazo de três vidas a Afonso Madeira (1ª pessoa); . 8 alqueires de centeio; . 4 alqueires de milho	44v
56.	Metade de dois moinhos ao pé da ponte de Alfena		Maia		. foro enfiteuse pago á gafaria de Alfena (140 reis); . prazo de três vidas a João da Ponte, filho de João Vasques; . 10 alqueires de trigo; . 2 galinhas.	44v

57.	Casal no lugar de Vila Tinta	Freguesia de S. Tiago de Figueiró	Aguiar		. foro pago ao cura de Sabrosa (2 alq. de milho e 18 reis) e à Igreja de Nevogilde (20 reis); . prazo de três vidas a João Martins (1ª pessoa); . 9 alqueires de centeio; . 9 alqueires de milho; . 1 porca marrã; . 2 galinhas; . 2 frangos.	44v
58.	4 leiras na aldeia de Figueiró	Freguesia de S. Tiago de Figueiró	Aguiar		. prazo a Afonso Gonçalves, morador; . 1 alqueire de centeio; . 2 alqueires de milho; . 2 galinhas; . 12 ovos.	45
59.	1 casal no lugar de Pardelhas (ermo)	Freguesia de S. Tiago de Figueiró	Aguiar		. prazo de três vidas a Álvaro Gonçalves (1ª vida); . 10 alqueires de centeio; . 10 alqueires de milho; . 1 porca marrã; . 2 galinhas	45
60.	1 casal no lugar de Pardelhas (povoado)	Freguesia de S. Tiago de Figueiró	Aguiar		. prazo de três vidas a Pedro anes (1ª vida); . 10 alqueires de centeio; . 10 alqueires de milho; . 2 galinhas; . 12 ovos.	45
61.	Casal do Bairro	Freguesia de Duas Igrejas	Aguiar		. casal foreiro ao Rei (10 alqueires de milho, 7 reis e meio cabrito); . prazo de três vidas a João Martins (1ª vida); . 5 alqueires de centeio; . 5 alqueires de milho; . 2 frangos	45
62.	Herdades na aldeia de Aguiar		Aguiar		. herdades foreiras ao Rei; . prazo a Fernão Anes, filho de João Gonçalves; . 10 alqueires de trigo; . 1 lampreia; . 24 bogas.	45v

63.	Casal na aldeia de Lebrinho	Freguesia de Lever	Aguiar		. prazo de três vidas a João Vaz (1ª vida); . 300 reis; . 1 porca marrã (48 arrateis); . 4 galinhas; . 2 frangos; . 2 sáveis (na Quaresma).	45v
64.	Casal e quebrada na aldeia de Lebrinho	Freguesia de Lever	Aguiar		. prazo a João Novo (sem escritura); . 500 reis; . 2 geiras (8 alqueires de centeio); . 1 porca marrã; . 2 galinhas; . 1 sável	45v
65.	Quinta de Vale da Rosa, no termo de Boialvo	Freguesia de Lever	Aguiar	. anexa ao casal de João, o Novo; . anexa ao casal e quebrada de João Vaz.	. paga 9 reis ao senhor da terra, Davides.	45v
66.	Quinta de Vale de Amores	Freguesia da Capela das Midas	Aguiar		. prazo de três vidas a Afonso Anes (1ª vida); . 16 almudes de vinho branco.	46
67.	Umas sanhoieiras em Canelas	Freguesia de Canelas	Penafiel		. prazo a Gonçalo Afonso, filho de Afonso Carneiro; . 0,5 alqueire de trigo; . 1,5 canada de vinho tinto (0,125 almudes); . 1 galinha.	46
68.	Campo no lugar de Vila do Conde, perto do Hospital		Vila do Conde		. prazo a Diogo Álvares (até quem faça casas no dito campo); . 100 reis.	46
69.	Cortinha e campo no lugar de Vila do Conde		Vila do Conde	. travessia : Mosteiro.	. prazo a Afonso Martins; . 12 peixotas; . 120 arintas (uvas brancas).	46
70.	1 seizão da quintã da Portela	Freguesia de S. Martinho das Carvalhas, terra de Faria	Barcelos		. paga 54 reis ao jazigo de Gois; . 180 reis; . rende trigo, centeio e milho; . 20 almudes de vinho mole; . 6 galinhas.	46v
71.	1/3 de casas	Rua de S. Nicolau	Porto	. aguião : serventia para o adro de S. Francisco; . vendaal : serventia para rua pública; . soão : casas em que vive filha de João de Figueiroa; . travessia : casas de Pedro Anes do Cais.	. prazo enfiteuse a João Fernandes da Mota; . 300 reis.	46v

72.	Casal (ermo)	Freguesia de Penamaior	Refojos		. paga 17 reis e 2 pretos ao senhor da terra; . prazo de três vidas a Afonso Anes das Represas; . 12 alqueires de centeio; . 12 alqueires de milho; . 2 galinhas; . 12 ovos.	46v
73.	14 leiras	Freguesia de Penamaior	Refojos		. prazo de três vidas a Gonçalo Peres; . 5 alqueires de centeio; . 5 alqueires de milho; . 2 galinhas; . 12 ovos.	46v